

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MARANHÃO**

**INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS
CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE
ALCÂNTARA
(SEGUNDA FASE)**

RELATÓRIO FINAL

Benedito Souza Filho
Maristela de Paula Andrade
(Coordenadores da Pesquisa)

Rodrigo Martins Ramassote
(Supervisor Técnico)

São Luís
2009

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA (SEGUNDA FASE)

RELATÓRIO FINAL

Benedito Souza Filho
Maristela de Paula Andrade
(Coordenadores da Pesquisa)

Rodrigo Martins Ramassote
(Supervisor Técnico)

Equipe de Pesquisa:

Benedito Souza Filho
Maristela de Paula Andrade
Maria Suely Dias Cardoso
Adriana Tobias
Benedita de Cássia Ferreira Costa
Fátima Diniz Ferreira
Leonardo Oliveira Silva Coelho

São Luís
2009



Dona Romana,
Caixeira do Divino
moradora da Ilha de Cajual

1. Apresentação

O presente relatório refere-se às atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa relativa à segunda fase do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do município de Alcântara, Maranhão.

Ademais das atividades de pesquisa para preenchimento das fichas de identificação do conjunto de referências culturais de distintas localidades do município de Alcântara, o trabalho da equipe contratada para esta segunda fase consistiu na revisão e complementação do levantamento da produção bibliográfica e audiovisual sobre Alcântara, realizado pela equipe anterior na primeira fase do INRC com vistas a complementações.

O trabalho realizado na primeira fase do INRC buscou inventariar, junto a diferentes instituições e acervos particulares, o conjunto da produção bibliográfica e audiovisual sobre Alcântara. Nesse levantamento foram compulsadas cerca de 150 referências bibliográficas, distribuídas entre livros editados, resultados de trabalhos de pesquisa acadêmica, materiais informativos e de divulgação, notícias de jornal e peças literárias. Além desse material, foram identificados nessa primeira fase 10 registros audiovisuais sobre o município.

Em relação à complementação do material bibliográfico e audiovisual já levantado, fizemos algumas incorporações, dispostas nas fichas (audiovisual e bibliografia) já elaboradas na etapa anterior do INRC.

A diversidade de materiais inventariados na primeira etapa do INRC indicou a riqueza de referências e bens de natureza imaterial a ser explorada durante a pesquisa de campo na segunda fase. A fim de alcançar esse objetivo, o trabalho de campo realizado destinou-se a realizar o preenchimento das fichas do INRC sobre o conjunto de referências culturais em algumas localidades do município de Alcântara, dadas as limitações de tempo e recursos.

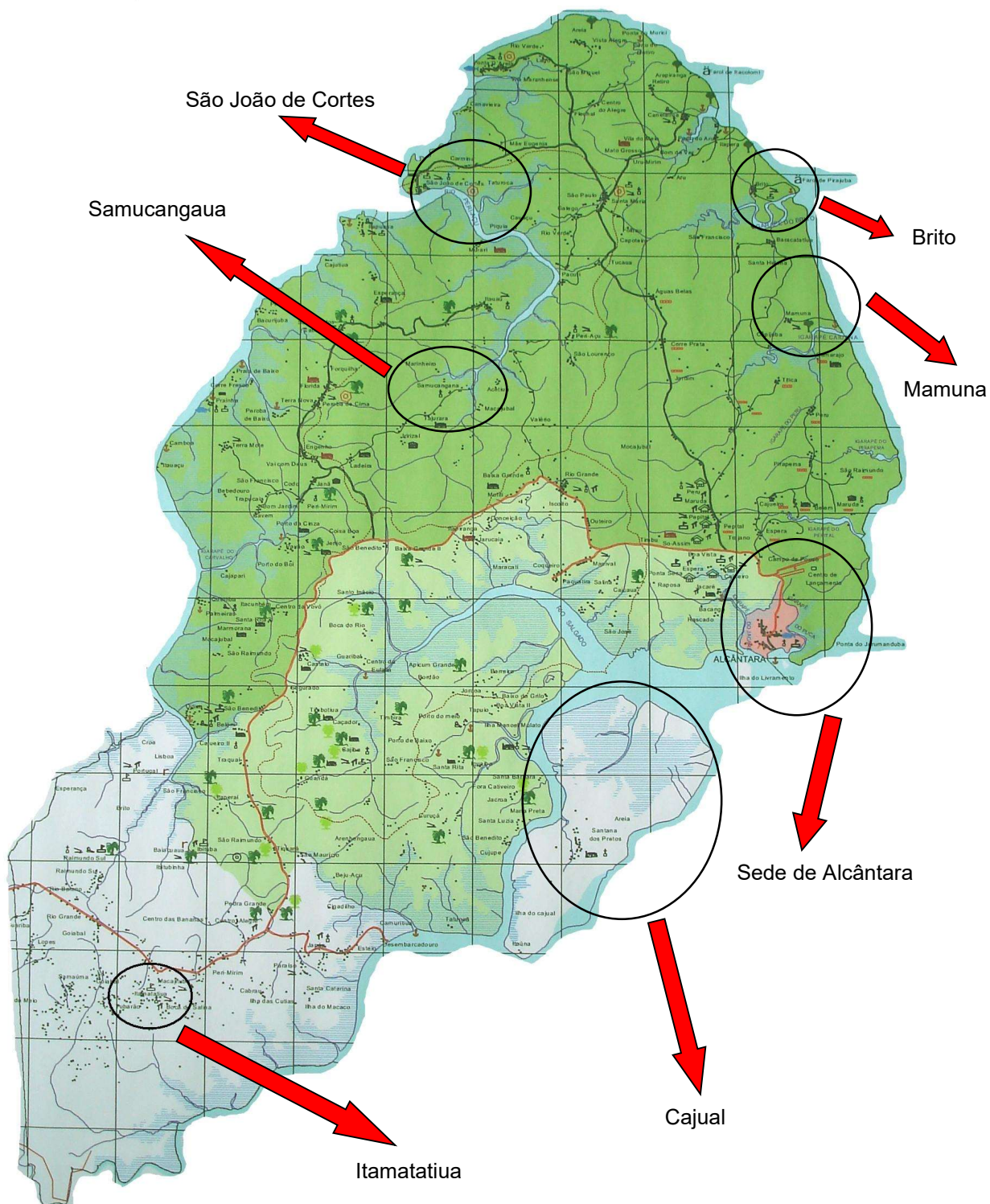
A fim de alcançar este objetivo o trabalho de campo, inicialmente programado para ser realizado em duas etapas, desdobrou-se em várias e procurou contemplar os seguintes objetivos:

- Realizar entrevistas com lideranças das localidades escolhidas tomando como referência o modelo disponível no manual do INRC;
- Elaborar mapas, croquis e fotografias das localidades a serem pesquisadas;
- Produzir diagnósticos das atuais condições de produção dos bens culturais;
- Indicar possibilidades para a melhoria e/ou fortalecimento dessas condições (materiais, ambientais e sociais);
- Complementar o acervo já reunido pelo IPHAN em trabalho anterior com outros materiais (bibliográficos, imagéticos, sonoros e outros).

Buscando alcançar os objetivos acima elencados, tomamos para objeto do inventário as localidades adiante relacionadas. A escolha de tais áreas deveu-se a investimentos anteriores, resultado de pesquisas e outras experiências que indicavam a existência, nesses locais, de saberes e manifestações culturais passíveis de serem inventariadas. O trabalho de campo realizado incidiu, portanto, nas seguintes localidades:

- 1) Sede do município
- 2) Mamuna
- 3) São João de Cortes
- 4) Itamatatua
- 5) Samucangaua
- 6) Cajual
- 7) Brito

Mapa de Alcântara com as localidades onde incidiu a pesquisa



1.1-A discussão sobre as fichas do INRC com equipe técnica do IPHAN

O inventário dos bens de natureza imaterial das diferentes localidades onde incidiu o trabalho de campo procurou seguir as diretrizes do Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais. Esse trabalho permitiu a compreensão da complexidade dessas referências bem como a identificação de agentes sociais detentores de saberes passíveis de inventário por meio de entrevistas.

A realização dessa tarefa foi antecedida de reuniões de trabalho com o supervisor técnico da Superintendência do IPHAN no Maranhão onde se procurou discutir todos os detalhes relativos ao Manual do INRC bem como informações necessárias à realização do trabalho de campo e o correto preenchimento das fichas.

1.2 - A Equipe Técnica

A realização das atividades descritas no presente relatório ficaram a cargo da seguinte equipe técnica: Maristela de Paula Andrade (Doutora em Antropologia - Coordenadora Geral), Benedito Souza Filho (Doutor em Antropologia - Coordenador da equipe de pesquisa) e Maria Suely Dias Cardoso (Mestre em Ciências Sociais – antropologia -) pesquisadora

Ademais dos membros acima elencados, a equipe de pesquisa contou com a participação dos bolsistas de iniciação científica do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, Leonardo Oliveira da Silva Coelho e Benedita de Cássia Ferreira Costa que desenvolvem atividades de pesquisa antropológica no município de Alcântara. Adriana Tobias, estudante do curso de Educação Artística da UFMA também participou de algumas etapas da pesquisa.

Além desses integrantes, a equipe contou com a participação da assistente de pesquisa Fátima Diniz Ferreira, moradora de Alcântara e conhecedora dos bens inventariados, sobretudo os relativos à Festa do Divino e Festa de São Benedito. A inclusão dessa auxiliar de pesquisa justificou-se ainda por ela ter participado da etapa anterior do INRC. Por residir em Alcântara e conhecer bem as localidades escolhidas, a sua participação foi importante na indicação das referências culturais dessas localidades bem como dos informantes a serem entrevistados.

1.3 - As características da pesquisa e a realização do trabalho de campo

O trabalho de campo destinado a obter informações para preenchimento dos formulários do Inventário de Referências Culturais, distingue-se daquele movido por razões acadêmicas, nos quais os procedimentos de pesquisa determinam um andamento mais lento, com permanência mais prolongada em campo, de modo a assegurar os vínculos com os sujeitos da pesquisa e um bom funcionamento dos trabalhos e aprofundamento de aspectos atinentes aos interesses de pesquisa.

A observação participante, caracterizada como um dos principais instrumentos de obtenção de informações não pôde ser utilizada no trabalho de campo realizado para obtenção de informações sobre as referências culturais do município de Alcântara.

A quase totalidade das referências culturais inventariadas (enquadradas nas modalidades celebrações, ofícios e modos de fazer e formas de expressão), não foram apreendidas em seu contexto específico ou calendário de realização. Não puderam, assim, ser apreendidas satisfatoriamente, em função de sua ocorrência não coincidir com o tempo da pesquisa. O descompasso entre o tempo da pesquisa e o calendário das festas, no caso das celebrações e a conseqüente impossibilidade da observação direta comprometeu o devido alcance de seus respectivos conteúdos e significados sociológicos. Em decorrência disto, com poucas exceções, as informações obtidas para preenchimento de questionários e fichas relativos às referências culturais resumiram-se a entrevistas. Ainda que realizadas com aqueles informantes reputados com os mais habilitados ou qualificados para tratar dos itens inventariados, ainda assim as informações mostraram-se limitadas, porque não puderam ser complementadas com a observação de seu contexto de ocorrência. Devido a essa limitação para o caso da Festa do Divino, realizada na sede de Alcântara, resolvemos alargar o período de pesquisa até maio, em função de ainda poder acompanhar parte do desenrolar dessa complexa e rica manifestação da cultura popular.

Apesar dos limites impostos para a realização do trabalho de campo, a equipe procurou minimizar esses efeitos recorrendo a trabalhos de pesquisa

anteriormente realizados no município de Alcântara por alguns integrantes da equipe. No esforço de superação dessa adversidade a equipe de pesquisa recorreu também a materiais etnográficos produzidos por outros pesquisadores, como os vídeos sobre as festas do Divino em Alcântara e a de São Benedito na Ilha do Cajual, de autoria de Murilo Santos.

Uma das dificuldades encontradas é que o preenchimento de questionários e fichas para fins de identificação dessas referências culturais termina tornando objetivo, para fins de catalogação, algo que possui enorme complexidade sociológica. Tornar tangível a dinâmica de práticas, saberes e ritos religiosos, muitos deles definidores de identidades e de caracterizações territoriais, termina por limitar o alcance e o significado sociológico dessas referências.

Desta forma, a tentativa de inventário, ainda que importante, revela limitações, pois não permite que tenhamos uma dimensão histórica e sociológica dessas referências, já que para as famílias das localidades pesquisadas tais práticas, saberes, festas e ritos religiosos assumem significados na dinâmica da vida cotidiana, que não aquele rigidamente apreendido pela categoria patrimônio imaterial.

Assim, a pesquisa para fins de inventário das referências culturais desses grupos que se auto-reconhecem como *remanescentes de quilombos*, realizada em um intervalo de tempo curto e também em função da impossibilidade de acompanhamento nos seus contextos ou calendários de realização, acaba determinando outra feição ao trabalho de campo bem como à qualidade das informações obtidas.

Essas condições impõem ao pesquisador a adoção de procedimentos de obtenção de informações mais diretos, fazendo com que se atenha a aspectos considerados mais relevantes para atender ao objetivo pretendido, no caso, o inventário das referências culturais. Nessas condições, o trabalho de campo não pode ser considerado uma etnografia no rigor do termo, mas sim um tipo específico de abordagem apresentando os limites próprios de trabalhos com essas características. O tempo da pesquisa, nesse caso, não coincide com o tempo daquilo de que fala o informante.

Foi o que ocorreu em diversas oportunidades no transcurso da pesquisa. Além disso, durante o trabalho de campo muitos daqueles identificados como

detentores da memória coletiva ou reputados como os mais qualificados para tratar de temas específicos não puderam dar entrevistas com vistas ao preenchimento dos formulários, o que implicou na reprogramação dos trabalhos. Assim, o planejamento do trabalho de campo teve que ser modificado várias vezes.

O trabalho de campo destinado ao levantamento das informações nas sete localidades inventariadas entre os meses de fevereiro e junho de 2009 compreendeu um conjunto de etapas assim distribuídas: Sede de Alcântara (duas etapas realizadas no mês de março, duas em maio e uma no mês de junho). A ampliação do tempo de pesquisa na sede de Alcântara, como já mencionado, deveu-se ao acompanhamento de parte da Festa do Divino, principal referência inventariada.

Em Mamuna e São João de Cortes foram realizadas duas etapas (uma em abril e outra em maio). Em Samucangaua, Cajual e Brito foram realizadas duas etapas, uma em abril e outra em maio. Em Itamatatiua realizaram-se três etapas: uma em abril, outra em maio e uma terceira em junho.

1.4 - As etapas de campo

Em relação ao trabalho de pesquisa e suas distintas etapas, a primeira consistiu de um *survey* (pesquisa preliminar) realizado na sede do município de Alcântara. O objetivo dessa atividade foi o de definir os principais informantes a serem entrevistados e obter maiores informações acerca das outras localidades onde incidiria a pesquisa.

Em reuniões que antecederam a realização do trabalho de campo, foi decidido que os trabalhos na Sede de Alcântara incidiriam sobre a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa de São Benedito em virtude de serem apontadas como as mais emblemáticas e também por reunirem diferentes aspectos passíveis de serem inventariados.

Na primeira etapa da pesquisa priorizamos o levantamento dos nomes de pessoas a serem entrevistadas; nossa apresentação a eles, explicando os objetivos da pesquisa e primeiras conversas informais.

Essa atividade de pesquisa realizada no âmbito do *survey* foi decisiva para definirmos os procedimentos para o trabalho de campo propriamente dito,

realizado em etapas nos meses de março, abril e maio, em São João de Cortes, Mamuna, Brito, Sede de Alcântara e Itamatatua.

Na segunda etapa de campo, realizada em abril, a equipe foi distribuída pelas seguintes localidades: Sede de Alcântara, Mamuna e São João de Cortes. Nas outras etapas o trabalho foi dirigido a Brito e Itamatatua. A escolha dessas áreas foi realizada em função da facilidade de acesso e também em virtude de contatos previamente estabelecidos, o que facilitou a realização das atividades.

A etapa anterior, realizada na sede de Alcântara foi decisiva para a identificação daqueles que forneceria as informações tanto da Festa do Divino quanto da de São Benedito. Essa etapa foi decisiva também para obtermos informações relativas à identificação de referências culturais a serem inventariadas nas outras localidades escolhidas para a segunda etapa de trabalho de campo.

Em relação à Festa do Divino foi identificado um conjunto de interlocutores como seu Moacy, Dona Naura, seu Antonio de Coló, seu Heidimar, Dona Anica, Dona Marlene, seu Antonio Doceiro, dona Joralda, Dona Maria de Liene, dentre outros, que forneceram informações sobre particularidades da Festa e dos ofícios e modos de fazer, das formas de expressão a ela relacionada. Nesse sentido, obtivemos informações que permitiram apreender diferentes aspectos dessa Festa.

O mesmo procedimento foi adotado em relação à Festa de São Benedito. Para tratarmos das particularidades dessa festa contamos como principal interlocutor o seu Liene, responsável pela organização da festa anualmente realizada na Sede de Alcântara em frente à Igreja do Rosário dos Pretos. Sua esposa, Dona Maria, foi escolhida também como outra informante fundamental por ocupar-se de muitas tarefas relativas à festa, assim como sua filha Sandra, que além de auxiliar seus pais na organização do festejo, é também *coreira* do tambor de crioula organizado por seu pai.

Em relação às outras localidades, Mamuna e São João de Cortes, identificamos algumas referências culturais enquadráveis nos itens Ofícios e Modos de Fazer, Formas de Expressão e Lugares.

Em relação às atividades desenvolvidas, um fator que concorreu negativamente para a sua realização foi a freqüente precipitação de chuvas,

em função de a realização das atividades ocorrerem justamente no período de sua maior ocorrência, o que nos obrigou a cancelar algumas viagens.

Apesar das dificuldades enfrentadas foram trabalhados os formulários sobre Ofícios e Modos de Fazer, Lugares, Celebrações e Formas de Expressão, permitindo o preenchimento das fichas correspondentes a tais títulos em cada localidade escolhida para inventário. Além do preenchimento dos questionários e fichas, o trabalho de campo permitiu igualmente a realização de fotografias bem como de croquis das localidades pesquisadas.

No presente relatório, apresentamos, portanto, os resultados do trabalho de campo que permitiu o inventário de Ofícios e Modos de Fazer, Lugares, Celebrações e Formas de Expressão nas sete localidades escolhidas: Sede de Alcântara, Mamuna, São João de Cortes, Itamatatua, Samucangaua, Cajual e Brito.



Imperador da Festa
do Divino Espírito
Santo de Alcântara

2 – O SÍTIO INVENTARIADO

2.1 - Alcântara – de aldeia tupinambá a lugar de escravos livres e à sede de um centro de lançamento de artefatos espaciais

“Defronte da cidade de São Luís, Capitania do Maranhão, esta a capitania de Tapuytaperá, do donatário Francisco Coelho de Carvalho, que a deixou a Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, seu filho; tem sua Villa, chamada Santo Antonio de Alcântara, com sua Igreja de pedra e cal, e edificada do tempo do vigário geral, João Ferreira, tem mais sua câmara, vigário, capitão mor e senado, é situado sobre um alto com bellos ares, boas águas, terras fortes com seus engenhos de assucar, não falta caça, nem peixe, nem ostra, se há quem vá buscar; consta a villa de uns tresentos moradores pela maior parte pobres, a gente da Ilha, que vive do seu trabalho só tem que mandar no barco que vai e vem da cidade do Maranhão, dando-lhe suas lavours tudo quanto plantam nellas, e por razão há lá dous conventinhos, um de Nossa Senhora das Mercês, outro de Nossa Senhora do Carmo, os quaes tendo sido mandados demolir, forão outra vez restituídos em seu prístino ser por comissão da Sua Magestade El-Rei Dom Pedro o 2º, que tinha mandado derribar; (...) é o sítio desta villa mui apazível pela boa vista dos rio, montes e valles de seu arredor, em os quaes se acham umas salinas naturaes (...)” (PE. João Felliipe Bettendorf, 181, p. 20, apud Dossiê Monumenta, IPHAN MA, s/d, p. 12).

O município de Alcântara localiza-se na Mesorregião Norte Maranhense, mais exatamente na Microrregião Litoral Ocidental Maranhense com uma área correspondente a aproximadamente 120.000 hectares. Situa-se nos limites da Amazônia Legal, compreendido numa península entre as Baías de Cumã e de São Marcos, entrecortada por rios e igarapés.

Alcântara, entre as baías de São Marcos e de Cumã, no chamado Golfão Maranhense, é um município de formação histórica bastante peculiar. Tanto é assim que sua sede, Alcântara, é uma das duas únicas cidades brasileiras a ostentar a condição de monumento nacional, acompanhada apenas por Ouro Preto. É também o único município do país a ter oficialmente reconhecido, num mesmo perímetro, um extenso território étnico, integrado por 157 povoados camponeses que reivindicam a condição de *quilombolas*. Contrastando com essas características, por outro lado, é apontado ainda,

como o melhor lugar do planeta para a instalação de plataformas de lançamentos de artefatos espaciais.

Diferentemente de outros lugares do Nordeste, como no caso da *plantation* açucareira, onde a aristocracia agrária se firmou, aqui a classe dominante dos séculos XVII, XVIII e XIX, constituída de proprietários de fazendas de algodão e de engenhos de açúcar, abandonou as terras, permitindo que aí florescesse um sólido campesinato, tanto parcelar quanto, e principalmente, comunal (Sá, 2007) (Almeida, 2006).

As peculiaridades dessa colonização pelos portugueses definiram o perfil étnico de toda a região chamada Baixada Maranhense¹, propiciando a conformação de um modo de vida particular, resultado da elaboração secular de regras de relação com os recursos naturais e entre grupos de parentes. Estes territorializaram (Oliveira Filho, 1998) uma extensa área, hoje cobijada pelo governo federal para expansão do Centro de Lançamento de Alcântara.

Antes de adentrar na análise de aspectos do patrimônio cultural desses grupos, levantados no âmbito deste inventário, julgamos pertinente passar em revista, ainda que muito brevemente, algumas informações sobre a formação histórica do município como um todo.

2.2 - A ocupação de Alcântara e a constituição do campesinato

A tentativa de ocupação francesa do Maranhão, durante o chamado período da França Equinocial, se estende de 1612 a 1616, quando os portugueses retomam o controle dessa porção norte da Colônia. Segundo Viveiros (1950), que se apóia em Abéville, havia em Alcântara uma série de aldeias tupinambá, originando o nome Tapuytaperá para essa região. Em 1627, Tapuytaperá foi alçada à sede da Capitania de Cumã, cujo primeiro donatário, desde 1624, foi Antonio Coelho de Carvalho. Alcântara foi se transformando em importante centro de poder e, em 22 de dezembro de 1648, foi elevada à condição de Vila com o nome de Santo Antonio de Alcântara, sob a invocação

¹ A cidade, instalada em 1648, possui uma área: 1.495,6 km², localiza-se no município de mesmo nome, do outro lado da baía de São Marcos, em frente à cidade de São Luís. Pertence ao município de Alcântara que, por sua vez, integra a mesorregião geográfica Norte Maranhense e Microrregião Geográfica Litoral Ocidental Maranhense, segundo classificação do IBGE. O município integra a Área de Proteção Ambiental – APA – das Reentrâncias Maranhenses e está, também, dentro dos limites da Amazônia Legal.

do Apóstolo São Matias. Nesse momento, segundo Marques (1970), abandonou-se seu nome indígena, e seu donatário adotou o de Alcântara, o mesmo de uma das aldeias de Portugal. Data desse período o levantamento do pelourinho, que ainda se encontra na atual Praça da Matriz, até os dias de hoje.



Pelourinho de Alcântara na praça da Matriz. Foto: Benedito Souza Filho

Em 1754, se extinguiu a doação, as terras reverteram à Coroa e os herdeiros do primeiro donatário receberam outras, em troca, em Portugal. Segundo Almeida (2006, p. 96), apoiando-se em Pereira do Lago, entre 1624 e 1754, as terras de Alcântara foram transmitidas em sucessão aos integrantes da família Coelho de Carvalho. Nesse período em que foi elevada à condição de Vila foram construídos os conventos de Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora do Carmo.

Um momento importante para a economia alcantareense, segundo Almeida (2006), foi o período de vigência da política pombalina, com a implantação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, depois da Lei de Liberdade dos Índios (1755), entre 1757 e 1778. Nesse período, foram expulsos os jesuítas, que se beneficiavam da exploração do trabalho indígena. As outras ordens, dos Carmelitas e dos Mercedários, que não rivalizavam com os interesses portugueses, permaneceram ainda até fins do séc. XIX.

A Companhia Geral constituiu-se numa importante empresa mercantil, segundo Caio Prado Jr (1963, p.144), apoiando-se no cultivo do algodão, cujo comércio teria dado vida a uma região inexpressiva no conjunto da Colônia.

A partir dos empreendimentos econômicos subsidiados pela Companhia Geral de Comércio, no âmbito da política pombalina, passa-se a assistir o que Almeida (2006) denomina de uma transformação na “fisionomia étnica” de Alcântara. O elemento africano passa a se fazer mais presente, como resultado da importação de escravos, e a se sobrepor ao indígena. Esse é o período do florescimento das plantações de arroz e algodão no município. No final do séc. XVIII o Maranhão torna-se o maior exportador de algodão da colônia, estando Alcântara entre suas regiões mais ricas.

Alcântara é considerada por Viveiros (1954, p. 54-55), nesse período, como o “celeiro do Maranhão”. O arroz, o açúcar, a aguardente, o couro, a farinha, o milho, a tapioca, a carne, o peixe seco, o sal, estão dentre os produtos oriundos do atual município.

No final do séc. XVIII observa-se a decadência da economia algodoeira de Alcântara, dentre outros fatores pelo fim da Guerra de Secessão dos Estados Unidos e a entrada no comércio internacional do algodão do Egito e da Índia.

Na metade do séc. XIX, por incentivo do governo provincial, numa tentativa de recuperação da economia local, estabelecem-se engenhos em Alcântara. Essa região mantém sua posição de proeminência, também nesse período, estabelecendo-se como centro de convergência da produção de açúcar oriunda de outras áreas, como Pindaré, Viana e Guimarães, conhecendo, porém, a partir da segunda metade do séc. XIX, novo período de decadência econômica, com a queda dos preços desse produto no mercado internacional. No início do séc. XIX acentua-se o endividamento dos fazendeiros junto às casas comerciais de São Luís (Almeida, 2006, p. 47). Em 1819 Viveiros (apud Almeida, 2006, p. 109) assinala que o preço do algodão caíra para menos da metade, levando à bancarrota os fazendeiros, já endividados junto às casas comerciais inglesas e portuguesas de São Luís. Outra dificuldade que se abate sobre esses grandes proprietários é a proibição do tráfico de escravos a partir de 1850.

Por outro lado, apesar de decadentes economicamente, vários desses fazendeiros da região de Alcântara tornam-se presidentes de província, senadores do império e deputados da assembléia legislativa provincial, entre 1834 e 1889, o que indica que, politicamente, não se mostravam combalidos.

Em 1836 Alcântara foi elevada à categoria de cidade, sendo dividida em dois distritos de paz e três freguesias: Apóstolo São Matias, São João de Cortes e Santo Antonio e Almas (Marques, 1970, p. 68).

Segundo Almeida (2006, p. 112-113):

As fazendas de Alcântara, no decorrer do século XIX, consistem no mais das vezes, em símbolos de um poder que efetivamente não mais se baseava nelas. A despeito das aparências, dos registros formais de terras e das tentativas de recuperação – como no caso dos incentivos aos engenhos de açúcar em 1846-47, que levaram Alcântara a possuir 13 engenhos nas duas décadas seguintes – a estratégia efetiva das famílias de fazendeiros baseava-se em cargos públicos e nas vicissitudes de uma carreira política, tendo suas residências consolidadas em São Luís e no Rio de Janeiro.

Paralelamente a essa ausência dos grandes proprietários, passa a se constituir na região um sólido campesinato, nas terras antes ocupadas pelas grandes unidades monocultoras, deixadas em abandono ou sob cuidados de prepostos. Embora a historiografia consagrada enfatize a “decadência de Alcântara” e sua “paralisia no tempo”, do ponto de vista dos vários segmentos integrados por indígenas e escravos africanos, o que se vivia era a liberdade e a possibilidade de territorializarem aquelas terras. Tal contraste entre uma e outra situação é bem retratada por Josué Montello, em Noite Sobre Alcântara, quando os últimos membros da aristocracia se retiram melancólicos, e os negros afirmam que ali é seu lugar, que nada têm a fazer em São Luís, e batucando, em festa, saúdam a chegada de um novo ano.

Nesse momento, também são freqüentes os registros da existência de quilombos, conforme aponta Almeida (2006, p. 49), apoiando-se em Viveiros: *“no início do séc. XIX os registros administrativos sobre quilombos na região de Alcântara aumentam significativamente”*. Em 1837, Viveiros aponta a existência de inúmeros quilombos na Fazenda denominada Tamata-tiua, um dos locais que foram objeto deste inventário. Em outras áreas, como Pinheiro e Turiaçu são registradas movimentações de escravos fugidos pelo mesmo autor. A liberação dos escravos, décadas depois, representará o último golpe sobre a economia agrária maranhense assentada na agroexportação. Um segmento camponês de origem indígena, oriundo da expulsão dos jesuítas ainda na metade do séc. XVIII, somando-se a segmentos de escravos, sejam os alforriados, os quilombolas ou aqueles originados simplesmente da desestruturação do sistema repressor dessa força de trabalho, passam a

constituir uma camada camponesa sólida, que se estabeleceu tanto em parcelas quanto em terras de uso comum. As transformações econômicas que atingem os proprietários de terra e sua reprodução em Alcântara permitem compreender o perfil étnico e a organização social característica dos atualmente chamados *remanescentes de quilombos* no município.

Origina-se desses processos a ocupação camponesa que se estende hoje sobre uma vasta área, integrada por 157 povoados, cujas famílias se autodefinem como *quilombolas*. Essas famílias ficaram à margem da interferência oficial do início do séc. XIX até a década de 80 do século XX, quando então se instaurou o processo de implantação de um centro de lançamento de artefatos espaciais pelos militares.

2.3 - O desastre social e ambiental provocado pela instalação do Centro de Lançamento de Alcântara

Em 1980 o Estado do Maranhão desapropriou, para fins de utilidade pública, 52 mil hectares que doou ao Ministério da Aeronáutica para implantação do CLA e, em 1986, 520 pessoas foram transferidas compulsoriamente do litoral, onde residiam, pescavam e cultivavam, para as chamadas *agrovilas*, no interior do município, distante do oceano. Foram reassentadas nesses novos locais de residência e trabalho, em 15 hectares cada, o que inviabilizou sua sustentabilidade econômica e as atingiu em sua segurança alimentar. Grave foi a instalação dessas *agrovilas* na cabeceira de rios importantes, como o Rio Peptal, que serve ao município, provocando seu assoreamento.

Em 1987 mais 830 pessoas foram deslocadas compulsoriamente e, em 1991, o governo federal decretou como de utilidade pública mais 10 mil hectares para fins de expansão do CLA. A partir de 1996, o CLA e o Ministério da Aeronáutica autorizaram a exploração comercial do Centro e, a partir daí, passaram a firmar acordos internacionais (primeiro com os Estados Unidos e, atualmente, com a Ucrânia) com o objetivo de exploração comercial do Centro. Desde então, intensificou-se a luta dos atuais *quilombolas* pela não expansão do Centro sobre as áreas do litoral; pelos direitos das famílias assentadas nas *agrovilas*; contra os desmandos de empresas que passaram a intrusar a faixa

litorânea desse território. Paralelamente, desenrola-se na justiça federal uma série de ações judiciais com vistas à defesa dos interesses e direitos dos *quilombolas* e relativas ao meio ambiente.

Todo um desastre ambiental já fora provocado nos anos 80, uma vez que as famílias alocadas compulsoriamente no interior, distante do mar e dos igarapés, passaram a pressionar os recursos alimentares de outros povoados, como Mamuna, Samucangaua e tantos outros (PAULA ANDRADE & SOUZA FILHO, 2006).

Entre 2008 e 2009 ocorreu uma significativa vitória dos *quilombolas*, obrigando a Alcântara Cyclone Space (ACS) a recuar para dentro dos 8700 hectares já ocupados dos militares, em decorrência da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, pelo INCRA, reconhecendo-se como território quilombola mais de 73 mil hectares.

Neste momento, porém, as pendengas judiciais não se encerraram e ainda há risco de os quilombolas não terem titulado o seu território, uma vez que aquele relatório técnico é apenas o primeiro passo dentre as muitas etapas do processo administrativo até que o título de propriedade da terra lhes seja definitivamente entregue.

2.4 - O patrimônio histórico e urbanístico de Alcântara

No tocante ao patrimônio histórico e urbanístico de Alcântara, a única interferência oficial digna de nota é sua elevação à condição de monumento nacional, em 22 de dezembro de 1948, 136 anos após sua constituição como cidade e 300 como Vila. A inscrição no Livro de Tombo Histórico ocorreu em 29 de dezembro daquele mesmo ano, porém no de Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico apenas em 10 de outubro de 1974.

A Divisão Técnica – setor de pesquisa e inventário do IPHAN - MA, realizou levantamento desse patrimônio, no âmbito do Projeto Monumenta, indicando os pontos de grande importância histórica relativos à sua arquitetura, que julgamos pertinente incluir aqui.

❖ **“Fonte de Mirititua:** Localiza-se no bairro Caravela (2 km do centro). A construção dessa fonte é anterior a 1747, sendo fundada pelo donatário Antônio Coelho de Carvalho, com a finalidade de servir água que, segun-

do afirmam, tem propriedades terapêuticas. A fonte acha-se protegida por um paredão que tem uma abertura retangular ao centro, seguida de muro que o envolve.

❖ **Fonte das Pedras:** Situa-se na Rua Pequena. Foi edificada pelos franceses em 1613 e tinha por finalidade abastecer a população alcantareense. Apresenta-se voltada para uma rampa abandonada, de frente para o mar. Em forma arredondada e murada, tem sua parte central um frontão triangular, encimado por uma pedra cabeça-de-negro. Tem uma abertura central retangular, deixando cair água das partes internas, direita e esquerda, encimando uma forma octogonal em pequeno relevo. Na parte superior esquerda, por onde se chega, há um poço em pedra.

❖ **Porto e Ladeira do Jacaré:** O porto localiza-se na foz do igarapé de mesmo nome. Caracteriza-se como ancoradouro natural, utilizado há séculos. Não é apenas como área de embarque e desembarque, lá existe mercado, armazéns de comércio e edificações dos séculos XVIII e XIX. É o porto a principal via de acesso e comunicação de Alcântara com São Luís. É sabido que, nos tempos idos, quando Alcântara vivia os tempos de seu fastígio econômico e político, o porto era um dos lugares de maior movimento, devido ao comércio, naquela época ali concentrado. Já a Ladeira, situada na Rua Neto Guterres, proveniente do Porto do Jacaré segue sinuosa, íngreme e revestida em pedra jacaré, ora de cor preta, irregular e rugosa, ora em cantaria, terminando na Praça da Matriz.

❖ **Ruínas da Igreja de São Matias:** Situa-se na Praça da Matriz. Não há informações precisas sobre a origem desta igreja, é provavelmente do século XVII. Sabe-se que, em novembro de 1869, o Presidente da Província, Dr. Braz Florentino Henrique de Sousa, depois de uma viagem a Alcântara, nomeou uma comissão composta do vigário da freguesia, do Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro e do Coronel Inácio Antonio Mendes para tratar da conclusão das obras, o que se faz crer não terem sido elas terminadas. As ruínas da Matriz compreendem a fachada principal, um único campanário completo (lado esquerdo), uma torre sineira e parte das paredes laterais, formado por largas

paredes de alvenaria de pedra e cal. Fachada simétrica, colonial, de uma só porta principal com portada em cantaria encimada por frontão do mesmo material. Os vãos em geral apresentam vergas retas, exceto os da torre sineira, quadrangular, onde se apresentam em arco pleno, com uma abertura em cada lado. O frontão curvilíneo com óculo é determinado por cruz de ferro.

❖ **Pelourinho:** Localiza-se na Praça da Matriz. Esbelta coluna de cantaria, tendo na parte superior um trabalho em relevo. A parte mais elevada lembra uma grande coroa, e abaixo uma forma aproximada de tronco de prisma invertido, decorado com motivos minuciosos e repetidos em três das suas faces. Na quarta face, voltada para a Câmara e Cadeia, um brasão armoriado português encimado por coroa. Sua base é muito simples, apoiando-se em piso de cantaria. O Pelourinho está envolto por grossas correntes apoiadas em suporte de madeira. Segundo estudiosos, o Pelourinho, foi erguido em dezembro de 1648 e tinha por finalidade o castigo dos escravos. Durante muitos anos a parte superior do Pelourinho alcantareense ficou enterrada no chão, diante da porta arruinada da matriz, sem que dele houvesse qualquer notícia. Mas, José Alexandre Rodrigues, resolvendo proceder uma investigação para encontrar o Pelourinho e reerguê-lo, conseguiu informação prestada por popular nonagenária da localidade, a ex-escrava e cafuza Carolina, conhecida pela alcunha de Mãe Calu, já falecida. Realizada a escavação, achou-se que Mãe Calu dissera a verdade, deparando-se ao pesquisador, a poucos palmos de profundidade, o que buscava: a seção cilíndrica principal da coluna do Pelourinho, porque nela é que foi lavrado, para encimar o brasão de Portugal. Animados pelos irmãos Durval e Osvaldo Soares, José Alexandre Rodrigues restaurou e reergueu, no ano de 1948, o antigo padrão. O Pelourinho continua até hoje no mesmo lugar, como símbolo de continuidade histórica na cidade persistente.

❖ **Casa de Câmara e Cadeia:** Localizada na Praça da Matriz. No dia 28 de outubro de 1759, o Governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, de conformidade com as ordens que tinha recebido, concedeu ao Senado da Câmara desta antiga Vila de Santo Antônio de Alcântara uma légua de terra para o seu patrimônio. Em 11 de outubro de 1791, a Câmara remeteu uma relação de pessoas que prometeram contribuir com donativos para a construção das obras da Câmara e Cadeia. Francisco Coelho de Carvalho doa terras capazes

de criação de gado para que seus rendimentos ajudassem nessa construção. Até hoje não se sabe ao certo a data de sua construção, porém acredita-se que seja do fim do século XVIII. Este prédio foi construído para Casa de Câmara e Cadeia, sendo mais tarde transferida para ali a Penitenciária do Estado, que chegou a funcionar até bem pouco tempo, deixando a comunidade alcantarense aterrorizada diante de tantas injustiças cometidas. É uma edificação com fachada principal simétrica, composta de dois pavimentos de terminação em belo beiral de telha portuguesa. A porta principal almofadada, simples, é ladeada por janelas em gradil de ferro, e a nível do 2º pavimento, portas-janelas com balcão sacado completo; todos esses vãos são em vergas retas, sem bandeira, com moldura simples em cantaria. Nas fachadas laterais as janelas são protegidas por gradis de ferro duplo. Além das grossas paredes, a construção é sustentada externamente por contrafortes.

❖ ***Igreja e Convento do Carmo:*** Situado na Praça Frei Custódio Alves Serrão, esquina com a Rua Grande. Na armada de Alexandre de Moura embarcaram como capelães, os religiosos Carmelitas Caçados, frei Cosme da Anunciação e Frei André de natividade. Nesta mesma expedição, vinham os padres Benedito Amodei, Lopo de Couto e Luís Figueira, da Companhia de Jesus. Depois de serem expulsos os franceses, as duas ordens se estabeleceram no Maranhão. Alexandre de Moura concedeu a Ilha do Medo ou Boqueirão, numa extensão de duas léguas de terra, tendo Jerônimo de Albuquerque expedido a carta de data a 20 de fevereiro de 1616. Foi como teve origem o Convento dos Carmelitas, fundado em 1647, pelo P. Frei José de Santa Thereza, ordenado pelo desembargador do Paço, Antônio Coelho de Carvalho. Nesta cidade de Alcântara, a igreja foi construída no ano de 1665. Mais tarde, o convento, devido à ação enérgica do Provincial, Frei Caetano de Santa Rita e dos cuidados piedosos de Frei João Bastos, último frade, que ali terminou seus dias, foi preparado em 1865, e pôde assim mais de meio século. Deste convento restam hoje apenas muros e escombros, o mesmo, felizmente, não acontecendo à Igreja do Carmo. Trata-se de edificação com fachada retangular simétrica, tendo como eixo a portada única no corpo central da mesma, em cantaria, de verga reta com volutas nos cantos superiores e, encimada por pequeno frontão concheado por volutas e festões de rosas delicadamente esculpidas

no mesmo material. No interior, a igreja tem nave principal, com laterais, teto em abobada de berço, coro balaustrado em madeira. Apresenta rico trabalho de talha barroca que se estende ao altar-mor, capela e púlpitos. Existem barras de azulejos em painéis.

❖ ***Igreja de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretos:*** Situa-se no bairro Caravela. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, desejando possuir sua igreja, pediu licença ao governador para erigi-la, visto achar-se a Irmandade em circunstância de poder levar avante seus desejos, o que deferido por despacho de 27 de novembro de 1779. Mais tarde, a Irmandade requereu ao Senado da Câmara, a concessão de um quartel de chãos entre as casas de Jerônimo Coelho Pavão e a viúva de Firmino Diniz. Os chãos pedidos foram concedidos pelo Senado da Câmara no dia 8 de janeiro de 1780. A igreja foi construída pelos negros e, no dia 29 de maio de 1803, encontrando-se pronta, foi benta e entregue ao culto, sendo levadas para ela as imagens de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. É um templo modesto, digno de ser conservado pelo seu sentido histórico e pela tradição que o liga a vida colonial de Alcântara.

❖ ***Igreja de Nossa Senhora do Desterro:*** Situada na Rua Pequena. A construção desta capela remonta ao final do século XVIII. É uma das tradições de Alcântara, pois antes de ser propriamente Capela do Desterro, foi um dos principais passos da cidade. A Capela é pequena, porém abriga belas imagens, a de Nossa Senhora da Guia e a de Nossa Senhora do Desterro com São José e o Menino além de um Cristo Crucificado, que outrora pertencera à Casa Alcantarense dos Jesuítas. Com belvedere para o mar, a capelinha de fachada chapada, compreendendo apenas porta principal e janelas sobrepostas. O simples frontão triangular é ladeado por um par de coruchéus. De planta retangular, apresenta um interior singelo, de nave única, teto em abobada de berço e piso em lajotas de cerâmica. O arco cruzeiro concêntrico separa tradicionalmente o altar-mor do corpo da capela. Altar-mor em estilo neoclássico, ladeado por colunas coríntias enquadrando o nicho. O altar constitui-se de um trono de três degraus, decorado com folhas de acanto estilizadas, e o nicho, por sua vez, é constituído por duas colunas estriadas, de capitéis coríntios, encimado por um arco pleno decorado com seqüência de flor-de-lis. Outro nicho de características neoclássicas, com colunas semelhantes a pilares, acima dos

quais, frontão vazado e recortado, decorado com margaridas, rosas, folhas de acanto e dentículos. Os outros nichos são embutidos nas paredes laterais.

❖ **Capela das Mercês:** Localizado no Largo das Mercês. Antonio Coelho de Carvalho e sua mulher Maria Manuel de Vilhena, por Alvará de 25 de setembro de 1648, passado em Lisboa, doaram à Ordem de Nossa Senhora das Mercês, o sítio que possuíam na sua capitania de Cumã, na Vila de Santo Antônio de Alcântara. Esta doação foi feita por serviço de Nosso Senhor Jesus Cristo para que se lembrasse das almas e saúde deles, pela grande devoção que tinham a Nossa Senhora das Mercês, para que a ordem pudesse, com melhor cômodo, fundar um convento, igreja, morada, sustento e fábricas de seus religiosos, a fim de servirem a Deus. Em 1651, tinha início a construção do convento de Nossa Senhora dos Remédios, que passou mais tarde à invocação de Nossa Senhora das Mercês. Foi fundado em 1658, segundo o que se lê no livro pertencente a esse convento. Teve em seu princípio a invocação de Nossa Senhora dos Remédios e ensinavam os frades, gratuitamente, a ler e escrever, como atestou o Padre Vigário Francisco Roberto Pimentel, em 3 de abril de 1673. Seus fundadores foram o Padre ex - Comissário-Geral Frei Marcos da Natividade, natural do Grão-Pará e Frei João Cerveira, natural de Tapuitapera. Passados muitos anos, a Ordem foi decaindo, pois morreu o amor de seus filhos, desapareceram os bons frades, extraviaram-se muitos bens móveis, os imóveis foram-se arruinando, sem que uma mão piedosa pusesse obstáculos ao poder destruidor do tempo. Este convento foi fechado em 1850, quando faleceu o penúltimo frade mercedário. Hoje, é uma simples capelinha de fachada simples terminada em beiral, sem torre. Pousada numa base com vestígios de cantaria, de planta quadrangular, coberta em quatro águas, paredes grossas em adobe, com variações internas. Nota-se recentes alterações na fachada, pela incrustação de elementos vazados em forma de cruz. Observa-se ainda o piso de construção recente, de cimento. Há chanfros nos quatro cantos externos da capela. O Altar rústico é formado por um conjunto de mesa e santuário, de madeira. A mesa que serve de base para o conjunto é subdividida na frente, em três partes, em relevo, apresentando uma cruz latina ao centro. O santuário, apoiado na mesa, tem vidro somente na parte da frente, deixando aparecer a bela imagem de roca de Nossa Senhora das Mercês, própria para a procissão, com estrutura de ripas de madeira, vestimenta em tecido, cabeleira natu-

ral, cacheada, idêntica à do menino que carrega nas mãos, sendo que este tem olhos de vidro, enquanto ela tem olhos pintados. O frontão do santuário é curvilíneo, interrompido ao centro, por cruz, tendo como elemento decorativo apenas uma estrela de cada lado. No interior da capela, além dos castiçais rústicos em metal, resta a imagem barroca, em madeira, de São Pedro, que em uma das mãos carregava uma chave, segundo fama popular, em ouro.

❖ ***Ruínas da Igreja de São Francisco de Assis:*** Localizada na Rua Direita. A venerável Ordem Terceira do Patriarca São Francisco, asilava-se na Igreja de Santa Quitéria, até que seu procurador, Manuel de Jesus Rocha, dirigiu-se ao bispo dizendo que a irmandade pretendia erigir um templo próprio, onde pudessem exercer suas funções religiosas. Em 7 de dezembro de 1811, estando o provedor e vigário geral ausente, o coadjutor Manuel Rodrigues da Silva, que era comissário da Ordem, informou que examinando o lugar escolhido, achou-o capaz e suficiente para o fim proposto. Foi então que no dia 09 do mesmo mês e ano, passou-se provisão por despacho, para a edificação da capela. Despachada a provisão que autorizava a construção da Igreja, o terreno foi vendido à Ordem por Jerônima Teresa de Jesus Serra, viúva de João Paulo Almeida, que mandou passar a 6 de abril de 1812, pelo tabelião Francisco José Afonso, a escritura do referido terreno. Não há certeza da sua construção. Sabe-se, porém, que em 09 de dezembro de 1811, foi passada provisão por despacho para a edificação da Igreja da Venerável Ordem Terceira Patriarca São Francisco, que durou pouco tempo, talvez pela má administração. Construída com paredes grossas, de pedra, espessura aproximada de 1,30m, tendo na fachada principal somente uma entrada com frontão da cantaria, com relevo, e dois braços entrecruzados, um de cristo e outro de São Francisco, centrados por uma cruz, simbolizando a Irmandade dos Franciscanos. No interior conserva-se o arco cruzeiro concêntrico. É mais uma construção que não chegou a ser concluída, encontrando-se em ruínas ” (IPHAN, s/d p.4-8).

As providências para demarcação da área tombada arrastou-se por vários anos, desde 1948, tendo se paralisado até 1980 e, depois, entre 1990 e 2000 (ANDRÉS, apud IPHAN, s/d p. 31), apesar de ter sido instituído um Grupo de Trabalho, em 1980, para analisar as conseqüências da decretação da maior parte do município para fins de instalação da base de lançamento de foguetes. Cinquenta e quatro anos depois do tombamento passam a se dar as iniciativas

de rerratificação das áreas tombadas de Alcântara, bem como daquelas do entorno do Núcleo Histórico, aprovada em 09 de março de 1990 pelo Conselho Consultivo do IPHAN.

Segundo uma das conselheiras que analisou o processo, *“a delimitação do Sítio Histórico de Alcântara proposta pelo SPHAN considerou não só os bens de natureza urbana, arquitetônica e arqueológica, como ainda os de patrimônio natural e aqueles bens de natureza material e imaterial que constituem o Patrimônio da Comunidade local”* (IPHAN, s/d p. 25).



Marlene, *caixeira* do
Divino Espírito Santo

3. AS LOCALIDADES INVENTARIADAS

Dentre as centenas de localidades que compõem o município de Alcântara e, principalmente, os 157 povoados que integram seu território étnico, elegemos apenas sete lugares para realizar um levantamento preliminar, de modo a chamar a atenção para a importância de aí se realizar um vasto trabalho de inventário de referências culturais. Para tanto, nos utilizamos de conhecimento anterior, já acumulado no âmbito de trabalhos de pesquisa etnográfica, além de lançar mão da ajuda de outros pesquisadores que aí realizam registros audiovisuais há algumas décadas.

A seguir, apresentamos o conjunto dessas localidades e suas características gerais.

3.1 - ALCÂNTARA SEDE

Alcântara é cidade monumento nacional, inscrita no Livro do Tombo Histórico em 29.12.1948. Em 1974 foi inscrita também nos livros das belas Artes e da Arqueologia, Etnografia e Paisagismo.

A cidade, instalada em 1648, possui uma área: 1.495,6 km², localizando-se no município de mesmo nome, do outro lado da baía de São Marcos, em frente à cidade de São Luís. Pertence ao município de Alcântara que, por sua vez, integra a mesorregião geográfica Norte Maranhense e Microrregião Geográfica Litoral Ocidental Maranhense, segundo classificação do IBGE. O município integra a Área de Proteção Ambiental – APA – das Reentrâncias Maranhenses e está, também, dentro dos limites da Amazônia Legal.

Segundo informações do Atlas de Desenvolvimento Humano da FUNASA, dista da capital São Luís, 18,3 km e apresenta uma altitude de 32 m. Sua população, em 1991, era de 3993 habitantes, enquanto em 2000 era de 5665.

Em 1970 o IBGE registrava que 2.005 pessoas viviam na área urbana, enquanto 14.622 viviam na área rural do município. Segundo as estimativas atuais do IBGE, em 2007, 5.974 pessoas vivem na área urbana, enquanto 15.375 pessoas estão na área rural de Alcântara, ou seja, houve um inchamento da área urbana, tal como já apontado em outro formulário deste inventário (ficha de sítio de Alcântara) pelo consultor do IPHAN Phelipe Andrés. A taxa de urbanização (percentagem da população da área urbana em relação à população total) do município é de 28% (estimativas de 2007 – IBGE), que na década de 1970 era de 12,1%.

Na zona urbana prevalece a prestação de serviços (53,7%), segundo dados de 2005 do IPEA Data.

Quanto ao centro histórico de Alcântara, é classificado pelo Dossiê Monumenta (IPHAN, s/d) do seguinte modo: “Margem esquerda do Igarapé do Jacaré, no trecho que vai da foz do referido igarapé até a foz de seu afluente, conhecido como Igarapé do Pirandi, seguindo pela margem esquerda deste até sua nascente; deste ponto ligando-se à nascente do igarapé do Puca por meio da linha descrita pelo aterro existente entre essas duas nascentes, linha que é interceptada pela rodovia Ma 106, em seu km 1150; da nascente do igarapé do Puca segue por sua margem direita até a respectiva foz; daí, prosseguindo pela região costeira, entre as desembocaduras do igarapé do Puca e do Igarapé do Jacaré, nela incluindo a Ilha do Livramento em toda a sua totalidade e a antiga olaria dos padres Carmelitas em Itatinha”. (IPHAN, sem data, p. 18)

Na sede foram inventariadas as celebrações Festa do Divino e Festa de São Benedito, os modos de fazer e formas de expressão ligados a essa celebração (preparo do doce de espécie, do chocolate do licor; confecção do altar da festa e da indumentária do santo; forma de expressão das caixeiras).

3.2 - ILHA DO CAJUAL

A Ilha do Cajual localiza-se no município de Alcântara, no Golfão Maranhense, com uma população estimada em 62 famílias de descendentes de escravos. A Fundação Cultural Palmares (FCP) expediu a Certidão de Auto-Reconhecimento da comunidade quilombola da Ilha, em 25 de janeiro de 2006.

OS MORADORES DA ILHA VIVEM DA PESCA E DA AGRICULTURA FAMILIAR, MANEJANDO A TERRA, OS RECURSOS HÍDRICOS E OUTROS COM BASE NO SISTEMA DE

USUFRUTO COMUM. SEUS PRODUTOS SÃO VENDIDOS EM SÃO LUÍS, SENDO TRANSPORTADOS DE FERRY-BOAT.

A Ilha integra uma grande formação costeira denominada Reentrâncias Maranhenses (FIBGE), sendo PONTILHADA DE PEQUENOS LUGARES HABITADOS, CONFORMANDO SUB-LOCALIDADES NO INTERIOR DA EXTENSÃO DA ILHA, COMO: JACARÉ, VILA NOVA, TIJUCA, SANTANA DOS PRETOS.

Em termos de cobertura florestal é constituída de vegetação de terra firme (restinga, mata) e campos, entretanto, se caracteriza, sobretudo pela grande extensão de manguezais que circunda amplas áreas de lama expostas durante a baixa-mar, ambiente ideal para alimentação e nidificação do pássaro chamado guará (*E. ruber*).

Além de abrigar exuberante fauna, sobretudo de guarás é também, segundo a classificação nativa, um berçário natural de diversas espécies de camarão, como o *branco, da madeira, da pedra, piticaia ou piré e o cascudo*. A pequena criação de porcos, galinhas, patos, jumentos e bois articula-se à agricultura, à pesca, à caça e ao extrativismo. No local Tijuca, corre o rio Urucurana cujas águas se espriam por muitas áreas que se alagam, constituindo-se em ecossistemas importantes que propiciam a proliferação de palmeirais (juçarais, buritizais). Registram-se aí, também, extensa área de manguezais, muitos babaçuais e algumas carnaubeiras.

A Ilha do Cajual também é sítio fossilífero, ainda não totalmente explorado. O local onde se encontra esse sítio, a chamada Lage do Coringa, importante e significativo patrimônio paleontológico, que submerge nas marés altas, considerada por seus moradores como um lugar de *encantarias*. Como em outras localidades inventariadas tais lugares assumem significado importante no âmbito do sistema de crenças da população nativa. Seus moradores crêem que a perturbação das entidades sobrenaturais que aí habitam, entendidas como guardiãs dos ecossistemas lá existentes, tem conseqüências negativas para o equilíbrio social e ambiental da Ilha. Segundo esse sistema de crenças, alterações já se verificam no lugar devido ao que entendem como “perturbações”, como a retirada de alguns fósseis nesta área.

Na Ilha do Cajual foram inventariadas a celebração de São Benedito e as formas de expressão tambor de mina e caixeiras. Haveria muito que

inventariar nesse local, mas a dificuldade de acesso e a exigüidade do tempo de permanência em campo o impediram.

3.3 - MAMUNA

Mamuna é um povoado do município de Alcântara, localizado no litoral. É definido pelos entrevistados como povoado de *beira de costa*, em oposição àqueles chamados de *centro*, ou seja, que se encontram no interior do município. Limita-se ao Norte com o oceano Atlântico; a Leste com o povoado remanejado compulsoriamente, chamado Peru (hoje desabitado); a Oeste com o povoado Baracatatiua e, ao Sul, com o povoado remanejado chamado Camarajó (onde reside apenas um morador). Essas áreas, que foram objeto de remanejamento pelos militares, nos anos 1980, hoje são oficialmente pertencentes à União, através da Aeronáutica. Entretanto, obedecendo a um processo autônomo de reapropriação e uso, tais áreas passaram a ser exploradas novamente por famílias de Mamuna, seja para caça, pesca ou mesmo implantação de roças. Neste sentido, reafirmam o uso comum dos recursos básicos provenientes de seus ecossistemas, tal como estiveram sempre organizados após a decadência das grandes unidades monocultoras e a evasão dos antigos grandes proprietários e senhores de escravos. São áreas apropriadas e manejadas para fins de cultivo e extrativismo e algumas são classificadas conforme o sistema de crenças desses grupos. Aí, segundo as representações dos mamunenses, habitam os chamados *encantados*. Esses sistemas de crenças possibilitam um uso sustentável dos recursos da natureza, impedindo que sejam esgotados.

O povoado conta com mais de 70 famílias. No total, há 72 construções entre residências, igreja, *tribuna* (casa de cerimônias do povoado), escola, *casas de forno*, estabelecimentos comerciais e casa de extração de azeite. A maioria das casas tem localização concentrada em torno de uma espécie de arruamento, a que chamam de *sítio*, mas há residências um pouco afastadas como as que se localizam numa extensão da comunidade, chamada Jaracati, na entrada principal de Mamuna, ao Sul do povoado expropriado Camarajó. No Jaracati existem ainda quatro casas. Há também duas casas localizadas nas proximidades da praia, estando uma destas a beira do *porto* e outra nas proximidades do rio.

Em Mamuna foram inventariados vários lugares importantes, de acordo com o sistema de crenças da comunidade. São locais onde habitam os chamados encantados e, dentre eles, as ruínas de um antigo engenho. Foram inventariados, ainda, modos de fazer, como o artesanato de madeira de buriti e anajá e as rezas para espantar pragas da lavoura. Dentre os demais ofícios inventariados, está o azeite de mamona fabricado pelas mulheres do povoado.

3.4 - SAMUCANGAUA

Samucangaua localiza-se na parte noroeste de Alcântara e dista cerca de 44 quilômetros da sede do município. O povoado possui cerca de 49 unidades residenciais e uma população estimada em torno de 160 pessoas, sendo banhado pelo igarapé que recebe o mesmo nome da localidade. O igarapé é um afluente do rio Peri Açu que banha inúmeras localidades da região, apresentando no seu entorno rica fauna marinha e extensas áreas de manguezais bastante preservadas.

Samucangaua situa-se próximo a localidades como Ladeira e Iririzal, sendo um pequeno riacho, chamado *Baixa Grande*, o marco natural que separa o primeiro dos outros dois. No limite oposto encontra-se o igarapé de Samucangaua, onde se situa uma pequena entrada denominada localmente de *porto*. O *porto* é ponto de entrada e saída das canoas para a pesca, de onde os moradores extraem grande parte de sua alimentação por meio da pesca e da chamada *mariscagem* - atividade de coleta de mariscos, moluscos e crustáceos realizadas no igarapé.

De acordo com os moradores, o igarapé circunda o povoado e, seguindo seu curso na direção oposta chega-se aos povoados de Tauaú, São João de Cortes e Ponta da Areia. Utilizando a água (salgada e doce) e a terra como referentes, Dona Catarina e Dona Delzuíta, duas lideranças locais, mencionaram os lugares situados próximos a Samucangaua, enquadrados como vizinhos. Seguindo esse princípio classificatório, listaram os *vizinhos da água salgada*: Ituaú, São João de Cortes, Murari, Pacuri, Peri Açu, São Lourenço, Porto Alto. Mencionaram, igualmente, os *vizinhos da terra* (e, portanto, de água doce)– Janã, Peroba, Iririzal, Prainha, Terra Mole, Ladeira e o *vizinho de rio* – Conceição. A construção e percepção do espaço, em

referência aos chamados *vizinhos*, se dá por essa relação de proximidade e classificação do entorno natural.

Em termos sociológicos, Samucangaua se enquadra na categoria *terra de Santíssimo*. A história social dessa noção remete a presença de ordens religiosas e constituição de irmandades como a do Santíssimo Sacramento. No caso das terras de Samucangaua, ainda que os registros históricos não o atestem, seus moradores as incluem nas terras de Santíssimo, que nos termos dos próprios moradores compreendem grandes extensões de terra, englobando aí Samucangaua bem como outras áreas, como Santana de Caboclos, por exemplo. De acordo com os informantes as terras onde residem atualmente as famílias de Samucangaua eram ocupadas por indígenas. De acordo com essas representações os indígenas teriam saído e teriam ficado os mestiços em seu lugar. Segundo as narrativas históricas dos informantes, em Samucangaua não havia escravos. Próximo de lá havia o que denominam de *taperas* e *fazendas* com a presença de escravos. Entre elas destacaram a *tapera* do Mutiti e as fazendas Flórida, Tajurará, Santa Rita, Cajiba, e os engenhos Jacaré e Gerijó. Nesses lugares, segundo os informantes, havia escravos. Após 1888, com o término do regime escravista, alguns ex-escravos foram para as terras de Samucangaua. Atribuem a fundação de Samucangaua a uma ex-escrava chamada Ismêndia Atanázia Ribeiro que trabalhava no engenho Gerijó. Identificam, ainda, seu Dionísio (que classificam como de ascendência indígena), dona Brígida, seu Salu, Maria Madalena e Amância como alguns dos primeiros moradores de Samucangaua.

A exemplo de outras localidades do município, Samucangaua localiza-se no território étnico de Alcântara que está sendo reivindicado pelos remanescentes de quilombo, tendo como referência o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Integra, ainda, a macro zona étnica definida no plano diretor do município de Alcântara.

Na realização do trabalho de campo foi possível identificar em Samucangaua duas importantes referências culturais, segundo a própria caracterização das famílias. A primeira, apontada como a principal, refere-se à Festa de Santa Maria e São Benedito, que se realizam juntas, na mesma data. Durante o trabalho de campo foi possível identificar uma segunda referência,

relacionada à forma de apropriação dos recursos disponíveis. Trata-se da extração e manejo das ostras, encontradas nas denominadas *lajes*, formações rochosas encontradas no leito do igarapé que banha a localidade e nas quais esses moluscos se fixam. Em função de representar um tipo particular de saber, relacionado com a forma pela qual as famílias historicamente exploram os recursos disponíveis nesse bioma, e utilizado na dieta alimentar, essa prática foi enquadrada na categoria Ofícios e Modos de Fazer.

3.5 – BRITO

O povoado Brito localiza-se na parte Norte do município de Alcântara. Possui atualmente 32 unidades residenciais e uma população, segundo os próprios moradores, estimada em 128 pessoas. Em termos econômicos, as famílias dedicam-se principalmente às atividades agrícolas, extrativas e de pesca.

O povoado localiza-se próximo ao litoral de Alcântara, sendo banhado pelo Igarapé que recebe a mesma denominação da localidade. Tem no seu entorno rica fauna marinha e extensas áreas de manguezais bastante preservadas. Desenvolvem atividades de pesca na ampla faixa de praia situada próxima ao povoado. Encontra-se nessa faixa de praia uma zona de arrecifes de onde as famílias extraem variados tipos de mariscos e crustáceos utilizados tanto na comercialização como na dieta alimentar. Situa-se próximo a localidades como Santa Maria e Mamuninha e, pela faixa litoral, avizinha-se de Itaperá, Baracatatiua e Mamuna.

Brito possui cerca de 750 hectares e sua origem está associada ao casamento de Dona Isabel, uma das filhas dos antigos proprietários das terras (os informantes não souberam precisar o nome dos pais de dona Isabel nem seu sobrenome). Ainda segundo os informantes, esses proprietários eram portugueses. Dona Isabel casou-se com seu Manoel Moraes, homem de poucas posses originário de uma localidade denominada Cá Vem. Dona Isabel e seu Manoel Moraes tiveram dois filhos e, após a morte de Dona Isabel, o seu pai, triste com a morte da filha, doou cerca de 800 hectares aos seus netos e foi-se embora dessa região. Seu Manoel casou-se com uma segunda mulher que também veio a falecer. Contraiu matrimônio com uma terceira, denominada Ludugera com quem teve vários filhos. Segundo os informantes, essa

Ludugera é apresentada ao pesquisador como sendo “uma índia braba” vinda de uma aldeia cujo nome e localidade não souberam precisar. Os atuais moradores de Brito são descendentes dos filhos das uniões entre seu Manoel Moraes e suas esposas Isabel e Ludugera. Ainda que a terra seja resultante de doação, tenha documento de propriedade, o uso pelas famílias de Brito se assenta no uso comum. Nesse caso, as relações de parentesco orientam os direitos de uso da terra e apropriação dos seus recursos.

O trabalho de campo realizado em Brito possibilitou a identificação e registro de duas referências culturais: a carpintaria naval e a tecelagem de redes, ambas registradas na modalidade Ofícios e Modos de Fazer. Diferentemente de outras localidades, a carpintaria naval praticada em Brito volta-se somente à construção de pequenas embarcações como as canoas. Em relação à tecelagem, essa prática destina-se ao fabrico de redes de dormir, confeccionadas com fios de algodão em teares artesanais. Atualmente é utilizada a técnica de *bater* a rede, que se distingue de técnica anterior que consistia em *tecer* os fios de algodão, por meio de entrelaçamentos. Os fios utilizados, segundo esta técnica, eram preparados de forma artesanal e obedeciam a processo que consistia em *bater* o algodão e *fiar* em um tear.

3.6 - SÃO JOÃO DE CORTES

São João de Cortes localiza-se na parte Norte do município de Alcântara. Possui cerca de 170 unidades residenciais e uma população, segundo os próprios moradores, em torno de 500 pessoas.

É uma das localidades mais antigas do município de Alcântara. Sua história remonta ao século XVIII e se relaciona a presença da Companhia de Jesus em Alcântara, cujos padres, desde o século XVII, já realizavam visitas a fazendas e engenhos. A presença definitiva dos jesuítas em Alcântara, porém, data do início do século XVIII, permanecendo por cerca de cinquenta anos até serem expulsos, em 1760.

A presença jesuítica na então Vila de Alcântara remonta ao ano de 1716 por meio de uma Provisão Real. Para fazer face às suas despesas, em 1738 os jesuítas contavam com suas fazendas. Quando foram expulsos, em 1760, a Companhia de Jesus já possuía quatro fazendas: no Pindaré, em Peri Açu, em

Gerijó e no Pericumã. Nessas fazendas dos jesuítas a força de trabalho era a indígena obtida pela fundação de aldeias com os índios trazidos do chamado sertão. Uma dessas aldeias fundadas pelos jesuítas era a de São João de Cortes, situada próxima à Baía de Cumã que, em 1730, contava com 70 índios. Em 1755, com a liberdade dos índios, a estrutura dessas aldeias foi modificada. Aquelas que possuíam até 150 pessoas deveriam ser erigidas à categoria de Vila e aquelas com número menor à de Lugar. Assim, em 04 de outubro de 1757 a Aldeia de São João de Cortes, localizada próxima ao rio Peri Açu passou à categoria de Lugar, permanecendo com a mesma denominação (MORAES, 1987; SOUZA, 1977).

Em São João de Cortes a Igreja de São João Batista é o principal marco edificado. A sua história remonta ao século XVIII, no contexto da presença dos jesuítas. Existe um grupo de pessoas, capitaneado por dona Maria de Lourdes, que se ocupa das atividades de conservação da igreja. A preservação de sua estrutura física fica a cargo principalmente dos próprios moradores que, anualmente, por ocasião da festa de São João, realizam trabalhos de pintura e conservação. O significado e a importância que ela tem para as famílias de São João de Cortes podem ser medidos pela contribuição daqueles que, mesmo residindo inclusive em outros estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília), enviam recursos para auxiliar na melhoria da sua estrutura física.



Igreja de São João Batista em São João de Cortes
Foto: Benedito Souza Filho

São João de Cortes é banhado pelo rio Peri Açu e localizado próximo à baía de Cumã. Tem no seu entorno rica fauna marinha e extensas áreas de

manguezais bastante preservadas. Situa-se próximo a localidades como Itapuaua, Piquiá, Murari.

O povoado é conhecido por sua carpintaria naval, inventariada aqui. Em relação aos recursos disponíveis, os informantes salientaram que o entorno natural já não dispõe de uma ampla variedade de madeira para a construção de embarcações. Houve uma época (entre as décadas de 1950 e 1970) de intensa produção de barcos. Nesse período as madeiras eram retiradas no entorno. Com a abertura de estradas e circulação de produtos por via rodoviária, foi sendo observada uma redução na quantidade de embarcações produzidas. Essa diminuição foi alterando também a forma de utilização da matéria prima. Os que encomendavam os barcos começaram, eles mesmos, a fornecer a madeira para a construção das embarcações. Ainda que em pouca variedade, atualmente ainda existem madeiras que são extraídas para construção de pequenas embarcações, como canoas. A retirada desse material só é realizada no presente quando da construção de pequenas embarcações, como é o caso das canoas. Foi salientado que obtenção de madeira para essa finalidade implica em enormes sacrifícios, não só pela reduzida oferta, mas, sobretudo, pelo trabalho envolvido na retirada, transporte e preparação das tábuas a serem utilizadas nesse tipo de construção. O que tem predominado na realização dessa atividade é que aqueles que desejam construir algum tipo de barco, ao contratarem os serviços junto aos *mestres*, providenciam eles mesmos a madeira a ser utilizada na construção das embarcações.

Na realização do trabalho de campo em São João de Cortes, foi possível identificar quatro referências culturais importantes, segundo a própria caracterização das famílias. A primeira delas é a carpintaria naval, (enquadrada na modalidade Ofícios e Modos de Fazer) que se apresenta como uma de suas principais referências. A segunda, bastante mencionada pelas famílias, é a Festa de São João Batista, realizada no mês de junho e identificada como a principal que, infelizmente, não inventariamos. No calendário de festas religiosas, ela é antecedida pelas celebrações religiosas durante o mês de maio, identificado como mês de Maria, e também daquela celebrada em louvor a Santo Antônio, já no mês de junho. A terceira é a própria Igreja de São João Batista, apontada pelos moradores como outra importante referência. Outra referência apontada diz respeito às *ladainhas*. As chamadas *ladainhas* são

realizadas no âmbito da festa de São João Batista e têm a peculiaridade, segundo dona Maria de Lourdes, de serem executadas em latim. Em função de sua importância, ressaltada pelos próprios moradores, no inventário realizado foi dada ênfase apenas à carpintaria naval.

3.7 – ITAMATATIUA

O povoado Itamatatiua pertence ao município de Alcântara, e situa-se à margem da rodovia MA-106, cerca de 70km de Alcântara, na denominada *terra da santa*. Com 55 mil hectares as terras consideradas pela população local como de propriedade de Santa Tereza (PRADO, 2007), além de Itamatatiua abrange 15 povoados (Mocajituba, Tubarão, Goiabal, Raimundo Su, Buritirana, Mojó, Barroso, dentre outros) e também os municípios de Bequimão e Peri-Mirim.

A população de Itamatatiua soma cerca de 300 (trezentas) famílias que vivem da agricultura, da pesca e do extrativismo. Aliado a isso, a comunidade é tradicionalmente produtora de artefatos utilitários e decorativos de cerâmica, atividade exercida basicamente pelas mulheres artesãs, nacionalmente reconhecida. Alguns homens produzem telhas e tijolos, atividade historicamente realizada cujo saber tem sido transmitido por gerações sucessivas.

A região onde está situado Itamatatiua é formada por campos inundáveis, áreas de mangues e apicuns; igarapés e rios. Possui floresta secundária de palmeira de babaçu e palmeiras de buriti. O solo é rico em argila, manejado há mais de um século pelos seus moradores. É uma área que se caracteriza por sua abundância em recursos hídricos, com fontes de água doce diversa (rios, igarapés, poços, olho d'água).

Além de possuir um telefone público, Itamatatiua é servido de energia elétrica, um poço artesiano e água encanada. Existem no povoado mais de 100 edificações residenciais, um centro de produção de cerâmica, um cemitério, uma escola de ensino fundamental, uma pequena pousada com três quartos e um restaurante e três edificações comerciais. A capela de Santa Teresa D'Ávila, construída no século XVIII, é para os moradores de Itamatatiua um patrimônio importante, relacionado à história do grupo, bem como à sua expectativa de direito em relação às terras onde vivem e trabalham.



Igreja de Itamatatiua. Foto: Suely Cardoso

É uma edificação “situada em terreno plano com a fachada principal voltada para um espaço aberto totalmente gramado sem vegetação. Espécie de largo, que em épocas de chuvas torna-se lamacento e quase intrafegável. Esta edificação religiosa destaca-se na paisagem rural, por sua volumetria e está voltada para a cidade. Todas as demais edificações são térreas e são predominantemente residenciais de pequenas proporções.”(Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – IPHAN- MA\PI)

Itamatatiua ou Tamatatiua, em língua indígena, significa água, peixe e terra. A formação desse povoado teve origem com a desagregação de *uma fazenda de escravos pertencente a uma antiga ordem religiosa, chamada Ordem dos Carmelitas. As pessoas da localidade se consideram descendentes de um casal de negros doado à imagem de Santa Tereza D'Ávila* por uma família rica no Período Colonial e se autodenominam como originários dos pretos de Santa Tereza, denominação pela qual são socialmente reconhecidos.

Hoje autodenominada *comunidade remanescente de quilombo*, Itamatatiua está inserida numa rede de relações que compreendem outros povoados de Alcântara e segundo Almeida (2002), “percebem-se múltiplos níveis de organização envolvendo fatores econômicos e políticos que devem ser levados em conta. As relações são quase-institucionais e remetem para um situação de rede de povoados, implicando numa divisão de trabalho, de serviços e de produtos inter-povoados. A reciprocidade positiva, com troca equilibrada de bens e serviços, consiste num sistema singular, que conjugado

com a afirmação de uma identidade, traduzida por terra dos pretos, terra de santo, terra da santa (caso Itamatatitua), terras de santíssimo, terra de santíssima, terra de caboclo e outras denominações, configura um território étnico ou um território de exclusividade negra”. (ALMEIDA, 2002).

Em Itamatatitua, na categoria Celebrações foi inventariada a Festa de Santa Teresa D’Ávila, realizada anualmente pelos moradores do povoado, em homenagem e agradecimentos à santa tida por eles como proprietária da terra.

Na categoria Lugar, o “*Poço do Chora*” foi inventariado por sua importância para os moradores como um lugar que, além de lhes prover água potável, também integra seu sistema de crenças, sendo tratado como um lugar sagrado, guardião de mistérios e protegido por seres sobrenaturais.



A pomba do Divino
Espírito Santo

4. AS CELEBRAÇÕES INVENTARIADAS

Dentre o extenso calendário de festas que se verifica em todo o município de Alcântara, em cada povoado, em cada agrovila, decidimos escolher as que nos pareceram mais significativas, nas localidades escolhidas para o inventário.

Dentre todas elas, foram inventariadas as festas de São Benedito e do Divino Espírito Santo, na sede de Alcântara; de São Benedito, em Cajual; de Santa Maria, em Samucangaua.

4.1 - A Festa do Divino Espírito Santo de Alcântara

A Festa do Divino Espírito Santo de Alcântara se insere no calendário religioso católico, sendo que o domingo de pentecostes, chamado de domingo do Espírito Santo, ocorre 50 dias depois da Páscoa. Os rituais que a integram tentam reproduzir o que o grupo imagina que tenha sido a corte portuguesa, e Alcântara, com sua arquitetura e ruínas do período colonial e imperial torna-se o palco perfeito para tal simulação.

A origem desta festa tem a ver com a teoria dos três tempos da História, tal como formulada por Joaquim Di Fiore, abade beneditino (sécs. XII e XIII), que os relacionava às sagradas escrituras – o tempo do pai, correspondendo ao disposto no Velho Testamento; o do filho, correlato ao Novo Testamento e o do Espírito, tempo que estaria por vir, quando reinaria a paz, a igualdade, a justiça, no qual as crianças e os menos favorecidos reinariam. Foram muitos os seguidores de Joaquim di Fiore (os *joaquimitas*) e, ao que tudo indica, dentre eles a Rainha Izabel de Aragão, no séc. XIII. As teorias de Di Fiore e seus aspectos apocalípticos e escatológicos deram origem a vários tipos de milenarismo.

Suas teorias repercutiram em arte, literatura e outros campos, originando projetos milenaristas, em vários períodos históricos, alguns deles considerados

totalmente heréticos pela Igreja Católica². Nos séculos XV e XVI suas teorias também influenciaram toda uma corrente messiânica portuguesa que originou também o Sebastianismo e a teoria do 5º Império.

A origem da festa do Divino no Brasil se deveria a essa promessa ao Divino Espírito Santo feita pela Rainha D. Izabel, pelo atendimento a uma graça, ainda no século XIII. Ela teria saído pelas ruas distribuindo esmolas como pagamento. Nesse período, Joaquim di Fiore, a quem a Igreja Católica julga ainda hoje para decidir se foi herege ou não, previu um reinado do Espírito Santo, o que foi considerado uma quebra da visão católica oficial acerca da santíssima trindade. Havia, na época, e nos séculos seguintes, muitos seguidores de Joaquim di Fiore e, dentre eles, supostamente, a rainha Izabel, que se tornou depois Santa Isabel, e que viveu no período.

Foi trazida pelos portugueses para o Brasil no século XVI, assimilada pelos escravos que introduziram novos elementos como as caixas e as caixeiras, assim como a participação dos negros no festejo. O principal motivo para fazer a festa é o pagamento de promessa. Em Alcântara tem-se notícia da realização da Festa do Divino desde a segunda metade do século XIX. (ROSSATO, [HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/JOAQUIM_DE_FIORE](http://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_de_Fiore)).

Uma das histórias contadas pelos Alcantarenses dá conta de que, no final do século XIX, revoltados porque o Imperador D. Pedro II não veio visitar a cidade, os negros teriam decidido simular a coroação de um outro Imperador. O certo é que a festa reproduz o período do Império, com seus personagens como *aias*, *vassalos*, *mordomos*. Segundo as representações de seus devotos, o Espírito Santo desce à terra representado pelo pomba branca e pela Santa C'roa e, por meio da coroação do Imperador ou Imperatriz, estabelece seu reinado por alguns dias. A cada ano, a festa se repete, coroando um ano um imperador e, no seguinte, uma imperatriz, e assim sucessivamente. Os informantes não detêm a memória exata do início do festejo, mas garantem que ela se realiza há muito mais de cem anos, sem interrupção. Imaginar que a festa possa, algum dia, não se realizar, é um pensamento tabu. Houve

² Segundo informação verbal do sociólogo José de Souza Martins, nos anos 80 os restos mortais de Joaquim di Fiori ainda permaneciam insepultos, pois o processo instaurado pela Igreja Católica ainda se encontrava inconcluso e não havia veredicto final acerca de seu suposto comportamento herético. Não temos notícia de alteração deste estado de coisas nos anos que se seguiram.

períodos em que eram, segundo os informantes, apenas dois ou três festeiros, mas, segundo eles “não pode falhar”.

São, porém, muitas as transformações verificadas nas últimas décadas, sobretudo após a chegada da luz elétrica, nos anos 80. O número de pessoas que ocorre à festa é cada vez maior e a cidade não pode absorver todos os visitantes, pois não há estrutura suficiente de hotéis, pousadas, restaurantes. De umas décadas para cá jovens de São Luís e de outros lugares que vêm à cidade passaram a acampar em plena Praça da Matriz, o que é apreciado muito negativamente por vários informantes. Outros, dizem que as “mudanças da festa sempre vieram para melhor”. Para “entreter” essa multidão, e até mesmo “acomodá-la” até que chegue o outro dia, pela manhã, quando vá embora, atualmente há um show na praça, que pode ser de reggae ou de forró. As *caixeiras*, porém, se ressentem bastante do ruído que corrompe o toque das *caixas*. A seu ver, a jovem geração não dá o devido valor à Festa.

Uma das mudanças avaliadas como positiva e decorrente da instalação da energia elétrica é o fato de poder oferecer também a cerveja, ao lado dos licores e da cachaça. Por outro lado, isto demanda mais recursos dos *festeiros*, já que o licor é de fabricação caseira, saindo mais em conta para os realizadores da festa.

Outras transformações apontadas dizem respeito às tarefas que realizavam todos os ajudantes (cozinheiras, doceiros...) e que, agora, após o subsídio oficial, são remuneradas e, como frisam os informantes, com salário. As cozinheiras estão exigindo remuneração de um salário mínimo, o que sobrecarrega os *festeiros*, sobretudo os chamados *mordomos baixos*. Os músicos de sopro sempre foram pagos, mas, segundo os depoimentos, atualmente sua presença é um dos itens mais caros da festa.

Uma das transformações mais significativas que atinge o coração da festa é a não reprodução das *caixeiras*. Atualmente, na sede, há somente três senhoras que tocam *caixa* e uma delas é bastante idosa, o que leva os *festeiros* a convidar *caixeiras* do interior do município. A maneira de tocar e cantar das mulheres que vêm do interior para ajudar, diferente daquela das *caixeiras* da sede, torna-se um obstáculo a contornar. Elas são orientadas pelas *caixeiras* da sede, para poder participar dos rituais.

Outra dificuldade tem sido a inexistência de meninas que queiram sair como *bandeirinhas*, acompanhando as *caixeiras*. Às vezes participam em um ano e não querem fazê-lo mais, pois segundo as informantes, “têm vergonha” de ocupar este lugar na festa.

Um dos aspectos mais ricos e complexos dos rituais que envolvem essa celebração, com suas elaboradas cerimônias, é a variedade de ofícios, modos de fazer e saberes ligados à sua realização.

Neste inventário, registramos apenas alguns deles, lembrando que alguns, como a confecção de lanternas, o bordado das bandeiras do Divino, a confecção do chamado *mastaréu* (bandeira que vai no cimo do mastro), a confecção das roupas dos integrantes do Império, as rezas em latim proferidas por especialistas, a confecção dos centros de mesa e lembrancinhas e outros, não foram abordados.

A seguir, optamos por realizar uma descrição detalhada e extensa de todos os rituais que ocorrem durante o festejo, já que uma das principais recomendações deste relatório será o registro da Festa do Divino Espírito Santo de Alcântara.

Durante os 12 dias de festa, que se iniciam na véspera da quinta feira da Ascensão de Cristo, os integrantes do chamado *Império* percorrem o circuito da Festa, definido anualmente pelo trajeto entre as casas dos *festeiros*, as praças onde estão fincados os *mastros* e a Casa do Divino. Quanto mais *festeiros*, mais casas de festa, podendo chegar a 12, inclusive a Casa do Divino, onde o *imperador* ou *imperatriz* (em anos alternados) realiza a sua festa. Esta é a única casa fixa, as demais variam de ano para ano.

A Casa do Divino fica totalmente à disposição do *festeiro* que personifica o *imperador* ou a *imperatriz*. Para lá se mudam o *festeiro*, sua família, as *caixeiras*, o *mestre-sala* e um número grande de ajudantes – cozinheiras, doceiros e outros. A Igreja também fica à disposição para as rezas e rituais católicos que integram a celebração. A cidade é praticamente toda tomada pela festa.

Na realidade, a festa se inicia em 15 de agosto, quando a chamada Santa C’roa (uma coroa de prata, do período imperial, com a pomba, que representa o santo) é entregue ao *Imperador* ou *Imperatriz* que fará a próxima festa no ano seguinte. Essa é uma peça do Museu, toda de prata e bastante

valiosa. Guardam-na com o maior cuidado e preocupação quando necessitam permanecer com ela em suas residências.

Nesse mesmo mês ajudantes homens vão às praças derrubar os *mastros* da festa passada, que estiveram ali erguidos desde maio.

Em Abril do ano seguinte, acontece a missa de sábado de Aleluia, momento chamado de *romper aleluia*, às 21 horas na Igreja do Carmo. Os integrantes do *império* vão até a casa dos *festeiros* para *romper aleluia*, onde serão servidos doces e bebidas. Caso o *Imperador* não tenha se sentido seguro para ficar com a Santa C'roa em seu poder desde o dia 15 de agosto passado, ela volta a ser guardada no Museu da cidade e será entregue em definitivo para o *Imperador* nesse dia e ele ficará com ela em seu poder até o fim da festa em maio.

O *Imperador* tira a primeira *esmola* no domingo de páscoa e nesse domingo, antes da quinta feira da ascensão, vários ajudantes (às vezes junto com o *Imperador* e *Mordomo Régio*) vão até a mata dos povoados Peptal Velho ou Peru Velho derrubar as árvores que servirão de *mastros*

Na terça-feira antes da Ascensão vão buscar os *mastros*, nos locais onde as árvores já estão cortadas. Vão em dois caminhões, um com os carregadores e outro com as *caixeiros*, *mestres-salas*, fogueteiros e *festeiros*. Em frente ao cemitério, no alto da cidade, fica o *mastro* do *Mordomo Régio* e, no ponto totalmente oposto, na beira do Igarapé, aonde chegam os barcos de São Luís, na chamada Rampa do Jacaré, fica o do *Imperador*



Caminhões seguindo para buscar o *mastro*. Fotos: Benedito Souza Filho

Na Quarta-feira, véspera da Ascensão, ocorrem o *enfeite do mastro*, a busca dos donativos chamados *jóias*, o levantamento do *mastro* e a

distribuição de bolos de tapioca e doce de coco para ser disputado “no muro”. Esta é uma luta ritual para ver quem consegue comer os bolos e doces, mas os muros são bastante reais.

Na manhã desse dia ajudantes do *Imperador* vão até o *mastro* na Rampa do Jacaré para enfeitá-lo com murta. Os músicos que tocarão para os *festeiros*, são recebidos na Rampa pelos *mestres-sala*, *caixeiras*, *festeiros*, *bandeiras* e fogueteiros. O *Imperador*, com o *Mestre-Sala Mor*, as *caixeiras*, *bandeiras* vão de casa em casa convidar para o *mastro* e receber *jóias*. À tarde, o *mastro* coberto com murta – uma planta sagrada – e montado por várias crianças pequenas, amarrado com cordas e estacas presas nas extremidades é carregado por vários homens jovens, acompanhado por músicos, *mestre-sala*, *caixeiras*, *bandeireiro*, *bandeirinhas*, *Imperador* e o povo da cidade e de fora, vão em cortejo pelas ruas, param em cada casa de festa, onde é defumado pelo *festeiro* que distribui garrafas de licor para os carregadores e participantes. No cortejo também está uma carroça com litros de licor cachaça e vinho para serem distribuídos. Às 17 horas chega à Praça da Matriz. Depois, é levantado pelos carregadores e fincado no chão. É um dos momentos muito emocionantes da festa e exige técnica e destreza dos homens. É um momento de perigo, pois deve ser levantado e fincado no chão sem cair sobre a grande multidão que se aglomera em volta.



Mastro enfeitado com murta. À direita, *mastro* sendo transportado.
Fotos: Benedito Souza filho.



Carroças com licor para ser distribuído. À direita, *mastro* sendo levantado.
Fotos: Benedito Souza filho

Então, ajudantes do *festeiro* jogam de cima da Ruína da Matriz bolos de tapioca para serem disputados *no murro* pelos participantes, uma briga ritual. Depois, é colocada no pé do mastro uma bacia grande com doce de coco, para ser disputada também pelos participantes, sendo, literalmente, devorada. Em seguida, há a dança das caixeiras em torno do mastro e, logo após, os músicos recomeçam a tocar música popular.



Caixeiras tocando diante do *mastro* hasteado.
Foto: Benedito Souza Filho

As *caixeiras* participam em todos os momentos dos rituais e todas as vezes que terminam uma atividade, guardam as *caixas* e *bandeirinhas* na casa do *festeiro* para o qual estão trabalhando. As *caixeiras* tocam *caixa* e dançam com as *bandeiras* diante do altar, geralmente às 12 e às 18 horas, às vezes um pouco mais tarde. Essa atividade se repete quando das visitas e na volta para a casa.

Na quinta-feira de Ascensão ocorre a coroação do imperador ou da imperatriz, na missa realizada na Igreja do Carmo e também o cortejo pelas

ruas no trajeto das casas da festa. A cada ano esse trajeto varia, conforme as casas que estão em festa.



O *imperador* (centro) entrando na igreja para a cerimônia de coroação
Foto: Benedito Souza Filho

Todos os prepostos dos (as) *mordomos*(as) *baixos*(as), do *mordomo régio* e do *imperador* participam desse momento. O *imperador* participa com seus dois *vassalos*, um deles levando a espada. Se for *imperatriz*, ela participa com as duas *aias* que a acompanham e com o *vassalo da espada*. O(a) *mordomo*(a) *regio*(a), participa com seu *mestre-sala*. Para cada *mordomo* há um *mestre sala*, *caixeiras*, *bandeireiros*, músicos. O povo em geral participa de todos os momentos. Costuma ser grande e cada vez maior o número de turistas em Alcântara.

A partir da quinta-feira, na sexta e no sábado, seguem-se três dias de Alvorada, quando as *caixeiras* e os músicos vão até o *mastro do Imperador* (ou da *Imperatriz*), às 4 horas da manhã, tocar e cantar saudando o Divino. Nesse momento as *caixeiras* – tocam *caixa* e cantam versos e os músicos – tocam música popular.

Na quinta-feira da Ascensão à tarde acontece a *prisão dos mordomos*. São *presos* pelas *caixeiras* nas casas de festa e levados até a Praça da Matriz, onde são *libertados* depois de pagarem uma prenda. As *caixeiras* vão cantando “*ele vai pro pau*”, “*ele vai pro pau*”, executam a *prisão dos mordomos*, que são levados até o *mastro do Imperador* ou da *imperatriz*, de onde serão retirados pelos prepostos após pagarem prendas.

Sexta-feira pela manhã os ajudantes vão até o bairro chamado Cema, num dos extremos da cidade, em um ponto oposto ao porto chamado Rampa do Jacaré, para enfeitar com murta o *mastro* do *mordomo régio*. O *mordomo régio* juntamente com o *bandeireiro*, as *caixeiras*, o *mestre-sala*, as *bandeirinhas* e os músicos vão de casa em casa convidar para o *mastro* e receber as *jóias*. O *festeiro* faz o convite e tira as chamadas *jóias*. As *caixeiras* tocam e cantam versos. O *bandeireiro* leva a bandeira do *mordomo régio*, o *mestre-sala* ajuda a organizar e a fazer o convite. Os músicos tocam música popular e os ajudantes enfeitam o *mastro*. Participam desse momento o *mordomo régio*, carregadores, *festeiros*, músicos, *caixeiras*, *bandeireiro*, *mestre-sala*, *bandeirinhas*, as crianças e o povo em geral.

À tarde sai o *cortejo do mastro* carregado e montado pelas crianças, com farta distribuição de licor, cachaça e vinho, seguindo o trajeto da festa naquele ano. Em cada casa é defumado pelo *festeiro* que serve garrafas de licor aos participantes. Depois de percorrer as ruas das casas da festa é levado à Praça do Rosário, das Mercês ou para o Largo do Carmo, de acordo com a escolha do *mordomo*, onde é enfeitado com frutas e garrafas de bebida, e levantado. Em seguida, tem a distribuição do bolo de tapioca para ser disputado *no murro* e o doce de coco é colocado numa bacia no pé do mastro para ser devorado com grande disputa entre os participantes. As *caixeiras* tocam e dançam em volta do *mastro*. Participam dessa etapa o *mordomo régio*, carregadores, *festeiros*, músicos, *caixeiras*, *bandeireiro*, *mestre-sala*, *bandeirinhas*, as crianças e o povo em geral.

A partir da sexta-feira, toda noite às 19 horas, tem a *ladainha* na Igreja do Carmo, sempre antes das visitas, com exceção no Domingo do Meio e no Domingo do Espírito Santo. Prepostos dos *festeiros* e músicos acompanham a *ladainha* dentro da igreja e tocam durante o trajeto. As *caixeiras* tocam *caixa* no trajeto e assistem a *reza*. *Mestres-sala* acompanham o cortejo. *Bandeireiros* acompanham levando suas *bandeiras*, assim como as *bandeirinhas* acompanham as *caixeiras*. As senhoras da comunidade cantam as orações em latim.

Sábado pela manhã o *Mordomo Régio* convida de casa em casa para a visita ao *Imperador* e recebe *jóias*, como são denominadas as doações para a festa (em espécie ou em dinheiro)

Sábado à noite, às 21 horas, o cortejo sai da casa do *Mordomo Régio*, passando naquelas dos *festeiros* para dar o chamado “Viva”. O *mestre-sala* que passa diz “*Viva o Divino Espírito Santo e o Mordomo dos Passos!*”. O que está na casa responde “*Viva o Divino Espírito Santo e o Mordomo em trânsito!*”. Os músicos tocam a introdução do hino do Maranhão. Quando estão próximo da casa do(a) *imperador(triz)* saem de lá o *vassalo* ou a *aia* para encontrar o cortejo e trocar os santos. Quem vai visitar fica com a Santa C’roa e o outro fica com o *santo*. As *caixeiras* tocam na porta da casa até entrar o último participante, depois acontece a dança das *caixeiras* e *bandeiras* diante do altar. Cada preposto e acompanhantes ficam sentados nos *tronos* armados um de cada lado do altar. Em seguida, há a distribuição dos doces. Primeiro o *mestre-sala* leva o *imperador*, o *mordomo régio*, *aias* ou *vassalos* e *bandeireiros* para a mesa especialmente posta para eles, onde são servidos de doces e chocolate quente. Em seguida, as *caixeiras* e *bandeiras* vão para sua própria mesa.

É possível observar que, em geral, a mesa das *caixeiras* é mais simples que as outras. Enquanto isso, os músicos tocam em uma sala para quem quiser dançar, depois vão até uma mesa que está posta para eles. Na mesa dos convidados começam a servir os doces e as xícaras de chocolate para todos que desejarem.

Os licores de vários sabores são servidos nas bandejas pelas ajudantes da festa. De uns anos para cá, depois que Alcântara foi servida de energia elétrica, servem também cerveja. Em uma mesa, na varanda da casa, os *mestres-sala* servem bebidas aos convidados. Depois que todos são servidos, o cortejo do *Mordomo* visitante sai acompanhado dos *vassalos* ou das *aias* até a rua onde é feita a destroca dos *santos*. Então o *Mordomo Régio* vai para sua casa onde dá uma grande festa para seus convidados. A cada entrada na casa de festa, durante as visitas, as *caixeiras* tocam e cantam na porta da casa e fazem com as *bandeirinhas* a dança diante do altar.

No domingo chamado *do meio*, acontece a missa na Igreja do Carmo e cortejo pelas ruas no trajeto das casas de festa e rápida visita do *imperador* aos *mordomos*. Participam os preostos (pessoas, em geral jovens, que representam os *festeiros* em todos os momentos do ritual), *festeiros*, *aias* ou *vassalos*, *bandeireiros*, *mestres-salas*, *caixeiras*, *bandeiras*, músicos e o povo em geral.

De segunda a sexta os *mordomos baixos* visitam o *Imperador*. Pela manhã, fazem o convite para a visita e buscam donativos (*tiram jóia*) e, à noite, sai o cortejo pelas casas de festa, onde dão os “Vivas” . Acontece a visita ao *Imperador* e a volta para casa, com grande festa para os convidados. Cada *festeiro* tem seu dia de visita estabelecido pelos organizadores da festa. Pode acontecer de numa noite acontecerem duas ou três visitas, dependendo do número de *mordomos baixos*. O máximo é de onze *mordomos*, um *mordomo régio* e o *imperador*.

Na segunda feira, o *imperador* e o *mordomo régio* também buscam donativos (*esmolam*). Às vezes o *imperador* *esmola* na segunda e o *mordomo régio* na terça. Participam desse momento *festeiros*, *caixeiras*, *bandeireiros*, *bandeiras* e músicos.

Na sexta feira cada *festeiro* doa um ou mais bois para serem abatidos e sua carne distribuída aos idosos mais pobres escolhidos pelos *festeiros*. O cortejo sai da Rampa do Jacaré e atravessa a cidade, passando em cada casa de festa. Depois, vai para o matadouro onde os bois serão abatidos. Participam *festeiros*, *caixeiras*, *mestres-salas*, *bandeireiros*, *bandeiras*, músicos, ajudantes e o povo em geral

Ainda na sexta feira *mordomos* pedem licença formal ao *imperador* para *esmolar* e para as visitas. O documento é entregue em um envelope ao *imperador* solicitando a licença com antecedência. Participam *caixeiras*, *bandeireiros*, *bandeiras*, *mestres-salas* e músicos quando a festa é iniciada em maio

No sábado, depois da *ladainha*, o *imperador* sai em cortejo visitando todos os *mordomos*. As visitas duram a noite toda e só terminam pela madrugada. Participam prepostos, *mestres-salas*, *caixeiras*, *bandeireiros*, *bandeiras*, *vassalos* ou *aias*, ajudantes e o povo em geral, ou seja, todas as figuras do chamado *império* e também os músicos.

No domingo de pentecostes (segundo o calendário católico) ou domingo do Espírito Santo para os *festeiros*, há a missa na Igreja do Carmo da qual participa todo o *império*. Depois, o cortejo segue pelo trajeto da festa e acontece o almoço na casa do *imperador* para os *festeiros*, autoridades, participantes da festa e outros convidados. É um dos pontos altos da festa ao qual acorrem muitas pessoas de fora de Alcântara.

Após a missa, sai da Igreja do Carmo a procissão da *Santa C'roa*, passando pelas ruas da cidade e retornando à Igreja, onde é lido o *piloro* (pelouro), documento que anuncia os próximos *festeiros*, para o ano seguinte. Antes disso, ainda na porta da Igreja, há uma cerimônia com fogo, simbolizando a presença do espírito santo.

Na segunda-feira pela manhã acontece o chamado *lava pratos* nas casas de festa, com comida e bebida para os ajudantes e distribuição das sobras entre eles. Nesse meio tempo os postos estão sendo entregues aos *festeiros* do próximo ano. Participam desse momento de entrega dos postos o *mestre-sala mor* do *Império*, *caixeiras*, *bandeireiro*, *bandeiras* e músicos – O *mestre-sala* entrega o posto na casa do escolhido.

4.2 – A festa de São Benedito na sede de Alcântara

Não se pode precisar a origem da festa de São Benedito. Sabe-se, apenas, de acordo com dados de memória oral, que a festa tem a ver com os escravos, já que São Benedito é apontado como seu protetor.

A festa costuma ocorrer, tradicionalmente, na lua cheia de agosto durante quatro dias. Inicia-se numa sexta-feira, terminando na segunda. Nos dias de sexta e segunda a participação é basicamente dos moradores de Alcântara (sede). No sábado e domingo acorrem ao festejo os moradores do interior do município e também uma grande quantidade de turistas de São Luís e outros lugares.

A festa é dividida em vários momentos, iniciando-se pela lavagem da Igreja do Rosário dos Pretos, a primeira atividade, na sexta-feira a partir das 14 horas, porque nessa noite já se apresenta o *tambor de crioula*. Além da lavagem da igreja, na mesma tarde de sexta, verifica-se a limpeza e arrumação do santo. Segundo os informantes, como a festa é realizada em seu louvor São Benedito deve estar devidamente limpo e vestido.

A lavagem da igreja é necessária, pois ela permanece fechada por longos períodos e para essa higienização utilizam somente água, sabão em pó e água sanitária. A imagem do santo, por outro lado, é lavada com sabonete. Após a lavagem e secagem do santo, é aplicado um produto denominado *bálsamo santo*, uma espécie de óleo utilizado para lustrar imagens. Depois que

a imagem de São Benedito é lavada e lustrada, ela é vestida e colocada em uma mesa no centro da igreja

A tarefa de lavar a igreja, limpar e arrumar as duas imagens de São Benedito (uma grande e uma pequena) é realizada por uma família específica – a de seu Liene, entrevistados para este inventário – que desempenha o papel de guardiã da imagem do santo. Seu Liene está com 69 anos e realiza a festa há cerca de 40, em substituição à antiga festeira, dona Naiza. Além da esposa e filhos de seu Liene, o organizador da festa, envolvem-se na tarefa de preparação da igreja e do santo algumas senhoras do Bairro Caravelas, na sede de Alcântara.



Imagens de São Benedito da Igreja do Rosário dos Pretos.
Foto: Benedito Souza Filho

Realizada essa etapa de limpeza da igreja e da imagem grande do santo, antes de apresentação do *tambor de crioula*, por volta das 19 horas do primeiro dia da festa, ocorre uma *ladainha* – cânticos e rezas cantadas em latim – que se estende até as 20 horas. Essa reza é organizada por um grupo da igreja do Rosário, tendo à frente o rezador, acompanhado por um grupo de senhoras católicas.

A *ladainha* rezada num latim todo particular, que ficou na memória desses grupos, já se transformou numa tradição em praticamente todas as festas do catolicismo popular no Maranhão. Ela não envolve a presença de

padres, que só participam no sábado e no domingo. Ao final dessa celebração, inicia-se o *tambor de crioula*, com a participação preponderantemente dos moradores da sede de Alcântara. De acordo com a informante, seu Liene possui uma *mão de tambor*, como é denominado o conjunto dos três tambores, também chamado *parelha*. Nessa noite da sexta, são os netos e sobrinhos de seu Liene que se ocupam da tarefa de animar as pessoas, tocando o tambor, mas a participação não se restringe aos parentes de seu Liene, já que outras pessoas se revezam com os sobrinhos e netos na atividade percussiva.

A habilidade dos netos de seu Liene no manejo dos tambores se justifica porque eles aprenderam a tocar com seu Vanderlei, de Itamatatuiua, reputado como um dos melhores tocadores de tambor da região³ O grupo de *tocadores de tambor* dessa família extensa, envolve um total de oitos pessoas entre netos e sobrinhos de seu Liene. Uma peculiaridade desse conjunto de parentes que toca tambor é que ele é passado a ser denominado de *tambor de crioula do mestre Liene*, embora ele próprio não toque nem comande o grupo puxando as toadas.

Como seu Liene não possui essas qualidades reunidas na figura daquele que passou, em anos recentes, a ser chamado *mestre* (por pesquisadores e apreciadores urbanos da cultura popular) ele contrata um *cantador* chamado Chico Bucho para puxar as *toadas* no grupo formado por seus netos e sobrinhos. Nessa primeira noite de *tambor de crioula* as atividades não se estendem muito, finalizando-se por volta das 23 horas.

A etapa seguinte da festa de São Benedito ocorre logo pela madrugada. O organizador da festa se encarrega de abater o boi que será utilizado na preparação da comida para distribuição aos convidados. Após a tarefa de matar os bois, a carne é trazida para a sua casa, onde um grupo de mulheres, liderado por sua esposa, se encarrega de cortar, temperar e preparar a carne, atividade que se estende ao longo do dia.

Atualmente o boi abatido na festa de São Benedito é doado pela Prefeitura de Alcântara. Antes, os responsáveis pela festa deveriam buscar os meios para adquiri-lo. Como seu Liene é o tesoureiro da festa de São Benedito,

³ O reconhecimento do tambor de crioula de Itamatatuiua como uma importante referência cultural de Alcântara é ressaltado no documentário “No Fiel da Balança”, de Francisco Colombo.

antes da sexta-feira o dinheiro lhe é repassado pela Prefeitura para que possa comprar animal, a ser abatido na madrugada de sábado.

Uma etapa importante no calendário religioso da festa é a entrega das Cartas de São Benedito. São orações a São Benedito entregues a diferentes pessoas um mês antes, funcionando como convites para tomar parte da festa, instando os convidados a colaborar com alguma ajuda, auxílio que recebe a denominação de *jóia*. A chamada *jóia* pode ser ofertada em dinheiro ou em espécie. Em geral aqueles que recebem as cartas de São Benedito colaboram e parte significativa desses donativos é constituída de bebida alcoólica. Além dos recursos obtidos por meio dessas cartas, nos últimos anos registra-se uma ajuda financeira do Estado no nível estadual e federal.

Na tarde do sábado, por volta das 14 horas, decoram a Igreja, momento em que São Benedito é *vestido*. Em geral essa roupa, um manto, é confeccionada e doada por pessoas que realizam promessas. O restante da indumentária, renovada todos os anos, é uma camisa branca, um cinto, uma sacola e um resplendor de ouro usado na cabeça. Em relação à ornamentação da igreja, enquanto um grupo de mulheres se encarrega da decoração de sua parte interior o organizador da festa se encarrega de arrumar o pátio da igreja onde será realizada a festa propriamente dita. Ele enfeita essa parte com bandeirinhas e pequenas palmeiras, chamadas *ariris*, construindo um pequeno cercado, denominado de *coreto*, no interior do qual os grupos de *tambor de crioula* se apresentam durante os dias de festa.



Igreja do Rosário dos Pretos. Diante dela o pátio onde é montado o *coreto* para apresentação do *tambor de crioula*.
Foto: Benedito Souza Filho

Na tarde do sábado, por volta das 14 horas, o organizador da festa sai de Alcântara em direção ao interior do município para buscar os chamados *coreiros* e *coreiras* das distintas localidades convidadas. Percorre vários povoados: Itamatatuiua, Cujupe, São Raimundo, Manival, Raimundo Su, Peroba, Conceição, Cavaco, Castelo. Nessa tarefa o organizador da festa é auxiliado por seu Bacurau, morador da Agrovila Só Assim, que o ajuda a convidar grupos de *tambor de crioula* até no município de Bequimão. Toda a região chamada do Tubarão é percorrida, o que indica, uma vez mais, os vínculos de pertencimento étnico já apontados em outras partes desse relatório. Todos esses grupos são avisados com antecedência para que possam tomar todas as providências relativas à sua participação na festa. Esses grupos são trazidos em caminhões especialmente contratados para este fim e, por volta das 17 horas ou 17 horas e 30 minutos chegam do interior repletos de convidados que se dirigem à casa do *festeiro*, onde é distribuída a comida, preparada e acondicionada em “quentinhas.”

Com exceção de Só Assim, esses grupos convidados não trazem consigo os seus tambores, utilizando a *parelha* do organizador da festa e aquela da própria Igreja do Rosário. Na Igreja há um conjunto de tambores, guardada dentro dela. Esses conjuntos de instrumentos são suficientes para garantir a participação de todos os chamados *brincantes*, que se revezam durante toda a noite. O *tambor grande* da Igreja é reputado como o melhor e, deste modo, os que trazem seus instrumentos acabam preferindo tocar nele.



À esquerda, *parelha* de tambores da Igreja do Rosário. À direita, Sandra, filha de seu Liene junto aos tambores do *festeiro*. Fotos: Benedito Souza Filho

A particularidade das práticas desse *coreiros* é que, antes de tocar o tambor, lavam as mãos com cachaça, ritual que tem como explicação, segundo alguns, evitar que as mãos sangrem.

Na manhã do domingo, por volta das oito horas da manhã ocorre o que denominam de a *missa do pão*. Na realidade é um momento em que crianças e pessoas idosas recebem pão e farinha. Esta cerimônia corresponde à crença de que São Benedito roubava comida para dar aos pobres, reproduzindo simbolicamente esse ato benevolente do santo. A tarefa de distribuir o pão e a farinha é de responsabilidade do *festeiro*, auxiliado por outras pessoas. A farinha e os pães distribuídos, em geral, são obtidos em nome de pagamento de promessas. Aqueles que desejam pagar suas promessas distribuindo pão ou farinha comunicam ao organizador da festa e providenciam o que prometeram, de modo que, na manhã do domingo, esses itens sejam distribuídos àqueles que acorrem à igreja.

Na parte da tarde, por volta das quatro horas, realiza-se uma procissão, cuja peculiaridade é que os *coreiros* acompanham o cortejo e tocam em homenagem a São Benedito, ao longo do trajeto, em algumas paradas obrigatórias. Essas paradas ocorrem na Praia do Jacaré (porto), na igreja das Mercês, na Igreja da Matriz e na Igreja do Carmo. As narrativas dão conta de que, nesses momentos, alguns chegam a ver São Benedito. No final do trajeto, já na Igreja do Rosário, a imagem do santo é colocada em um altar, no meio da praça, onde é realizada uma missa campal. Depois da missa, os que vieram do interior seguem para o jantar e, por volta das vinte horas, retornam para o *tambor de crioula* que, novamente, segue até a manhã da segunda-feira.

4.3 – A festa de Santa Maria e de São Benedito, em Samucangaua

A Festa de Samucangaua, realizada em louvor a Santa Maria e a São Benedito é realizada atualmente entre os dias 13 e 15 de agosto. De acordo com informações colhidas junto aos moradores mais antigos, essa data foi introduzida nos últimos 18 anos. Antes, ela era realizada no mês de maio.

A mudança no calendário da festa deveu-se, principalmente, ao problema das chuvas que dificultavam o acesso a Samucangaua e impediam a participação de moradores de outras localidades. No mês de agosto, de acordo com os moradores, esse problema não existe, porque já é o período identificado por eles como *verão*, facilitando a participação de parentes e amigos que residem em São Luís ou em localidades próximas. Esse período de estiagem contribui também para a melhoria da qualidade das estradas, facilitando a entrada de carros de transporte de passageiros. Esse momento é igualmente importante porque é o período da safra das culturas plantadas, o que contribui para o bom funcionamento da festa, já que boa parte do arroz, farinha e os derivados da mandioca consumidos durante a festa são oriundos das lavouras dos *festeiros* ou de sua rede de parentes que colaboram doando esses produtos.

Seu Gonzaga, um dos moradores mais velhos e já falecido, entrevistado no contexto de outras pesquisas, era reputado como um dos principais detentores da memória coletiva do grupo. Ele não soube precisar quando se iniciou a festa, mas sublinhou que ela é bem antiga. Lembra que seus avós já mencionavam sua existência.

De acordo com suas observações, a festa de Santa Maria (padroeira de Samucangaua) e São Benedito eram realizadas por muitos *festeiros*. Nos seus relatos, destaca a figura de seu Fernando com um dos principais responsáveis pela sua manutenção. Com a morte desse morador, ocorreu um período de aproximadamente uma década sem que a festa fosse realizada. A retomada da festa foi realizada por seu Benedito Macedo Ribeiro, localmente conhecido por Casir, que era sobrinho de seu Fernando. Ainda que a cada ano seja escolhido um *festeiro* ou *dono da festa*, seu Casir continua sendo reconhecido também como o *dono da festa* por ter sido o responsável pela reativação da prática de render homenagem a Santa Maria e a São Benedito.

Dona Jesuíta e outros informantes destacam que na época de seu Fernando a Festa de Santa Maria e São Benedito era conhecida como a “*festa do mês de maio*” e acontecia nos últimos três dias do mês. No início do mês, nos nove primeiros dias, era realizada a denominada *novena*, tendo à frente um membro do grupo que se encarregava de conduzir as orações, diariamente. Nesse período ocorria também uma pequena procissão. Com a retomada da

festa por seu Casir tanto a novena quanto a procissão deixaram de ser realizadas.

A homenagem ao *santo preto*, como os moradores denominam carinhosamente São Benedito, segundo os mais velhos, tem ligação com a escravidão. De acordo com suas representações, este santo seria protetor dos escravos. Alguns chegam a manifestar esse vínculo com o santo. Dona Catarina, por exemplo, salienta que “*se a gente gosta de alguma coisa, o santo pretinho também vai gostar*”.

Os informantes chegaram a informar que nas festas realizadas na época de seu Fernando, o *tambor de crioula* era tocado somente em homenagem a São Benedito. Já para Santa Maria era reservada a *novena*. Salientaram, entretanto, que antes de tocarem o tambor para São Benedito, uma *ladainha* era realizada.

Em relação ao fato de a festa em louvor a Santa Maria e a São Benedito ser realizada no mês de maio, seu Gonzaga a justificou aludindo à libertação dos escravos em 1888 que, segundo ele, teria ocorrido em maio. Ao perguntar se haveria alguma outra razão para a festa ser no mês de maio, S. Gonzaga respondeu de prontidão: “*libertaram nós todo nesse tempo*”. Ao mencionar “nesse tempo” (maio) desejava chamar atenção para o episódio da abolição da escravidão que formalmente se deu com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Na manhã do primeiro dia, dia 13 (sexta-feira) as atividades se iniciam com o chamado *fazimento do bolo*, que é a feitura dos bolos de tapioca pelas mulheres da comunidade. O bolo de trigo, que também é utilizado na festa, sendo distribuído na noite dos *mordomos*, é preparado geralmente em São Luis, só chegando em Samucangaua no sábado. Ao mesmo tempo, os homens estão pintando o *mastro* que será levantado no segundo dia da festa e recebendo a radiola de reggae e as bebidas que vêm da sede de Alcântara. A festa dançante começa à noite por volta das 18:30 hs com o som da *radiola* de reggae, estendendo-se até às 6:00 hs do segundo dia.



Mulheres de Samucangaua envolvidas no *fazimento do bolo*.
Foto: Janaína Lobo

Diferentemente dos anos anteriores, muitos moradores relataram que no primeiro dia, fazia-se uma pequena procissão com a imagem de São Benedito, passando pelas casas até chegar à *tribuna*, onde era colocado num altar e iniciava-se a dança do *tambor de crioula* que se estendia durante toda a noite até o início da manhã do segundo dia.

No ano em que acompanhamos a festa tal prática realizar-se-ia, pois tinha uma pessoa designada pelos membros do grupo para “*tocar o tambor*”. Entretanto, não foi possível acontecer, pois a pessoa designada estava “*guardando sentimento*”, como denominam o estado de luto, em virtude da morte de sua esposa. Em função do falecimento da esposa de seu Simão, o grupo decidiu que não haveria, nesse ano, o toque do tambor de crioula.

Dessa forma, nesse ano, do primeiro dia para o segundo não houve o chamado *roubo do santo*, a chamada *brincadeira* que também ocorre em outras festas de São Benedito, como em Cajual. Antigamente as brincadeiras era realizada logo após o término do toque do tambor de crioula, no início da manhã do segundo dia. Também não aconteceu outra *brincadeira*, designada como *ciganagem* que, segundo os entrevistados, costuma ocorrer na manhã do segundo dia, logo após o *roubo do santo*.

No sábado, segundo dia da festa, pela manhã, há a matança de dois bois e de um porco, sendo que um dos bois é destinado à venda e o outro é reservado à preparação da comida, servida a todos os participantes. Também pela manhã ocorre o *levantamento do mastro*, com o disparo de foguetes. Após

enfeitá-lo com fitas, alimentos e bebidas os homens colocam-no fincado no chão, em frente à chamada *tribuna*.



À esquerda, levantamento do mastro. À direita, distribuição de bolos às crianças.
Fotos: Janaína Lobo

Quem levanta o *mastro* é, juntamente com seus amigos e parentes, a pessoa responsável pelo toque do *tambor de crioula* do dia anterior. Como não houve tambor esse ano, os homens da comunidade se encarregaram de levantar o *mastro*. Depois de *levantado* o *mastro*, são distribuídos pequenos bolos de tapioca para as crianças.

Ainda, no sábado, no período da tarde, por volta das 14 horas, a *radiola* de reggae já começa a tocar, permanecendo durante a noite e madrugada, até o amanhecer do terceiro dia. Na mesma tarde começa a chegar boa parte das pessoas de outros povoados e *agrovilas* e também de Alcântara e São Luis. Chegam os times de futebol de outros povoados e *agrovilas* que foram convidados para *pagar a visita* que corresponde a uma regra de reciprocidade pelo fato de os moradores de Samucangaua terem participado de festas naqueles povoados.

A visita dos times de futebol funciona como um sistema de contraprestação, uma espécie de troca entre as comunidades dessa região. A participação desses times de futebol, bem como as pessoas que os acompanham representa um aspecto importante na economia da festa, já que essa presença garante parte significativa dos recursos para fazer frente às despesas com a contratação da *radiola*.

Esses convidados não só contribuem com o pagamento da entrada na festa dançante como também com o consumo de grande quantidade de cerveja. Durante os dias de festa é comum o consumo de 200 ou 300

engradados de cerveja. Em uma festa realizada em um povoado vizinho, Ladeira, foram consumidos durante a festa dessa localidade cerca de 400 engradados de cerveja.

Em relação ao consumo de cerveja durante a realização das festas estabelece-se uma espécie de disputa entre as comunidades presentes para ver qual a que consome mais. As pessoas de cada localidade se agrupam em mesas distribuídas no espaço reservado para a realização da festa. À medida que vão consumindo as cervejas, os engradados vão sendo empilhados, de modo que se possa visualizar a quantidade consumida pelos vários grupos.

O interessante dessa prática é que a visualização do consumo de cerveja, demonstrado pelo número de engradados empilhados, serve para que os moradores de Samucangaua se sintam instados a retribuir, quando for sua vez de comparecer às localidades presentes em sua festa. Alimenta-se, deste modo, um ciclo de trocas entre distintas localidades por ocasião da realização de suas festas religiosas.

Nesse período, todas as casas dos moradores do povoado servem como locais de hospedagem aos participantes da festa. À noite, todos os presentes e os participantes dos times de futebol são chamados para receberem seu jantar, sendo cada povoado convocado, um de cada vez. Em 2004 muitos povoados estiveram presentes na festa de Santa Maria, dentre eles: Santana de Caboclos, Santana dos Pretos, Trajano, Ladeira, Iririzal, Peroba, Perizinho, Itapuaua, São João de Cortes e as agrovilas de Peru, Marudá, Só Assim e Cajueiro.

No terceiro dia da festa, no domingo, continuam participando muitos moradores dos povoados da região de Alcântara. Novamente, por volta das 16 horas, há o jogo entre os times formados pelos povoados, e posteriormente, a distribuição do jantar para todas as pessoas presentes.

No domingo é o *dia dos mordomos*, logo depois do jogo de futebol, quando são convocadas para a mesa as pessoas que contribuíram com doações para a festa. Geralmente, são convidados de 100 a 130 *mordomos*, porem nem todos comparecem. Em 2004 compareceram cerca de 45 *mordomos*.



Alguns mordomos posicionados à mesa. À esquerda, detalhe do prato do mordomo
Fotos: Benedito Souza Filho

No centro do da *tribuna* é colocada uma mesa, toda decorada. Nela são colocados fartos pratos de comida, com um refrigerante e bolos para os *mordomos*. Cada *mordomo* é chamado pelo nome a posicionar-se ao redor da mesa para receber seu prato de comida. Depois que um conjunto *mordomos* se posiciona diante de seu prato a radiola coloca uma valsa para que os *mordomos* recolham seus pratos de comida, doces e refrigerantes. Em geral debaixo de cada prato é colocada uma sacola de plástico para que o *mordomo* deposite o conteúdo dos pratos, deixando-os vazios sobre a mesa. Realizada essa operação, algumas mulheres recolhem os pratos vazios e outros já prontos para ser servidos são colocados à mesa. Repete-se a chamada nominal dos *mordomos* até que todos tenham sido servidos.

Chama a atenção a quantidade de comida, numa espécie de potlach, quando o festeiro ostenta sua capacidade de bem servir aos mordomos. O espetáculo da mesa apresenta a todos, publicamente, uma fartura nem sempre possível no cotidiano.

Na segunda-feira pela manhã, ocorre a chamada *derriba do mastro*. Nesse momento é anunciado quem será o *responsável* pela festa no ano seguinte. De acordo com relatos de alguns moradores, a prática de quem derrubar o mastro deve fazer a festa no ano seguinte, tornou-se somente uma brincadeira, pois aquele entre os membros do grupo que reúne as condições necessárias para realizar a festa pode se apresentar como festeiro do ano seguinte.

4.4 - A festa de Santa Tereza de Ávila em Itamatatiua

As terras tidas pelos camponeses como pertencendo à Santa Tereza de Ávila se estendem pelos municípios de Alcântara e Bequimão, abrangendo os povoados de Itamatatua, no primeiro e Barroso, Macajubal, Frederico, Jacioca, Mojó e Privado no segundo (Prado, 2007, p. 62). Pertenceram à Ordem do Carmo, enquanto as terras de Santana, vizinhas, pertenceram à Ordem das Mercês, compreendendo povoados de Bequimão.

A festa de Santa Teresa D'Ávila ocorre anualmente no mês de outubro, durante três dias, no povoado de Itamatatua, desde o século XIX, conforme referência em trabalhos acadêmicos (Sá, 2007 e Prado, 2007) e nas narrativas de integrantes do grupo. É uma festa realizada pelos moradores como forma de agradecer à santa o uso da terra, uma vez que ela é considerada a sua proprietária, o que conformaria, segundo esses autores, um campesinato de "terras de santo". A ela acorre um número muito grande de pessoas de povoados e municípios vizinhos.

Laís Mourão Sá analisa a lógica jurídica presente na organização social desse grupo, no âmbito da qual Santa Tereza ocupa lugar central, dando sustentação à lógica jurídica que garante o usufruto comum dos recursos da natureza, uma vez que estes são concebidos como de propriedade da santa, tanto no caso de Santa Tereza de Ávila como naquele de Santana, no vizinho município Bequimão. De acordo com essa autora, um campesinato comunal teria se desenvolvido ali no início do séc. XIX, com a desagregação da fazenda administrada pelos carmelitas. As terras foram deixadas aos cuidados dos chamados *encarregados*, prepostos que passaram a se constituir enquanto lideranças no tocante tanto ao uso da terra e demais recursos quanto no que tange à guarda da santa e seus pertences, inclusive gado.

Os donativos à santa, chamados *jóias*, significam o contra-dom, de parte dos camponeses, ao dom inaugural que teria sido a benevolência da santa de deixar que os autodenominados *pretos* aí permanecessem cultivando livremente. Vigora, portanto, conforme Prado (2007, p. 64)⁴

um código de solidariedade e de responsabilidades mútuas que vigoram entre a entidade e seu devoto. Estendendo-a ao caso presente: o santo favorece o camponês durante o ano inteiro, concedendo-lhe o direito de

⁴ O estudo de Regina Prado, realizado nos anos 70 em Barroso, povoado de Bequimão é uma das mais bem feitas etnografias sobre a festa de Santa Tereza e o bumba meu boi da Baixada Ocidental Maranhense, como o IBGE classificava essa região do Maranhão.

viver em suas terras (isto é, de nelas poder morar e cultivar para delas tirar o seu sustento). Os moradores, em contrapartida, cuidam de seu dia – oferecendo-lhe uma festa – e de sua casa, levantando fundos reservados aos reparos da capela onde reside. (Prado, 2007, p.64-65)

A hierarquia da realização dos rituais implica na presença de um *juiz da festa* – encarregado da administração cerimonial – podendo ser um homem ou mulher. É a pessoa ou família responsável pelas despesas maiores do festejo e toda a sua organização. Implica, ainda, na participação do chamado *juiz do mastro*, lugar que pode ser ocupado por até duas pessoas, responsáveis pelo levantamento do mastro e por toda a despesa referente a esse ritual. Os rituais que integram o festejo como um todo determinam, ainda, a presença dos denominados *mordomos*, pessoas que cumprem promessa e são responsáveis pelas noites de *ladainha* da novena, arcando com as despesas dessas cerimônias.

Existe ainda o chamado *mestre-sala*, que deve ser um homem, a ser encarregado pelo *juiz da festa* de organizar os rituais. Da organização fazem parte também as cozinheiras, as boleiras e a chamada *conservadeira*, termo utilizado pelo grupo para designar a pessoa responsável por dividir e guardar a comida depois de preparada. Estas tarefas relacionadas à preparação dos alimentos envolvem um grupo de mulheres da localidade e, às vezes, contam com outras de povoados vizinhos. Existe, ainda, a encarregada de cada grupo de mulheres que preparam a comida, os bolos de tapioca e demais alimentos oferecidos durante o festejo. Há mulheres que trabalham para pagar promessa e outras que o fazem em solidariedade ao *festeiro* ou *festeira*, mas, em geral, recebem um *agrado*, como denominam gratificações não classificadas como pagamento ou qualquer espécie de salário.

A instituição da chamada *jóia* é um mecanismo utilizado pelos responsáveis pela festa para cobrir as despesas da celebração, embora a pessoa que assume sua realização se prepare com antecedência de um ano e, às vezes, até mais tempo para arcar com todos os gastos. A *jóia* é pensada e vivida como a colaboração dada à santa e para isso são realizadas visitas a vários povoados vizinhos e até a outros municípios. Muitos entregam donativos como pagamento de promessas apenas indo até a igreja no dia festa. Os *mordomos* também colaboram com o *juiz da festa*, recebendo em troca o

alimento cerimonial em ritual próprio. Em geral são pessoas que cumprem promessas.⁵

É característica da festa de Santa Teresa a presença das chamadas *caixeiros* e *bandeiras*⁶, presença obrigatória em todos os rituais da celebração; a distribuição de comidas e bebidas em mesas cerimoniais e também a distribuição de alimentos às famílias do lugar consideradas mais necessitadas; o banho da santa e a chamada *varrição* das casas. No dia do levantamento há encontro da santa com o *mastro*, no qual um cortejo de mulheres carregando a santa se encontra com o cortejo dos homens trazendo o mastro iniciando-se aí o ciclo da festa.

Durante os três dias de festa se instalam muitos vendedores ambulantes, fotógrafos e aflui ao povoado um grande número de visitantes.

4.5 – A festa de São Benedito em Cajual

A festa de São Benedito no povoado Tijuca, Ilha do Cajual, ocorre anualmente no mês de julho, durante dois dias (24 e 25), sendo a senhora Rosalina Mendes e sua família os responsáveis por sua realização. Para cobrir as despesas da festa, dona Rosa, como é conhecida, recorre às próprias economias, à contribuição espontânea de devotos de São Benedito e aos chamados *juiz* ou *juíza* da festa, pessoa que se torna uma espécie de sócia da festeira para cumprir uma promessa. Dona Rosalina conta, ainda, com a contribuição dos pais das doze crianças que representarão os 12 chamados *mordomos de São Benedito*. Estes, recebem convites ou cartas da senhora Rosalina para que seu filho seja um *mordomo*. A celebração acontece nos domínios da residência da família, local que concentra todos os rituais da festa. A principal motivação da celebração é a devoção ao santo e as pessoas que participam com alguma função, seja a de colaborar com recursos financeiros ou de prestar algum serviço, o fazem como fruto de promessas dirigidas a São Benedito. Dona Rosa afirma que ele “é o santo dos pretos” e porque tem muita fé nele e fez uma promessa, se esforça para realizar a festa todos os anos.

⁵ Para uma análise mais aprofundada dos significados da chamada jóia no contexto da estrutura camponesa, ver Prado, Regina – Todo Ano Tem – a festa na estrutura social camponesa, edufma, 2006.

⁶ No momento em que Regina Prado realiza sua etnografia da festa, essas meninas eram também chamadas de *fulioas*, termo cuja vigência não pudemos conferir.

A festa tem como principal elemento o *tambor de crioula*, um ritual de dança e canto consagrados a São Benedito em agradecimento pelas graças recebidas, o qual se inicia no dia 24 à noite, terminando no dia seguinte, pela manhã. A dança do *tambor* se caracteriza pela predominância dos passos executados pelas dançarinas, chamadas *coreiras*, que desenvolvem, em formação circular, uma coreografia marcada passos miúdos de lado a lado intercalados com passos mais largos, movimentando todo o corpo e também pela presença do que denominam de “umbigada”, também chamada *punga*.

A *punga* ou *pungada* ou, ainda *umbigada* é uma forma de convite para outra *coreira* entrar na roda e fazer sua evolução diante dos tambores, tocados pelos homens. Estes tocam e cantam toadas de improviso ou repetem outras dentre um repertório que costuma ser conhecido por todos. À *coreira* que entra na roda cabe fazer uma reverência aos *coreiros*, os tocadores, principalmente àquele que toca o chamado *tambor grande*. O tambor é tocado por três homens chamados *coreiros* e enquanto um deles canta as toadas os demais repetem os refrões e, assim, vão se revezando.



À esquerda, Dona Rosalina, a chamada *dona da festa* de São Benedito. À direita uma *parelha* de tambores. Fostos: Suely Cardoso

Os *coreiros* tocam a chamada *parelha*, formada por três tambores de madeira com couro preso por cravelhas em uma das extremidades. Os tambores são escavados em troncos de árvores. Atualmente, utilizam-se também tambores de cano plástico PVC e dona Rosalina possui *parelhas* dos dois tipos. O tambor maior, chamado de *tambor grande* é o solista. Há dois outros tambores, o chamado *meião* ou *socador* (que pronunciam *sucador*) e o *crivador* ou *pererengue* que realizam improvisos. Há, ainda, duas baquetas de madeira que fazem o som de matraca, batidas no tambor grande. Após serem

tocados, quando já estão desafinados, os tambores são colocados diante de uma fogueira para esquentar o couro, o que re-estabelece a afinação (FERRETTI, S. 2002).

Ressalte-se que, atualmente, os integrantes do *tambor de crioula* são trazidos de outras localidades de Alcântara, pois segundo dona Rosalina “os velhos foram morrendo e os homens mais novos não foram preparados para tocar o tambor”. Os alimentos são importantes componentes da festa, estando presentes em cada uma das etapas das celebrações: na ladainha, no tambor. São alimentos rituais distribuídos numa mesa cerimonial, ligando quem come e bebe junto mediante laços de amizade e de obrigações recíprocas (SMITH, In GOODY, 1995:25).

A *ladainha* rezada em latim para São Benedito, no dia 24, integra a cerimônia da chamada *abertura do tambor*, com o qual se inicia a festa. Esta acontece na denominada *tribuna*, onde se realizam todos os rituais que a integram. A *tribuna* é um grande barracão de taipa e palha (às vezes coberto com telhas tipo brasilit, como é o caso em Cajual) reservado à realização de cerimônias e reuniões do povoado, estando presente em quase todos os povoados camponeses de Alcântara. Antes da ladainha é oferecida a primeira mesa cerimonial, o jantar dos mordomos de São Benedito, seguida pela mesa de jantar dos *coreiros* e *coreiras* e, por fim, a distribuição do jantar para os demais participantes da festa.



Casa de dona Rosalina, ao centro. No detalhe à esquerda, a *tribuna* da festa.
Foto: Suely Cardoso

Outro momento da festa é a o chamado *roubo do santo*, uma simulação de roubo forjada por um grupo de devotos previamente combinados e que se

aproveitam de uma distração dos responsáveis pela festa, tomam a imagem pequena de São Benedito, localizada no altar, e a escondem na casa de pessoa escolhida. Geralmente, esse ato é realizado à noite e, no dia seguinte, quando o santo é dado por roubado, um grupo de mulheres e crianças – os *mordomos de São Benedito* – o *juiz* e a *dona da festa* saem em cortejo de casa em casa à procura do santo.

No trajeto, entoam cânticos que têm como tema a procura pelo santo milagroso: “*Vamos caçar São Benedito, vamos caçar Oh! santo de fazer milagre vamos caçar,*”. Em seu documentário sobre a festa, Murilo Santos afirma que, nesse cortejo, as mulheres fazem questão de passar por um cajueiro velho, que alegam ter mais de duzentos anos. Este autor chama a atenção para a ancianidade da ocupação desses descendentes de escravos.

No trajeto, pessoas são *presas* por uma fita amarrada no braço, “suspeitas” de terem praticado o *roubo* e se juntam ao cortejo. São obrigadas a pagar bebidas para o *tambor* e esse ritual se repete até o santo ser encontrado. Quando isso ocorre, há a simulação de um tribunal composto pelo *juiz*, uma criança que representa um dos *mordomos de São Benedito*. Esse menino aponta a pessoa e dá-se início a um ritual com trocas de acusações até que o caso seja resolvido e o responsável pelo delito fique obrigado a pagar uma *jóia* para o tambor, como forma de punição pelo *crime*. Em seguida, o cortejo é retomado, de volta para a *tribuna*, lugar do altar, mas em procissão, acompanhado de cânticos católicos e fogos de artifícios.

À noite, são oferecidas as mesas cerimoniais aos *mordomos de São Benedito*, aos *coreiros* e *coreiras* e demais participantes da festa. Essas mesas contêm bolos de tapioca, bolo confeitado (tipo de aniversário), chocolate quente, refrigerante. Às vezes pode ocorrer que o ritual da mesa de bolos aconteça somente na manhã do dia 26, a depender da vontade dos festeiros, sendo esse ritual que encerra a celebração.

5- FORMAS DE EXPRESSÃO

5.1 – Caixeiras – sede de Alcântara, Itamatatiua e Ilha do Cajual

Em vários pontos do território étnico de Alcântara, mesmo os mais distantes entre si, há mulheres que tocam *caixa*, um instrumento musical típico de algumas celebrações religiosas do município como a Festa de Santa Tereza de Ávila e a Festa do Divino Espírito Santo.

Em outras partes do Maranhão também está presente a Arte de tocar *caixa*, em outras celebrações, como a Festa de Nossa Senhora Conceição (SOUZA FILHO, 2008). Em geral esse instrumento de percussão, de forma cilíndrica, confeccionado em latão ou zinco, com arcos internos de madeira de buriti e dois tampos em couro de animais, é tocado com duas baquetas de madeira apenas pelas mulheres, que tomam esse ato como uma espécie de missão que as leva a executar o instrumento por toda a sua vida, em devoção aos santos (BARBOSA, 2006).

No caso da Ilha da Cajual, de Dona Romana foi iniciada por Dona Margarida, caixeira mor do Divino, já falecida. No vídeo Terras de Quilombo – uma dívida histórica (SANTOS, 2004), Dona Margarida aparece anunciando que reconhecia que sua voz já não era como dantes e que necessitava iniciar sua sobrinha para que ela a substituísse.



Dona Romana (centro) com outras *caixeiros* durante a Festa do Divino espírito Santo em Alcântara. Foto: Benedito Souza Filho

Com sua morte, pelas regras acatadas entre as *caixeiros*, deveria assumir a mais idosa, Anica, mas isto não se deu, por motivos que desconhecemos, tendo assumido sua irmã, Marlene.

O processo de preparação e de iniciação de uma nova tocadora é longo e trabalhoso e uma das dificuldades enfrentadas pelas *caixeiros* do Divino, em Alcântara, é a dificuldade em formar pessoas nessa forma de expressão. Por

ocasião da Festa do Divino, como só há quatro caixeiras na sede de Alcântara, é necessário ir buscá-las em outros povoados do município. Estas, embora tocando e cantando de uma outra maneira, contribuem para que a festa se realize, já que a presença dessas mulheres é fundamental em todos os momentos das cerimônias dessa celebração.

As *caixeiras* tocam, dançam e cantam acompanhadas de um grupo de meninas chamadas *bandeirinhas*. Assim é na Festa de Santa Tereza e na Festa do Divino em Alcântara. Na primeira, atuam como uma espécie de arautos, fazendo-se presentes em todos os rituais que compõem a festa.

No caso da Festa do Divino, embora sejam presença imprescindível, alguns pesquisadores, como Murilo Santos, têm observado que é como se ocupassem um lugar subalterno na hierarquia da corte imaginária que se constitui durante o festejo. Na Igreja permanecem nos fundos, não são proprietárias do instrumento musical que executam e sua mesa não é tão ricamente adornada como a chamada *mesa do império*, destinada aos integrantes da corte do *imperador* ou *imperatriz*, do *mordomo* ou *mordoma régia* e dos *mordomos* chamados *baixos*. Em relação a atual gratificação a que fazem jus, depois da instituição de subsídios oficiais para a festa, também se apresentam como as menos favorecidas. Na realidade, são realmente pessoas dentre as mais despossuídas da cidade, embora detenham um saber de grande importância para a comunidade.

5.2 -Tambor de mina

O *tambor de mina* foi observado, no contexto deste inventário, na localidade Tijuca, na Ilha do Cajual. Certamente existe em outras localidades inventariadas, como em todo o Maranhão, embora não tenham sido tomados para objeto neste inventário.

Para fins deste trabalho, ainda, essa manifestação foi registrada como forma de expressão quando, na realidade, seria classificada mais apropriadamente como celebração, dado seu caráter de religião afro-brasileira.



Detalhe do altar de um terreiro de mina em Cajual. À direita, dona Romana junto a um altar. Fotos: Suely Cardoso

Especialistas na temática dão conta de que o Tambor de Mina surgiu na capital do Maranhão, se expandindo pelo Pará, Amazonas, outros Estados do Norte e para as capitais que receberam grande número de migrantes do Norte, como Rio de Janeiro e São Paulo. Embora hegemônico no Maranhão, o Tambor de Mina-Jeje, Nagô, Cambinda, foi sincretizado no passado com manifestação religiosa de origem indígena denominada Cura/Pajelança e com uma tradição religiosa afro-brasileira, surgida em Codó (MA), denominada Mata ou Terecô (FERRETTI, M., 1996).

No Tambor de Mina são cultuados voduns e orixás (africanos), os chamados *gentis* (nobres associados a orixás ou entidades africanas com nomes brasileiros) e caboclos (entidades surgidas nos terreiros brasileiros). Essas entidades são organizadas em nações e em famílias, e possuem diferenças de idade bem marcadas. Embora as mais velhas sejam mais prestigiadas, as mais novas (às vezes crianças) podem ser também “donas da cabeça” e podem ser recebidas em todos os toques, como: os gêmeos Tossá e Tossé e a princesa Sepazim, da família real do Dahomé (recebidos na Casa das Minas-Jeje); e Menino Da Lera (da família do Rei da Turquia). (FERRETTI, 1996).

A religião afro-brasileira no Maranhão, em suas diversas denominações é bastante ligada ao catolicismo. Além dos terreiros realizarem festas e rituais do catolicismo popular, como a *Festa do Espírito Santo*, *Queimação de Palhinhas do Presépio*, *Batismo* (na igreja ou no terreiro, com água benta), alguns ritos católicos são indispensáveis nas festas de *voduns* e *encantados*, como: *missa*, *procissão* e *ladainha* (em latim). (FERRETTI, 1996)

Na *mina* as festas são muito freqüentes, acompanham o calendário santoral católico e costumam incluir três noites de toque. Em algumas datas do

ano quase todos os terreiros fazem toques – São Sebastião, em 20 de janeiro; Sábado de Aleluia; Averequête no 2º domingo de Agosto e Santa Bárbara, no dia 04 de dezembro). Em várias outras datas muitos terreiros tocam uma ou três noites (24/06 - São João; 29/06 - São Pedro; 26/07 - Santana; 28/09 - São Miguel; 8/12 - N.Sra. da Conceição; 13/12 - Santa Luzia). Existem algumas datas festejadas em uma ou em poucas casas, mas no Maranhão, só não se faz toque na Quaresma (período do calendário cristão) (FERRETTI, 1996).

6 - LUGARES

6.1 - Igarapé do Encantado

Outros recursos que aparecem nas narrativas como sendo habitados e controlados por encantados são igarapés que aí vivem.

O chamado *Igarapé do Encantado*, localizado ao Sul do povoado Mamuna, é uma das ramificações de um grande igarapé que banha esse povoado e também Peru Velho e Camarajó, já que Mamuna, Peru Velho e Camarajó são áreas vizinhas e contíguas. Estes dois últimos foram povoados onde residiam e trabalhavam famílias deslocadas compulsoriamente pelos militares, nos anos 80, sendo agora áreas desabitadas.

O *Igarapé do Encantado* localiza-se nas proximidades da cabeceira do Rio de Camarajó, do qual é tributário. Atualmente, a comunidade de Mamuna se reapropriou de toda a extensão desse curso d'água, inclusive daquela localizada no Camarajó, denominada pelo grupo de Igarapé do Encantado ou, simplesmente, Encantado.

Para compreender as relações que os moradores mantêm com esse igarapé, é necessário primeiramente fazer algumas considerações.

Os chamados *encantados*, também denominados *invisíveis*, são seres sobrenaturais que os entrevistados acreditam poder incorporar em certas pessoas (como ocorre nos terreiros de religião afro brasileira) e que, segundo eles, residem ou freqüentam certos lugares do povoado, como rochas, igarapés, certas porções do oceano, certos vegetais (como, por exemplo, touceiras de certas palmeiras.). Esses lugares onde se manifestam esses *encantados* são denominados também de *lugar de encantaria* ou *lugares*

encantados e os seres que os habitam também são chamados de *donos do lugar*. O termo *encantaria* aparece também nas entrevistas indicando genericamente o conjunto desses seres sobrenaturais e seus poderes sobre os humanos e os elementos da natureza.

Esses lugares são entendidos como possuindo casas e palácios não visíveis pelos humanos comuns. Uma duna, por exemplo, segundo os entrevistados, pode esconder um palácio ou uma casa pertencente a esses seres, somente visível àqueles que possuem poderes para tal. Esses poderes são dados pela ligação desses humanos com tais seres sobrenaturais. Tal ligação se manifesta pela incorporação, por humanos, desses seres sobrenaturais. Para indicar as pessoas que incorporam tais seres (como nos terreiros de religião afro brasileira) utilizam a expressão *recebem encantados*. Alguns desses seres incorporados por humanos também são chamados de *guias*. Muitas vezes esses chamados *guias* solicitam às pessoas que os recebem que busquem na mata ou nas águas certos objetos, como pedras, ou materiais, como areia e outros. Tais *guias* pertenceriam às chamadas *linhas*, agrupamentos que reuniriam seres “aparentados” ou da mesma espécie.

Tais atos de encaminhar oferendas ou realizar as chamadas *obrigações* aparecem também nas entrevistas indicados pelos termos fazer *descarrego* ou *firmeza*.

Segundo os entrevistados, a aproximação desses locais onde residiriam tais entidades sobrenaturais só é permitida a poucas pessoas do povoado, aquelas que *recebem* tais seres. Essas teriam sido autorizadas por esses seres para acessar os locais onde, segundo esse sistema de crenças, eles habitam. Ainda segundo os entrevistados, quem se aproxima desses lugares (na águas, no oceano ou na matas) para fazer uma oferenda ou buscar algo solicitado pelos chamados *guias*, costuma sair de lá sem olhar para trás para não entrar em contato direto com esses seres. Fala-se que muitos dos que os enxergaram ficaram enfermos ou morreram logo depois. Adverte-se também que intromissões, curiosidades e profanações desses locais são severamente punidas, pois quem não pertence ao que entendem como sendo as *linhas dos encantados* é rejeitado pelos também chamados *donos do lugar*. Quem não tem ligação com esses seres, ou seja, capacidade de se relacionar com eles, também chamada por alguns autores, como Ferretti. M. (2004) de *vidência*, não

sabe que às vezes uma duna esconde um chamado *palácio* e pode querer pisar ou construir uma casa em cima da *encantaria*, ou seja, da casa *dos donos do lugar*. Quem vai a um lugar entendido como *de encantaria* é porque tem um pedido de proteção, de saúde, tem um *descarrego*, uma *firmeza* a fazer ou uma promessa a pagar (Ferretti, M.2004).

Muitos moradores referem-se ao Igarapé do Encantado como um local onde se realiza a pesca.

No Encantado, a água é rasiinha, limpinha e se olha tanto peixe, mas se eles não se engraçarem com você, você não pega um peixe. Mas se ele se engraçar, você pega peixe que nem dá de conta de trazer. Lá, você escuta pessoas falar, fazendo alguma coisa pra botar você pra correr.

Outros relatos mostram que há muitos peixes como o *bagre*, por exemplo, muito citado nas narrativas sobre esse lugar.

No Encantado, lá num igarapé que tem, lá no Camarajó, lá é cabeceira de rio. Lá se o senhor chegar e botar um anzol, o senhor vê, ta coisando [aparição de peixe em grande quantidade, se mexendo às vistas do pescador] de peixe. Se ele [o *encantado*] se agrada do senhor, o senhor garra cumê [alimento]. E se o senhor se admirar do peixe, o senhor num garra nenhum pro senhor comer. Num tem esse bom que garra. Eles [os encantados] bazugam [derrubam] pindova [folha de palmeira nova de babaçu]...Bráááá [representação do som da derrubada da pindova]...bazugam né, como quem anda carregando peso no ombro. É eles [os encantados] mesmo lá, as penitências deles lá, quem já morreu por lá que faz isso”.

Percebemos, no entanto, que a prática da pesca nesse igarapé acontece de acordo com algumas restrições, ou seja, a atividade aqui é condicionada pelo sistema de crenças do grupo, que atribui aos *encantados* a permissão, a limitação ou ainda o impedimento do uso desses ecossistemas. O efeito prático dessa forma de controle do uso dos recursos naturais nesse lugar acaba permitindo a sustentabilidade da apropriação da natureza. Sendo assim, podemos dizer que aqui não há apropriação predatória da natureza, já que existem regras e restrições de uso determinadas pelo sistema de crenças do grupo.

6.2 – Pedra de Itacolomy e Pedra de vovó (Mamuna)

A Pedra de Itacolomy é uma formação rochosa que se encontra dentro do oceano, no litoral de Alcântara, podendo ser avistada de vários povoados, como Mamuna, Itapera, Canelatiua e outros. Não há registro de que seja de alguma forma utilizada pelos moradores desses povoados como área de pesca ou de coleta de pequenos crustáceos e moluscos. O que se constatou foi um conjunto de representações sociais sobre este lugar no que concerne ao seu sistema religioso e de crenças.

A Pedra de Itacolomy é bastante conhecida em São Luís, principalmente nos meios de religião afro-brasileira. Sendo assim, pode-se dizer que todos os povoados do litoral de Alcântara “se relacionam” com a Pedra, pois ela está no imaginário de todas as pessoas que vivem, cultivam e pescam nessa região.

A *Pedra de Itacolomy* tal como outras formações rochosas – a *Pedra Santa*, por exemplo – também tem lugar no sistema de crenças do grupo social de Mamuna. Aqui segue uma narrativa de uma informante:

A *Pedra de Itacolomy* é uma pedra que existe no meio do mar. Eu tenho um irmão de criação e ele tem um *Terreiro de Mina* na Vila Palmeira. Ele é de lá do Bom Viver. Ele é daqui de *comunidade quilombola*. Ele é um *quilombola* que mora em São Luís. Então, ele tem *terreiro*. Se vocês forem lá, é a coisa mais linda. E quando é festejo de São Sebastião, Santa Bárbara, que tem dança, os homens vestido só por igual, as mulheres por igual. Ele faz tudo de enfeite, é a coisa mais linda que ele faz no *terreiro*. O *terreiro* é enorme. Ele já cansou de dizer pra mim, que ele é casado no “*fundo*”. A mulher dele é a coisa mais linda. É uma *encantada*. Mas é muito bonita. Ele diz que “mulher na terra bonita igual a ela, não existe”. Ela é perfeita, sem nenhum defeito. E ela tá é bem, como qualquer uma pessoa na terra. Ele diz que quando ele dorme, na sonolência, ele vem aí. E quando ele chega na *pedra*, é um barracão. É duas pessoas na porta, e dentro é um barracão, um salão de dança dos *encantados*. Ele já cansou de dizer isso pra mim. Uma vez eu tava lá e tinha uma porção de *curador*. Aí tinha uma porção de *curador* e eu tava lá. Aí chegou pra mim, nessa época, e disse assim: “*Você é muito bonita*”. Ela chegou, ela tava com um encantado chamado Pomba Gira. É um *encantado* muito poderoso. Chegou e disse assim pra mim: “*Você quiser ter tantos homens que você quiser, homens que você imagina que você não pode ter. É só você escrever cinco Salomão no chão e jogar um pouco de cachaça, e chamar pelo meu nome três vezes, e acender uma vela vermelha. Aí você vai ter homens que você jamais imagina*”. Eu digo: “*Num quero, jamais quero isso pra mim*”. Então, aquele trato, aquela coisa que aquele *encantado* tava falando pra mim, eu fizesse... Eu perguntei pra meu irmão: “*Meu irmão, se eu fizer isso, o que acontece? Sabe o que vai acontecer?* [ele fala]. “*A partir daquele momento, você fez um pacto com ela. Você vai ter o que ela prometeu, mas a partir daquele momento, tua alma vai passar a ser dela*”. Você vai participando já ser dela. Eu digo: “*Quem que quer? Não a Maria José*”. Não quero, não é pra mim. A gente sabe que é real, é coisas que já aconteceu, é coisas que acontece, que existe.

Além da *Pedra de Itacolomi*, há referências a outras formações rochosas, como a *Pedra da Vovó*, em outros locais da costa alcantareense, entendidos como de *encantarias*, a respeito da qual a mesma entrevistada afirmou:

Tem uma *pedra* que água não cobre. Ela fica sempre aparecendo. Tem uma *pedra* lá no *arrecife*, lá no Pirapema. É uma pedra onde entra água salgada, mas a água é doce, todo tempo doce. Mas você só bebe água doce se [os encantados] deixarem você beber. Se não deixarem, a água fica saloba [sic] e você não bebe. Nós vamos lá [ela exemplifica], eu bebo, a água é doce, eu bebi, tudo bem. Aí você vai beber, você diz: “*Não, você ta mentindo, porque a água aqui ta saloba, a água não presta*”, mas não é. É eles [encantados] que num deixa, porque não se agradaram de você. Aí você não bebe a água.

Os chamados *encantados* aparecem, em inúmeras narrativas, como os guardiões de recursos naturais, permitindo que esses grupos os utilizem e os manejem em sistema de uso comum, garantindo sua preservação.

Vários lugares de Alcântara, tidos como habitados e controlados pelos chamados *encantados*, estão presentes nos *terreiros de mina* de São Luís, ratificando uma vez mais a idéia de que as fronteiras étnicas desse grande território transbordam, ultrapassando os limites geográficos da Baía de São Marcos. A grande extensão de águas revoltas, que fazem o suplício de muitos na travessia de São Luís para Alcântara, é pensada e vivida, muitas vezes, como uma espécie de grande quintal. São inúmeros os indícios do lugar que as águas e os locais da capital desempenham, cotidianamente na vida desses grupos, como o fato de identificarem as embarcações que passam pela costa, ligando-as a cada proprietário, seja na Camboa, no São Francisco ou em outros bairros da capital.

A Pedra de Itacolomy, aqui inventariada, por exemplo, está presente em inúmeras das chamadas *doutrinas*, cânticos entoados aos *encantados* nos *terreiros de mina* em São Luís, interligando não apenas pessoas das duas cidades, mas, efetivamente, lugares geográficos que integram espaços sagrados.

6.3 – Ruínas de antigos engenhos e fazendas do período escravocrata – os chamados *paredões* (Camarajó, Mamuna)

Antes de descrever o que os entrevistados denominam de *paredão* ou *encontro*, no local Camarajó, julgamos pertinente lembrar algumas considerações de Almeida (2006) em seu relatório antropológico de identificação do território étnico de Alcântara .

Para esse autor, no capítulo “Muralhas e paredões: as Ruínas das Casas-Grandes e dos Engenhos como fator de identificação das comunidades remanescentes de quilombos”:

as própria narrativas míticas dos entrevistados, no decorrer dos trabalhos de perícia, invertem, entretanto, os termos daquela dicotomização ao acionarem, de maneira positiva, como fator de legitimidade de seu modo de viver e produzir, estas mesmas ruínas dos engenhos e casas-grande e os demais destroços das fazendas abandonadas. Trata-se de uma disputa pelos elementos simbólicos, que quebra com o corte simplificador da coleta de vestígios da cultura material. O poder de se apropriar das vantagens simbólicas associadas à posse das ruínas, legitima o oposto simétrico das grandes plantações monocultoras baseadas no trabalho escravo, isto é, as comunidades remanescentes de quilombos, cuja forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais, passa a articular os diversos povoados. Antes de serem um vestígio do passado ou uma forma de retorno a uma economia natural tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre seu destino. A posse das ruínas pelos remanescentes de quilombolas, torna-as um marco distintivo da autonomia de seus povoados, porque representa a evidência do que as fazendas não tem mais “condições de possibilidade” (Bourdieu, 1992) de efetivamente existirem ao mesmo tempo que comprova a rede de relações dos quilombolas que aí decidem ficar (ALMEIDA, 2006, p.61) (Vide anexo bibliografia).

Mamuna é uma comunidade *quilombola* secular, que data do período da escravidão da mão-de-obra negra africana, no contexto da produção de algodão e cana-de-açúcar em Alcântara. Aí se registrou uma dessas ruínas, denominada *paredões* ou *encontro*. Essas ruínas datam, portanto, desse momento histórico. Sua arquitetura é reconhecidamente colonial portuguesa, semelhante àquela existente na sede de Alcântara. Seu Leonardo dos Anjos, morador de Brito (Alcântara), refere-se a essas ruínas como sendo *engenhos velhos*. Os *paredões* aqui referidos estão localizados em Camarajó, povoado remanejado compulsoriamente pelos militares nos anos 1980, porém são as famílias de Mamuna que utilizam suas áreas para o cultivo, atividade pesqueira e caça de pequenos animais para alimentação. São também os mamunenses que guardam memórias e representações sobre esse lugar, sobretudo a respeito dos *paredões*, lugar aqui inventariado.

O *encontro* ou *paredão* costuma ser referido como locais de presença de *encantados*, de almas ou espíritos de pessoas que pertenceram ao período da escravidão – homens, mulheres e crianças representados como tendo sido maltratados pelos senhores. Não se pode constatar, no entanto, que seja local objeto de cultos ou cerimônias, sendo apontadas suas adjacências como local de trabalho.



Detalhes dos chamados *paredões*. Fotos: Leonardo Coelho

Segundo as narrativas, os seres que lá habitam manifestam-se nos sonhos, visões, vozes e simulação de ruídos de árvores, galhos e folhas se quebrando. O *paredão ou encontro* - localizado entre áreas de cultivo, de caça e igarapés apropriados por famílias de Mamuna constitui, portanto, um local importante tanto para a sobrevivência e reprodução social, quanto para a preservação do sistema de crenças do grupo.

Atualmente, em Camarajó, vive apenas uma pessoa, que se recusou a ser remanejada para as *agrovilas*, locais construídos pelos militares para reassentar as famílias retiradas da área do Decreto que instituiu o Centro de Lançamento de Alcântara. Ao serem expropriados, todos os moradores deste povoado foram deslocados compulsoriamente, o que gerou sérias e desastrosas conseqüências para as famílias, tanto no plano social e econômico, quanto no que tange ao seu sistema de crenças, que foi perturbado.

Esse tipo de ruínas de antigas construções, que provavelmente datam dos períodos de apogeu da economia agroexportadora alcantareense, são resquícios de paredes muito largas, construídas em pedra e cal, e outros vestígios, como pedaços de ferro e engrenagens. No local das ruínas, em Camarajó, há um conjunto de pés de pequi formando uma espécie de pomar

que funciona como marco referencial para a localização dos *paredões*, aqui inventariados. São marcos naturais de significado simbólico para os moradores de Mamuna, ou seja, não se trata de qualquer pequizeiro, mas são marcos que localizam o lugar, o chamado *encontro*.

A narrativa que se segue demonstra o quanto a entrevistada, *rezadeira* do local, acionando dados de memória social, relaciona esse lugar a um tempo no qual escravos eram dominados pelo do senhor de terra, ou seja, a relações de poder vigentes naquele período. Além disso, destaca-se no depoimento o sistema de crenças vivo, presente, sobre o qual se assenta a interpretação do grupo sobre os chamados *paredões*.

Lá do *encontro*, é lá no *encontro*. *Encontro* porque era assim antigo, né, dos pessoal antigo, no tempo da escravatura. Aí eles fizeram aqueles paredão né. Ali era a escravatura deles mesmo. Ali tem um tanque muito grande dentro. Lá tinha uma corrente que tinha uma caixa grande. Mas nunca ninguém arrancou ela de lá. Dizem que já cavaram foi muito por lá. Tem pequizeiro, tem mangueira, tem juçaral, tem o buriti, tudo tem. No *encontro* tem os *paredão*. Os mais velho chama *encontro*. Isso foi na escravatura. Já num cheguei a conhecer. Quando nasci já era uma casa. No tempo da escravatura eles garravam, mandavam matar os filho dos escravos, jogavam pra lá, pra dentro. Os escravos faziam aqueles paredão. Aí mandavam eles fazerem uma coisa, aí era de carreira. Se não fizessem eles matavam eles. Faziam e aconteciam. Depois que graças a Deus que acabou essa escravatura. Os mandante, o rei ou reis, assim era que era, judiavam com o povo, até as criança tudo, diz que matava. Já achei o dito né, porque eu nunca vi. Matavam de malvadeza mesmo. Por exemplo, se o senhor fosse fazer uma viagem e o senhor demorasse, já sabia. O senhor fazia de tudo pra eles, o senhor era o escravo deles. O senhor banhava eles, o senhor era que caçava, o senhor era que fazia de tudo nesse tempo da escravatura e por isso que chamam encontro.

Sobre a ligação dos chamados encantados com os humanos, a entrevistada narra:

Eu sonhei, eu vi o cara [o encantado] me dando... Ele me disse pra mim que era pra mim ir levar uma vela benta, levar um pouquinho de cachaça, levar um Manel e uma Maria. Chegasse lá, era pra mim mandar batizar né, por exemplo, como qualquer pessoa né. E depois mandasse eles embora e eu ficasse sozinha e depois eu puxasse a corrente que o que era meu vinha na corrente. Eu sonhei com ele me explicando tudinho, que era pra mim levar uma vela benta, uma cachaça, levar um Manel e uma Maria pra batizar o negócio lá. Ele disse ainda pra mim tudinho que tinha dentro dessa caixa. Era só louça fina, louça mesmo de ouro, era só ouro que tinha dentro. Era só louça fina, era prata e era ouro que tinha dentro da caixa, que era pra mim puxar. Quando eu puxasse, o que era meu vinha garrado na corrente. Eu num ia ficar dentro daquele *paredão*! Agora, longe de gente? Agora eu ia ficar lá sozinha seis horas da tarde (18h00min)? Num ia não! Num tem um corajoso! Como era que eu ia ficar? Agora sim, se fosse duas pessoas

eu ia. A mesma coisa ele [o *encantado*] falou pra Maria lá em Alcântara e pra dona Diolinda daqui.

6.4 – O Poço do Chora – Itamatatuiua

A existência do chamado Poço do Chora, em Itamatatuiua, outro lugar inventariado, reafirma a presença, também nessa localidade, da crença nos chamados *encantados* e de sua função como guardiões dos recursos da natureza.

O lugar inventariado é uma fonte de água, com pouca profundidade e com paredes de pedras e, segundo dados de memória oral, data do tempo dos escravos. Situa-se numa área classificada pelos entrevistados como de *campo*, designada pelos moradores como *Baixa do Chora*, fazendo parte de um ecossistema importante para as famílias de Itamatatuiua, tanto por sua apropriação material quanto simbólica.

Todos os moradores de Itamatatuiua utilizam água para beber somente dessa fonte, pois acreditam que é melhor do que a encanada, que reservam apenas para lavagem de roupa, banho e limpeza das casas. Apesar da dificuldade de acesso, principalmente no período de chuvas, não deixam de se abastecer com a água desse poço.

Esse poço é tido como habitado e controlado pelos chamados *encantados*, a quem é necessário pedir permissão para apanhar água. Como em outras situações, essas crenças, com suas interdições e tabus, contribuem para a sustentabilidade desses recursos. De acordo com os entrevistados, este poço, respeitadas as regras instituídas pelo grupo, com base em seu sistema de crenças, jamais seca.

Para usufruir da água do *chora*, como costumam chamar, os moradores se dirigem aos *encantados*, descritos como ora como uma sapa, ora como cobra, e denominados por eles como *mães d'água* ou *donos do lugar*, a quem se dirigem para *pedir licença*, dizendo: “*Ê, me dão licença gente daqui*”. As regras para o uso d'água determinam que às 12 horas do dia e às 18 horas não se deve ir ao poço, pois são os horários em que os *encantados* estão na beira do poço a protegê-lo.

Esses *encantados* são assim descritos:

Eu já olhei essa sapa lá na boca do poço, eu já olhei ela lá, mais é uma coisa bonita ela, é uma negra bonita ela, a dona lá do poço, ela é bem feitinha de corpo, esquiinha [magra, fina] pra cá [parte de cima do corpo] e larguinha pra cá, agora só que os olhos dela é dessa cor aqui ó, se não é mais vermelho, eu já olhei ela...é desse tamainho que ela é, agora só que é esquiinha [magrinha], pequena,ela tem umas listras muito linda, bonita as listras dela, ela bonita mesmo, não é como esses sapos por aqui não”.

Conforme Mundicarmo Ferretti (2004) tanto na região litorânea quanto no interior do Maranhão, existem rios, lagos, poços e nascentes conhecidos como moradas de Mães d’Água e de *encantados* que já apareceram a alguém como cobras, peixes, botos e outros animais. Os locais de *encantaria* são descritos pelos médiuns como lugares de muita energia, de muito poder, de uma força inexplicável ou como lugares de muito mistério, de muita “mironga”, de muito segredo.

A entrevistada relata, ainda, um evento ocorrido, no qual ela se fazia presente:

Uma vez nós fomo limpar ele (o poço), eu, Carleane e Cleuton, aí nós secamo o poço, nós fomo limpar, aí apareceu uma cobrinha lá que não deixou Cleuton limpar, aí depois aí nós tava em pé na boca do poço, aí João vinha , foi que nós chamamo ele, aí ele veio e disse: ‘me dá licença pra limpar o poço que ta sujo` aí a cobra sumiu, aí Cleuton também não entrou mais que a cobra não deixou, aí ele [João Mandioca] entrou, não sei se é porque ele [Cleuton] tava fumand ... sei que ele era acostumado também a limpar ele... João Mandioca, aí limpou.

A entrevistada conta também que há uns 10 anos atrás um governante de Alcântara mandou fazer um *bocal*, que seria a boca do poço, construída em cimento, mas não sem sucesso porque os chamado *donos do lugar* (os *encantados*) não teriam se agradado do serviço, desmoronando tudo. Segundo ela, caiu tudo, a água ficou muita suja e não puderam usá-la. Somente depois que os moradores se juntaram, pediram licença aos *encantados* para limpar o poço, é que a água voltou a ser boa. Por isto, atualmente não permitem que mais ninguém faça intervenções no poço. Tais interdições parecem dizer respeito também aos pesquisadores, pois diante das repetidas evasivas e desculpas para que não fossemos visitar o poço entendemos que não deveríamos insistir.

A narrativa revela o que Paula Andrade (2006) afirma acerca do manejo sustentável dos recursos naturais a partir de “*regras pactuadas entre os membros desses grupos, envolvendo relações entre homens, meio biofísico e*

entre aqueles e meio sobrenatural, ou seja, os chamados encantados.” Embora a autora esteja se referindo a outra área no município de Alcântara, sua interpretação também é pertinente para a situação aqui analisada, de acordo com o que se observou em Itamatatua.

7 – OFÍCIOS E MODOS DE FAZER

7.1 – Ofícios ligados à realização da Festa do Divino, na sede de Alcântara

7.1.1- O preparo do doce de espécie

O *doce de espécie*, uma herança portuguesa, segundo as narrativas dos entrevistados, deixada aos escravos no período colonial. É típico de Alcântara, Maranhão, e apesar de ser comercializado o ano inteiro, tem uma relação ritual com a Festa do Divino e a Festa de São Benedito nessa cidade. É alimento ritual obrigatório destas celebrações religiosas e um dos traços da identidade do povo de Alcântara. Entre os principais doceiros da cidade, destaca-se Seu Antônio Carlos, hoje com 44 anos, que o fabrica desde os 16 anos.

O *doce de espécie* é uma iguaria muito apreciada em São Luís e no município inventariado. Feito com coco e açúcar e uma base de farinha de trigo, fora do contexto da festa é preparado sempre no formato de uma tartaruguinha. Sua popularização em Alcântara deve-se à distribuição como dádiva na Festa do DIVINO, quando é ofertado também em forma de coração.

Fora do período da festa a criança a vende aos turistas no porto e em alguns pontos da cidade, recém preparados pelas mães no forno de casa, mas a venda tradicional da cidade é a do Seu Antonio doceiro. Seus doces, já mostrados em rede nacional de televisão, são comprados frequentemente pelos turistas que visitam a cidade.

O *doce de espécie* é produzido na própria casa de Seu Antônio. Na sua copa os ingredientes são preparados, para serem assados no forno à lenha, que se localiza dentro de uma pequena casa em seu quintal. Ele faz este trabalho na sua casa desde 1994. Seu Antônio possui um terreno onde cultiva coqueiros, que apesar de não produzirem o suficiente para atender a demanda, reduz as suas despesas em 50%.

O entrevistado fala, com orgulho, que todos os seus filhos sabem trabalhar com o *doce de espécie*. Dominam todo o processo para fazer o doce,

“do forno ao coco na panela”, usando a expressão de Seu Antônio. Ele diz que sempre trabalhou em Festas do Divino, em casas de festa, ajudando. Então, depois de um tempo, passou a contar com o apoio de seus filhos, que sabendo fazer doces, puderam somar esforços no atendimento às demandas das festas. Ressalta que não faz segredos a respeito do seu saber, por isso mesmo revela a receita sem problemas a quem lhe perguntar, seja o turista ou outro.

O entrevistado descreve os momentos nos quais o *doce de espécie* aparece como importante item dentre os alimentos rituais da Festa do Divino:

O doce de espécie é utilizado na Festa do Divino, no primeiro dia, quinta-feira da ascensão, na casa do Império, até o domingo do Espírito Santo [doze dias depois], na Festa do Divino. O doce é servido na Casa do Império; no sábado é a primeira visita do mordomo-régio; o mordomo-régio vai servir doce de espécie. E o Império [a corte do imperador ou da imperatriz, em anos alternados] vai ficar servindo todos os dias da festa, todos os dias que tem visita, ele vai servir doce de espécie.

Para a Festa, o doce é preparado no formato de coração, indicando seu sentido religioso, em tamanho maior que aquele destinado à venda e, nos demais períodos do ano, quando é comercializado, em formato de uma pequena tartaruga. O ritual de troca de doces se insere numa ampla rede de reciprocidade, como dádiva, tal qual conceituada por Mauss. Expressa a troca de gentilezas, de banquetes, em redes de relações de reciprocidade entre os componentes do império fictício montado por ocasião da festa. *Mordomos* e integrantes da corte do *imperador* ou *imperatriz* passam os doze dias, percorrendo o circuito da festa, entre as várias casas dos festeiros, se visitando mutuamente e trocando alimentos, gentilezas, gestos rituais, cânticos e danças. Pode-se dizer que essas trocas se assemelham também ao kula descrito por Malinowski entre os trobriandeses, nas quais o doce, como os colares e braceletes naquele caso, é uma das iguarias imprescindíveis à troca que se estabelece entre os festeiros, conforme afirma o seu Antonio Doceiro:

Pra Festa do Divino sai mais da forma redonda e o doce é de coração. É uns doce grande de coração. É tipo assim uma troca, o *Império* [o *festeiro* que simboliza a corte do *Imperador* ou *Imperatriz*] manda pro *mordomo-régio*, o *mordomo-régio* manda pro *Império*. O *Império* manda pros *mordomo-baixo* e os *mordomo-baixo* manda pro *Império*. São uns coração graúdo, enfeitado naquela embalagem muito bonita. Faz de conta, assim, que é um presente que ele tá dando e depois ele recebe.

Por isso, essa iguaria é tão importante na Festa do Divino, marcando as relações de reciprocidade e unindo toda a coletividade dos devotos do santo, que o entrevistado resumiu acima.

7.1.2 – O preparo de licores para a Festa do Divino em Alcântara

A fabricação de licores em Alcântara é uma das atividades inerentes à chamada Festa do Divino e um dos produtos importantes da cidade, contribuindo para a renda familiar de quem o produz. É produzido ao longo do ano para comercialização e, em maior quantidade, no período da Festa do Divino, mediante pedidos.

A atividade de fabricação de licores em Alcântara remonta às próprias origens da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara, uma manifestação cultural de contribuição portuguesa e africana. O licor é um dos componentes inerentes à festa citada, como uma das bebidas servidas em várias partes da extensão da festa. Além disso, tornou-se um produto de grande comercialização em Alcântara para aqueles que a visitam.

É uma das bebidas rituais da Festa, servida em vários momentos, mas, principalmente, nos dias de levantamento dos mastros. Em geral o licor é servido pelo *mestre sala*. Outro momento em que o licor é servido é o das visitas dos participantes e visitantes da festa à casa dos festeiros, bem como no momento de trabalho dos envolvidos com a realização da festa.

Os principais ingredientes dessa bebida, tão importante no contexto ritual da Festa do Divino, são as frutas e seus fabricantes se preocupam muito antes do festejo com sua aquisição ou extração.

As frutas utilizadas são caju, jenipapo, goiaba, colhidas no próprio quintal ou nos quintais de outras casas. Abacaxi, maracujá e tamarindo são encomendadas do interior ou comprados nas feiras de São Luís (abacaxi e maracujá). O tamarindo é comprado do povoado Oitiua e o abacaxi de Itauaú, na safra dessa fruta. O jenipapo é colhido nos meses de fevereiro, março, abril até agosto, pelos homens. O caju e o tamarindo são colhidos de agosto a outubro. Quanto à goiaba, há variedades que produzem no período das chuvas, outras no verão (período da seca). O abacaxi do povoado Itauaú é

colhido em agosto e setembro e o de São Luís pode ser encontrado em qualquer época do ano.

Segundo os entrevistados, a colheita do maracujá depende do cuidado de quem planta. Bem cuidado, produz o tempo todo. A mais difícil de encontrar, segundo a entrevistada, Dona Joralda, é o tamarindo, pois na sede só existe em dois quintais, no caminho do Forte São Sebastião, nos povoados Oitua, Rio Grande, Peroba de Cima, Ladeira e Janã. Na sede de Alcântara havia muito, mas segundo a entrevistada tudo foi devastado, em decorrência da expansão da área urbana. A entrevistada cultivava um tamarineiro e algumas fruteiras em seu quintal. No sítio da Praia do Barco, no caminho do Sítio de Nazaré e nos quintais de Cema, as fruteiras estão conservadas. Quanto ao açúcar é comprado em Alcântara.



Dona Joralda segurando garrafas de licor. No detalhe, algumas garrafas expostas à venda. Fotos: Benedito Souza Filho

Só cachaça é comprada em São Bento ou Cedral, a lenha é adquirida no interior, às carradas (restos de roçados). Uma vez que disponibilidade de frutas nativas é fundamental para o fabrico do licor para a festa do Divino, tornam-se importantes os laços que unem povoados do interior e a sede de Alcântara, conforme já citado em outras partes deste relatório.

7.1.3 – Preparo do *chocolate* da Festa do Divino

O chamado *chocolate* é uma bebida ritual preparada especialmente para a Festa do Divino e outras festas populares católicas da região, quando é servido quente, em mesas especialmente decoradas para a ocasião. Muitas

vezes, é servido após ladainhas de outras festas que não a do Divino em muitas partes do Maranhão.

O tradicional *chocolate* é importante por ser um dos elementos imprescindíveis da Festa do Divino, juntamente com os *doces de espécie* e demais iguarias oferecidas aos integrantes do chamado *império* e ao grande número de visitantes. São distribuídos com o objetivo de receber bem, ainda que seja em momentos de simples visita na casa de festeiros. Nas solenidades que compõem os rituais, o *chocolate*, assim como os doces, pudins e outras iguarias são servidos nas três mesas, nas casas de festa, ou seja, na *mesa do império*, na das *caixeiras* e na dos visitantes em geral. No caso, dos *doces de espécie*, são também distribuídos como lembrança após as ladainhas.

Há mulheres da comunidade apontadas como verdadeiras especialistas da produção dessa bebida tão importante nos rituais da Festa do Divino. O *chocolate* é “batido”, como denominam sua preparação, nas próprias casas de festa, sendo uma atividade cercada por tabus e interdições. Nem todas as pessoas podem se fazer presentes nesse momento, pois seu preparo depende do que denominam de *ciência*, sendo necessário que essas especialistas dominem o que chamam também de *ponto certo*.

O preparo dessa bebida, também chamado de *bater o chocolate* é, portanto, cercado de por crenças e tabus, representadas na idéia de *ciência* (“fazer o chocolate tem *ciência*”) transformando em peças importantes na festa as mulheres que detêm esse saber. Afirmam que não se pode fumar nem beber perto de quem está *batendo o chocolate*, evitando-se a presença de pessoas com o chamado *olho ruim*. Todos esses fatores contribuem para que o *chocolate degenere* ou *desande*, isto é, não atinja o ponto ideal para ser consumido, ficando ralo como água.

7.1.4 - confecção de altares para a Festa do Divino em Alcântara

A confecção de altares para a Festa do Divino tem a ver com um ofício específico, relacionado desempenhado por artesãos que detêm esse conhecimento específico. Tais denominados *altares* contêm ao seu lado uma espécie de tronos, onde se sentam os representantes do chamado *império*. Alguns desses artesãos, como é o caso de seu Antonio de Coló, também

dominam o saber e as técnicas relativos à ambientação e ornamentação das casas de festa, que, no caso de Alcântara, são várias, chegando a doze. No seu caso, na realidade, detém o conhecimento sobre todos os detalhes dos rituais que envolvem a realização da Festa do Divino Espírito Santo. Ele é, por isto mesmo, um dos chamados *mestre-sala* mais reconhecidos pela comunidade. Além disso, seu Antonio também restaura santos antigos, fabrica *caixas* para as *caixeiras* do Divino, confecciona enfeites chamados *centros de mesa* para a festa e participa de outras festas da comunidade, como São Benedito, Nossa Senhora das Mercês, bumba meu boi e o carnaval.



Seu Antonio montando um altar. Foto: Adriana Tobias

Em geral, esses artesãos trabalham em suas casas, onde também se localizam suas oficinas, mas a montagem do chamado *altar* ocorre nas casas dos festeiros e também na Igreja, locais onde permanecerão durante toda a Festa.

O ofício surge da necessidade de construção dos chamados *altares* para receberem o santo (a pomba, que representa o Divino Espírito Santo) e a corte fictícia chamada *império* (*imperador* ou *imperatriz* e sua corte), a cada ano. Como a festa tem, segundo os informantes, muito mais de cem anos, não sabem precisar exatamente como começou o ofício, mas nominam os artesãos vivos e falecidos que sua memória alcança.

As transformações relativas ao ofício dizem respeito aos materiais utilizados. Algumas inovações foram introduzidas, segundo os informantes, por

uma certa senhora Florzinha, residente em São Luís, que realizava a festa em Alcântara. Ela era comadre do artesão entrevistado e foi citada, também, em outros depoimentos.

Procurando tornar a festa mais bonita, essa senhora introduziu tecidos com novas padronagens, dentre outras mudanças. Por outro lado, não há registro de que tais mudanças tenham atingido o modo de fazer dos artesãos, em si.

O artesão informou que, antigamente, transformavam cadeiras comuns em cadeiras para os altares. Para tanto, utilizavam-se de madeira de buriti, muito leve. Em algumas situações, esse material tem sido substituído por isopor. No caso de seu Antonio, ele se orgulha de não utilizar esse material, preferindo ainda utilizar madeira e, assim, diferenciando-se dos demais. Informa também que antes de utilizar madeira usavam tábuas. Ele fala disso diferenciando-se dos demais, pois prefere ainda utilizar madeira de caixotes de frutas. Este é um aspecto interessante, pois reaproveita materiais, como caixas de frutas e latas de tinta ou querosene (para a confecção de *salvas* e de *caixas*).

No tocante aos altares, ao invés de “espuma”, utilizada hoje pelo artesão, o tecido era estofado diretamente na madeira: *“era apenas a madeira e a fazenda em cima da madeira. Hoje é alcatifado com espuma: põe a espuma em cima da madeira e a fazenda em cima da espuma”*. Até a década de 70, segundo o artesão, montava-se o altar sobre uma mesa. Segundo seu Antônio, ele concebeu uma estrutura de madeira, adaptável às dimensões do altar, que substituiu a mesa.

Atualmente, o cedro e a paparaúba, madeiras que utiliza para confecção dos *altares*, são difíceis de encontrar, além de esbarrar em legislação que proíbe sua extração.

7.1.5 – Confecção de roupa para o santo (a pomba) da Festa do Divínio em Alcântara

A confecção da roupa para o santo diz respeito à arte de vestir o pombo, imagem que representa o Divino Espírito Santo. O Santo é o principal elemento

da festa, uma pomba que representa o Divino Espírito Santo, colocada sobre o altar *vestido*, ou seja, enfeitado.

Essa chamada *roupa* é de cetim, adornado com pequenas flores e pérolas e aplicados em torno do santo e nas chamadas *santa c'roas*, que é como pronunciam a palavra coroa. São coroas de prata (uma grande e outra pequena) que também levam uma pomba em seu centro. Essa roupa obedece a modelos que as informantes dizem ter vindo do tempo dos antigos, há muitos e muitos anos. A pomba é apoiada numa pequena bandeja chamada *salva*, de zinco ou latão, também enfeitada. Este fazer exige muito da artesã, devido à riqueza de detalhes. Justamente por isso costuma trabalhar geralmente para dois festeiros apenas, para que não fique muito atarefada. Em 2009, uma das entrevistadas chegou a confeccionar *roupa* para doze santos.



Dona Naura trabalhando na *roupa do santo*. À direita, exhibe um *santo já vestido*. Fotos: Adriana Tobias.

O santo é a figura central da festa. Está presente em todos os momentos dos rituais, como no sábado de Aleluia (missa do fogo), Sábado e domingo do Meio no dia da esmola, nos cortejos em geral. Em todos esses momentos há uma reverência por parte daqueles que o carregam, por aqueles que passam por ele e pelos que o recebem em suas casas cheirando-o, beijando-o ou colocando-o sobre suas cabeças em um ato de respeito e de pedido de proteção.

As *roupas* do santo são um detalhe fundamental na festa do Divino e daí a importância das artesãs que as confeccionam.. Na Quinta-Feira da Ascensão é vestido de branco, no chamado *domingo do meio*, de azul claro e no

Domingo do Espírito Santo (domingo de pentecostes) é vestido de vermelho. O branco fica na igreja para as ladainhas, o azul e o vermelho vão para as missas e visitas, voltando depois para o trono (altar) nas casas de festa.

Os entrevistados dizem que desde que se iniciou a festa a pomba, que representa o Divino, recebeu enfeites de tecidos, chamados *roupas*.

Em relação às transformações que esse ofício vem sofrendo, ressalte-se que as folhas e flores antes eram feitas artesanalmente. Para isto, utilizavam frisadores, formas de metal em formato de flores, boleadores. Estes eram aquecidos no fogareiro para assim colocarem na goma e, após, prensarem a seda dando formato às flores e folhas. A seda era “engomada”, facilitando o “frisamento” e a formação das flores e folhas. Por outro lado, a utilização de flores e folhas artificiais para a produção dos arranjos, adquiridas no comércio, facilitou o trabalho das artesãs.

7.2 – Ofícios e modos de fazer - Mamuna

7.2.1 – Azeite de Mamona

A planta chamada de *carrapato* ou *mamona* (*ricinus communis*) é aproveitável da raiz a semente (ou caroço) para uso medicinal, mas o principal produto é o *azeite* de mesmo nome, utilizado como medicamento para humanos e animais e também como componente no acabamento das embarcações no momento de vedação

A fabricação tradicional do *azeite de carrapato*, como também denominam o azeite de mamona, se caracteriza como uma atividade conjunta de homens e mulheres de Mamuna, sendo que aqueles auxiliam no processo do plantio, tratos culturais e colheita do grão e estas se encarregam do processo de fabrico. É um ofício praticado como umas das principais atividades femininas que contribuem para a composição da renda familiar.

A fabricação do *azeite* ocorre com mais intensidade no mês de outubro. O plantio acontece com as primeiras chuvas, coincidindo com a implantação da roça. A colheita acontece no *verão*, nos meses de julho em diante, ou quando as sementes estão grandes.

Segundo as entrevistadas, o fabrico do *azeite de carrapato*, como no já citado preparo do *chocolate* da Festa do Divino, exige o que entendem por

ciência. Ela explica que quando ocorre de uma pessoa interditada, assistir ou penetrar no recinto onde o *azeite* está sendo produzido, há necessidade de neutralizar aquela força negativa provocada pela pessoa e que interferiu no fabrico. A denominada *ciência* implica na existência de pessoas que são portadoras de um tipo de força que interfere na produção do azeite e, de parte de quem está produzindo o *azeite* o conhecimento de uma espécie de antídoto, ou seja, de ações que podem neutralizar aquela força negativa.

Ou seja, nas palavras da informante:

Tem gente que não pode nem falar perto do azeite que some completamente, aí tem que *pegar o rastro da pessoa e botar dentro do azeite*. A pessoa passou descalça, com chinela, pega a medida daquele rastro [um pouco da terra onde a pessoa pisou] e bota dentro do azeite pra aparecer de novo o azeite. Têm pessoas que quando estão menstruadas não podem chegar perto. Se tiver alguém que teve relações sexuais à noite, não pode mexer, não pode chegar perto. Pessoas que têm problema de dor de cabeça, se está doente, não pode pegar nele, adoecer mais ainda. Se mexer ele não pode tomar banho, se você tomar banho, você arrisca até adoecer, ou até morrer. Ele é um azeite muito fino, exige uma ciência enorme. Não pode fazer ele em tempo chuvoso, tiver frio. Ele precisa de calor pra poder mexê-lo.

Ciência, no caso, é um termo que se refere a um tipo de conhecimento próprio, nativo, que implica não apenas na técnica, nas operações características de determinado modo de fazer, mas no domínio de um conhecimento que envolve o controle de outras interferências, de acordo com o sistema de crenças do grupo.



À esquerda, o caroço da mamona. À direita, garrafas de azeite já preparado. Fotos: Leonardo Coelho.

Outra entrevistada contou que havia um rapaz no povoado que ele próprio não queria nem se aproximar e nem que pronunciassem seu nome enquanto produziam o *azeite*. Disse ser este um verdadeiro “mistério”, sem

explicação, pois quando esse tipo de pessoa passa perto do *azeite*, este desaparece, mistura com a água. Quanto isto ocorre, após colocarem um pouco da terra extraída de onde a pessoa pisou, acrescentando um pouco de cinza e espinhos de certas plantas, o *azeite* volta a “aparecer”. Dizem que o *azeite* de carrapato é como o de gergelim, definido como “fino” e exigindo extrema habilidade no seu preparo e, até mesmo, um certo sigilo. Dizem os entrevistados que *“dantes, as mulheres mais velhas faziam o azeite no mato, com pouco movimento de gente. Hoje é que a gente faz assim na luz do dia”*.

A entrevistada afirmou, ainda, que tem observado que o *azeite*, quando produzido a partir da trituração das sementes na máquina chamada forrageira, não resulta numa produção tão boa quanto aquela decorrente do esmagamento das sementes, manualmente, no pilão tradicional.

Sua semeadura se dá no momento das primeiras chuvas, por volta do mês de dezembro, realizada tanto por homens como mulheres. Do mês de julho em diante, com a estiagem, no chamado *verão*, as sementes são colhidas e selecionadas, depois passam pelo processo de secagem ao sol por dias seguidos.

O beneficiamento das sementes implica que, em seguida, façam sua limpeza, separando-as da casca. Depois, as mulheres levam as sementes selecionadas ao forno e mexem-nas. Depois de mexidas no calor do forno, as sementes são socadas no pilão ou moídas na máquina forrageira

Depois de todas essas etapas, as sementes moídas vão para um tonel que é levado ao fogo, onde adicionam água. As mulheres mexem a mistura para não queimar, até que se desprenda o azeite, momento chamado de *sair o azeite*, como denominam a extração do óleo a partir do calor da água em que são cozidas as sementes. Quando os grãos expõem o *azeite* e a água desaparece, vão recolhendo-o, tornando a colocar água na chamada *borra*, ou seja, no sub-produto depois da moagem e depois do primeiro cozimento. Quando o azeite sobe novamente, separando-se da água, tiram o que se coloca no nível de cima da água, adicionando-o ao outro, já extraído. Em seguida, esperam o que denominam de *apurar*, momento de deixar secar a água da qual se retirou o último *azeite*. *“Com este azeite último se coloca pra secar essa água novamente com azeite, aí o azeite vai ficar só o azeite puro”*.

Depois de frio, coloca-se no litro o produto final, para ser comercializado (vide fotos).

7.2.2 – Reza para espantar as pragas da lavoura

A chamada reza registrada em Mamuna, um dos povoados inventariados, é um rito oral religioso (Mauss, 1981) para expulsar pragas das roças, praticados por pessoas dos povoados chamadas *rezadeiras*. Há uma proximidade entre os simples *rezadores*, que conhecem orações com eficácia para determinados fins e aqueles conhecidos como *pajés*, que se dedicam a curar pessoas por meio da prescrição de remédios caseiros, orações e que mantêm relações com os *encantados*.

Por isso mesmo D. Teresa, a entrevistada, nega que seja *pajoa*, como denominam os que praticam curas a partir da relação com *encantados*, a entrevistada diz que costuma expulsar lagartas e outras pragas que destroem as plantações, assim como disse que prepara remédios usando ervas nativas. Diz que seu marido era *pajé* ou *curador*. Informou que tudo que sabe aprendeu com o marido, já falecido. Disse, ainda, que a *reza* ensina somente a seus filhos. Entendemos que se trata de um patrimônio que ela não está disposta a ceder a ninguém a não ser seus filhos.

Quando dá lagarta na roça, eles me chamam, aí eu vou. Eu levo alho, levo a cachaça, levo sal, levo fumo, aí eu primeiro soco tudinho dentro de uma vasilha. Agora boto o sal e agora vou garrando as lagarta e vou socando elas todinha, aí rezando. Aí eu boto lá dentro da roça. Aí acaba com elas todinha. Tenho feito pra diversas pessoas aqui.

Dona Tereza destacou a importância da sua prática para Mamuna no sentido de ser algo que beneficia toda a comunidade. Diz que as *rezas* e a preparação de medicamentos locais são feitas por amizade e favor para moradores de Mamuna e de Baracatatiua. Não há cobrança por estes trabalhos, apesar das pessoas compensarem o trabalho com *paneiros* de farinha, por exemplo. Geralmente a solicitação da sua reza ocorre num período específico do calendário agrícola por trabalhadores que implantaram roçados, período em que insetos e lagartas atacam as plantações podendo destruí-las.

Infelizmente não foi possível aprofundar esse registro, no âmbito do inventário, o que poderia ser realizado em outro momento.

7.2.3 – Artesanato em fibra de buriti ou anajá

Existe um artesão em Mamuna, o Sr. Francinaldo, que além de desenhista, utiliza a matéria prima encontrada na vegetação de Mamuna para fazer suas obras, que variam em formas e tamanhos, dependendo do gosto de quem as encomenda. Sua arte funciona como uma maneira de complementar a sua renda, apesar de não serem freqüentes as encomendas. Falando do seu ofício ele diz:

Comecei como desenhista. Eu desenho muito bem. Qualquer coisa eu desenho. Eu comecei com uma arte. A arte minha mais é fazer negócio de casa, radiola [como denominam localmente o aparelho de som], pé de planta, corações, sereias.

Para fazer uma casa artesanal, por exemplo, o artista recolhe talos de buriti e de anajá na vegetação nativa de Mamuna, além de comprar tinta óleo. Com uma faca, linha de nylon e pedra na mão começa o trabalho de dar forma aos seus materiais, através dos desenhos e artes. Diz ter os esquemas “na cabeça”, sem precisar passar para o papel.

7.3 - OFÍCIOS E MODOS DE FAZER - ITAMATATIUA

7.3.1 – Cerâmica

Em Itamatatiua a arte da cerâmica integra a tradição local, sendo uma transmissão cultural que fortalece a identidade do grupo, não se sabendo ao certo quando se iniciou. Aos moradores surge como uma benção de Santa Teresa de Ávila, considerada por eles a dona da terra. Para o grupo, manter a tradição do ofício é muito importante, porque por meio dele são reconhecidos e valorizados.

A história oral informa que a descoberta da argila para fazer a cerâmica em Itamatatiua se deu com os antepassados e acreditam que as pessoas deste

povoado possuem um dom especial para trabalhar com o barro. Costumam dizer :“já nascemos com a mão na massa”. As informantes se orgulham ao dizer que seu trabalho é conhecido mundialmente e que hoje têm muitos conhecidos de outros lugares do estado, do país e até de outros países, que valorizam a comunidade por isso.

A arte da cerâmica é, portanto, um ofício específico, predominantemente das mulheres do povoado sendo, segundo elas, uma tradição transmitida de geração a geração. Caracteriza-se pela produção de utensílios domésticos, principalmente potes, panelas, travessas, tigelas, copos, conhecidos como “louça de Itamatatuiua”. Recentemente, vêm sendo introduzidos novos tipos de peças, voltadas para a decoração, como bonecas, vasos, miniaturas de animais, máscaras e bibelôs.



Dona Eloísa (esquerda) e dona Domingas (direita) trabalhando em duas peças.
Fotos: Suely Cardoso

O tema inspirador da criação das mulheres está relacionado ao seu cotidiano, como o trabalho na agricultura, a atividade da quebra de coco babaçu e as manifestações culturais locais. As artesãs detêm um conhecimento específico relacionado ao ofício, que vai desde o manejo adequado da extração da matéria prima à distinção entre os tipos ideais de argila para cada peça a ser fabricada. É um ofício que exige a participação direta das artesãs em todo o processo de produção.

Atualmente, as artesãs trabalham no Centro de Produção, pertencente à Associação de Mulheres, um prédio construído no *sítio*, designação do lugar onde se concentram as moradias, em oposição às áreas de trabalho, que denominam *centro*. O Centro de Produção está centralizado em relação à maioria das residências do povoado. É uma edificação com seis

compartimentos, sendo três salas: uma onde acontecem as reuniões e outros eventos; uma sala de trabalho equipada com duas bancadas e uma outra com instalações de prateleiras em madeiras, para exposição das peças prontas. Existem dois banheiros e um espaço no fundo do prédio para o armazenamento e preparo do barro, com um tanque construído em alvenaria. Na parte lateral do prédio localizam-se dois fornos grandes, construídos de tijolos e com capacidade para queimar peças maiores do que habitualmente estavam acostumadas a fabricar, a exemplo dos enormes potes para decoração. As mulheres não sabem informar a capacidade de cada forno, entretanto, afirmam que a produção colocada no forno resulta de mais de uma *carrada* de caminhão de barro. Próximo ao lugar dos fornos tem uma casa de farinha, construída em alvenaria e algumas das mulheres gostam de modelar suas peças nesse espaço, quando não está sendo usado.

O Centro de Produção funciona, também, como o local de reuniões dos moradores, sendo utilizado para eventos como cursos, oficinas, festas comemorativas locais, além de ser também o espaço de comercialização dos produtos cerâmicos.



Local da produção das peças de cerâmica
Foto: Suely Cardoso

As mudanças ocorridas no processo de fabricação estão relacionadas à intervenção de órgãos governamentais, por meio da introdução de novas técnicas e outras formas de organização das artesãs. Anteriormente, o trabalho era realizado na unidade familiar de cada artesã e a comercialização era de responsabilidade de cada uma. Após as intervenções, as mulheres reuniram-se em uma associação formal e a atividade começa a ser organizada em local único e específico, predominando a produção e comercialização coletivas.

São introduzidos, por meio de capacitações, novos designs e uma diversificação da produção, que contava somente com peças utilitárias. Hoje, as peças decorativas também fazem parte do repertório de criação das mulheres.

Antes O trabalho era realizado na unidade familiar de cada artesã, a comercialização era de responsabilidade de cada uma. Atualmente, outras técnicas tem sido introduzidas (por instituições como o SEBRAE) no processo tradicional de fabricação das peças, a exemplo da etapa na qual a argila era pisada e que foi substituída pelo seu peneiramento. Além disso, o trabalho começa a ser organizado no centro de produção, predominando a produção e comercialização coletiva.

O chamado *barro* é extraído nas áreas de *campo*, muito abundantes na região, no período adequado, sendo transportado por homens e pelas próprias artesãs, e em quantidades maiores, por animais. (em caminhão, quando o veículo está funcionando). A matéria prima é armazenada no tanque existente no Centro de Produção, sendo retirada aos poucos desse recipiente, conforme a necessidade da artesã e colocada de molho em balde com água. Cerca de dois dias após o molho, retiram o barro e aos poucos é peneirado, colocado em uma pedra de gesso que deverá absorver o excesso de água. Para a modelagem misturam um pouco de areia branca com o barro, amassam e formam uma bola ou uma tira de barro, chamada *serpentina*, conforme a peça a ser criada.

As artesãs usam a chamada *cuipéua* (lasca da casca da cuieira) para dar homogeneidade à peça. Com um ferro (improvisado de uma faca de cozinha pequena) fazem os cortes necessários, aparam arestas, raspam e, finalmente, usam uma esponja para lixar e dar brilho a peça.

Quando acumulam a quantidade necessária de peças para encher o forno, as artesãs colocam a lenha e acendem, deixando queimar por 24 horas, numa temperatura entre 800°e 900°C. Fazendo um acompanhamento, às vezes contam com a ajuda de um homem, mas são elas as principais responsáveis pelo processo. Passadas as 24 horas de queima, as artesãs esperam o esfriamento das peças, em média durante 48 horas, para proceder à retirada das peças e armazenar. Em seguida, as peças decorativas são pintadas com tinta a óleo após a queima.

A venda da produção ocorre no próprio Centro de Produção, quando pessoas de Alcântara, Bequimão, São Luís e Pinheiro se dirigem até lá para adquirir as peças; feiras estaduais ou nacionais (que ocorrem anualmente). Este ofício carece de uma melhor organização da comercialização, colocando esta bonita e tradicional cerâmica em mercados mais amplos. Mereceria ainda, com toda a certeza, um registro de parte do IPHAN, como ocorreu com aquela de Goiabeiras.

7.4 – OFÍCIOS E MODOS DE FAZER SÃO JOÃO DE CORTES

7.4.1 - Carpintaria naval

Em relação à história da carpintaria naval em São João de Cortes, seu José Feliciano Rosa (conhecido como José de Chá) e seu Maurício Zacarias, principais informantes, não souberam explicar como se originou essa atividade. Sublinharam, entretanto, que ela é bastante antiga e que conheceram *mestres* muito velhos que já diziam ter aprendido esse ofício com outros mais velhos ainda.

As atividades são desenvolvidas em estaleiros construídos próximos às margens do Rio Peri Açu. Seu José de Chá constrói barcos neste estaleiro há 18 anos. Antes seu estaleiro localizava-se próximo ao cais. O local onde está construído o estaleiro de seu José de Chá é de propriedade de um morador de São João de Cortes conhecido por Juquinha. Este também se dedicou à carpintaria naval e foi o encarregado da construção de um conhecido barco de transporte de passageiros entre Alcântara e São Luís, chamado “Mensageiro da Fé”.

Segundo os informantes, um carpinteiro naval se dedica a construção de barcos de diferentes tipos tais como *bote*, *canoa proa chata*, *biana*. Os mestres entrevistados possuem todos os instrumentos necessários à realização dessa atividade e a executam sem o auxílio de outros.

Seu José de Chá, por exemplo, ressalta quando ele iniciou o seu aprendizado na carpintaria naval:

Eu tava com a idade de quinze anos, quando eu entrei pra aprender. Eu comecei a fazer barco com a idade de 25 anos e até agora eu ainda faço. Eu comecei com quinze anos e meu mestre foi João Ribeiro. Ele tava velho,

mas trabalhando. Pra mim trabalhar pra mim mesmo, eu aprendi quatro anos, de aprendiz e aí eu deixei o meu mestre e fui trabalhar pra mim. Aí eu fui fazer canoa, canoa pequena, e depois ele me chamou, o meu mestre, João Ribeiro, ele me chamou pra trabalhar com ele e aí nós trabalhamos até quando ele não pôde mais trabalhar. Aí ele não pôde mais trabalhar e aí eu tomei de conta. Vinha serviço pra ele tomar de conta e ele não podia e aí eu tomava de conta

O informante destaca que desde que começou a construir embarcações, com a idade de quinze anos, não sabe exatamente quantas já construiu, mas, segundo ele, foram muitas.

A exemplo de seu José Feliciano, seu Maurício relata que iniciou seu aprendizado construindo primeiramente *canoas*. Ele aprendeu o ofício da carpintaria naval com um tio materno, seu Júlio Brígido. Começou a aprender a fazer *canoas* com a idade de 13 anos. Segundo seu Maurício, o iniciante começa a realizar pequenas atividades como ele sublinha:

A gente quando começa em embarcação, a gente não sabe mesmo nada porque a gente começou de próximo, né? aí o mestre risca a peça e aí a pessoa começa, vai treinar cortar. Aí ele [o mestre] ensina tudo como é pra pessoa treinar. Agora quanto a riscar peça a gente só risca depois que já entende

Posteriormente passou a auxiliar seu tio, que era *mestre*, na construção de embarcações grandes. Segundo seu Maurício, mesmo depois de já ter aprendido o ofício continuou a trabalhar com seu tio, desta feita não mais na condição de aprendiz, mas como profissional, já que dominava todo o processo de construção de barcos, fossem eles pequenos ou grandes. Entre os tipos de embarcações construídas seu Maurício listou: bote, *canoa proa chata*, *canoa proa aberta*. Outro tipo mencionado foi o que denominou de *barco grande*, usado no transporte de passageiros.



Seu José de Chá ao lado da caverna de um bote em construção. Ao lado, uma canoa sendo finalizada. Fotos: Benedito Souza Filho

Depois de dois anos trabalhando com seu tio, este passou a trabalhar com João Ribeiro, proprietário de um estaleiro próximo à praia. Como seu Maurício já trabalhava com o tio, foi junto trabalhar com seu João Ribeiro. Depois de algum tempo o seu Júlio Brígido voltou a seu antigo estaleiro para construir *canoas* e pediu que seu Maurício continuasse a trabalhar com seu João Ribeiro. Essa temporada trabalhando com seu João Ribeiro funcionou, segundo seu Maurício, como uma complementação de sua aprendizagem na carpintaria naval.

Diferentemente de seu tio Júlio, seu João Ribeiro se dedicava somente à construção de embarcações de grande porte. Nesse período, trabalhando com seu João Ribeiro, seu Maurício passou a desenvolver tarefas autonomamente, já que havia adquirido habilidade suficiente para executar as diferentes atividades de construção de barcos. Quando seu tio foi convidado por seu Juquinha, - outro construtor de embarcações de grande porte em São João de Cortes - para trabalhar com ele, seu Maurício foi chamado para integrar a equipe de trabalho, voltando então a trabalhar com seu tio, seu primeiro *mestre*. Foi nessa temporada trabalhando com seu Juquinha que seu Maurício consolidou o seu saber como *mestre* na carpintaria naval.

Nesse momento foi construído o conhecido barco “Mensageiro da Fé” usado no transporte de passageiros entre Alcântara e São Luís. Seu Maurício participou da construção dessa famosa embarcação. Além do “Mensageiro da Fé”, seu Maurício mencionou o “Cítara Divina” e “Mensageiro Júnior”, outras embarcações grandes bastantes conhecidas que seu Maurício ajudou a construir. O “Cítara Divina”, de acordo com seu Maurício, foi comercializado e levado para servir como transporte de passageiros em Manaus. Seu Maurício deixou de se dedicar à construção de embarcações de forma permanente em 2006. Segundo ele, para não ficar totalmente sem realizar atividades, se dedica vez por outra à construção de canoas, quando solicitado.

Seu Maurício mencionou que antigamente, cerca de 30 anos atrás, existia a prática em São João de Cortes de construir canoas nos períodos que antecederiam as festas de Carnaval e São João. As canoas construídas eram levadas para São Luís para serem vendidas. Os barcos de transporte de

passageiros, como o Mensageiro da Fé, levavam às vezes cinco, seis canoas para serem vendidas. As canoas construídas, segundo seu Maurício, eram vendidas na Praia Grande. Quando não conseguiam vender nesse mercado, os vendedores subiam o rio Anil, remando as canoas para vendê-las em outros locais. Com a redução das vendas em São Luís, tais embarcações passaram a ser comercializadas na sede de Alcântara e localidades vizinhas a São João de Cortes. Essa prática continua existindo, mas o transporte das mesmas é feito por via rodoviária.

Diferentemente de seu Maurício que já se aposentou, seu José de Chá continua na ativa e só trabalha mediante encomenda. De acordo com ele, os pedidos mais freqüentes são os chamados *botes*. Esse tipo de embarcação é utilizado na pesca e também no transporte de cargas.

Em São João de Cortes, quando alguém deseja construir um barco recorre com mais frequência a seu José de Chá. A justificativa dessa escolha é que ele um dos *mestres* mais antigos que ainda se dedica a essa atividade. Existem muitos outros *mestres* que detêm esse conhecimento, mas não se envolvem mais com essa tarefa, como é o caso de seu Maurício.

O conhecimento acumulado nesses longos anos de atividade, seu José de Chá repassou somente aos seus cinco filhos. A explicação dada por ele para a não reprodução de seu conhecimento a outras pessoas fora de sua família foi a de que os jovens não se interessam em aprender esse ofício. Segundo ele, no seu tempo de juventude as coisas eram diferentes. Muitos jovens recorriam aos mais velhos, aos *mestres*, a fim de aprender a carpintaria naval. Ele mesmo é um exemplo disso, começou a aprender a construir barcos com a idade de quinze anos.

Ele manifestou preocupação com a reprodução desse tipo de saber. Segundo ele, depois que os mais velhos morrerem, esse conhecimento detido por eles pode desaparecer se não for tomada alguma providência para preservá-lo e reproduzi-lo. Em suas palavras: *“terminando esses mais velhos não tem mais quem faça, porque os novo não querem mais aprender”*.

Apesar de ter a preocupação com a reprodução desse tipo de saber, ele mesmo justifica o porquê de os jovens não se interessarem por esse ofício. Segundo ele, não se interessam “porque os serviço são muito pesado pra eles”.

Além de essa atividade ser o seu principal meio de vida, os informantes sublinharam que se dedicam a ela porque apreciam esse tipo de trabalho. Seu José de Chá ressaltou que desde jovem sempre pensou em trabalhar com a carpintaria naval.

A realização da atividade, segundo os informantes, se dá mediante a encomenda de uma embarcação por alguém. Em virtude da escassez de madeira, o *mestre* contratado solicita àquele que encomenda o serviço, que providencie a madeira a ser utilizada. De acordo com os entrevistados, na construção de uma embarcação, seja ela canoa ou bote, as etapas de realização são bastante assemelhadas.

Segundo seu José de Chá, na construção de uma embarcação são seguidas as seguintes etapas: **fazer o jogo do meio** (auxiliar na armação), **talhar o cintado** (cortar as tábuas que serão dispostas na lateral), **colocação da proa** (auxiliar na armação), **colocação da popa** (auxiliar na armação), **colocação da quilha** (auxiliar na armação), **colocação do coral** (auxiliar na armação), **colocação das cavernas** (auxiliar na sustentação das taboas laterais), **colocação das laterais** (fechamento da lateral da embarcação). Essas distintas etapas são realizadas pelo *mestre* e seu auxiliar.

Entre as matérias-primas e ferramentas utilizadas nesse processo, podem ser destacadas as seguintes: **prego galvanizado** (fixação das peças), **taboas** (fechamento da embarcação), **pernamanca** (utilizada no eixo da embarcação), **parafusos** (para cavernas, quilha, coral e espinhas - utilizados para fixar as peças), **enxó** (grande e pequena – usada para desbastar as táboas), **serrote** (para serrar as taboas e demais madeiras), **serrotão** (para serrar troncos e fazer as taboas), **machado** (para lavrar a madeira, desbastar), **trado de diversos tipos** (para realizar furos para colocação de parafusos), **formão** (para desbastar madeira e realizar furos quadrados), **compassos** (estabelecer medidas), **esquadro** (para calcular ângulos), **graminho** (para calcular curvas), **furadeira** (furar para colocara parafusos), Pua (furar para colocar os pregos galvanizados), **lixadeira** (para desbastar a madeira e taboas)

Realizadas as tarefas de construção da embarcação, outras etapas são realizadas com vistas à conclusão dos trabalhos. Segundo os informantes, entre as principais são apontadas as seguintes: **calafetar** a embarcação, que consiste em tapar as frestas entre as tábuas com estopa (de linho ou fibra de

árvores) ou algodão, seguida da aplicação de tinta ou breu. Essa atividade é realizada pelo chamado calafate. Em seguida ocorre a **pintura** da embarcação, feita pelo pintor. Depois é realizada a **colocação do motor**, que pode ser feita pelo próprio *mestre*. Segue-se a essa etapa a **colocação do mastro** (sustentação dos piques da vela), a **colocação dos piques** (empunhar a vela) e da **retranca** (armar a vela). Essas três etapas são feitas pelo carpinteiro naval. Finalmente ocorre a **preparação e a colocação da vela**, ambas realizadas pelo veleiro.

Segundo seu Maurício, o principal público são os pescadores. As encomendas feitas junto aos carpinteiros navais de São João de Cortes são feitas pelos próprios moradores ou por pessoas que residem em localidades próximas ou mesmo em outros municípios como Bequimão ou Guimarães. Outras vezes são clientes que residem em outros povoados do município como Oitua, Quiriritua, Itapuaua, Perizinho ou mesmo da sede de Alcântara.

Cada embarcação construída reforça a tradição de São João de Cortes como um lugar de referência na carpintaria naval. Segundo o informante:

a carpintaria aqui sempre foi falada!" (...) "De primeiro era muito carpinteiro aqui. Quando eu me entendi, era muito carpinteiro aqui. Essa beirada aqui, daqui do canto desse poste até a beirada do cais era só barco no conserto, os pessoal trabalhando, os carpinteiro trabalhando: era calafate, era pintor, era carpinteiro.

O período compreendido entre 1958 e década de 1970 é apontado por seu José de Chá como de grande produção de barcos. A diminuição na produção de embarcações após a década de 1970, segundo o informante, deveu-se à redução da oferta de madeira.

Essa redução na quantidade de embarcações produzidas não se deveu, exclusivamente, como sugere o informante, à diminuição da matéria-prima. Outros fatores externos à localidade concorreram para essa diminuição. Após o período que o informante sublinha de prosperidade na construção de embarcações (1950-1970) verificou-se a abertura de estradas e, conseqüentemente, a circulação de produtos por via rodoviária. O fechamento de antigos portos na capital (por conta nas alterações na paisagem urbana de São Luís) contribuiu igualmente para essa redução. Essa diminuição foi alterando também a forma de utilização da matéria-prima. Os que

encomendavam os barcos começaram, eles mesmos, a fornecer a madeira para a construção das embarcações

A partir desse momento (década de 1970) vai ocorrendo uma redução na quantidade de embarcações construídas em São João de Cortes. Mesmo observando-se a diminuição da quantidade de barcos produzida, não ocorrem mudanças na forma de construir embarcações. Segundo os informantes, essa forma de construir barcos, característica de São João de Cortes não se alterou até os dias de hoje. Houve apenas a introdução de algumas novas ferramentas e a redução da variedade de madeiras utilizadas nas embarcações, em função da nova dinâmica de contrato estabelecida entre os *mestres* e aqueles que desejam construir algum tipo de barco. Ainda que em pouca variedade, atualmente ainda existe madeiras que são por vezes retiradas para construção de pequenas embarcações, como canoas. Cabe sublinhar que essa diminuição não representa uma ameaça considerável à reprodução desse tipo de saber. O equilíbrio entre a retirada de madeira e as encomendas feitas, não possibilita uma sobrecarga ao meio ambiente de modo a comprometer a reprodução desse ofício historicamente praticado em São João de Cortes.

Antes os próprios *mestres* se encarregavam de obter a madeira e prepará-la para construção dos barcos. Atualmente a madeira e os demais materiais são providenciados por aquele que encomenda o serviço. Quando esses materiais não são entregues, é repassado ao carpinteiro naval o recurso para que ele possa adquiri-los

Em relação às técnicas de construção das embarcações os informantes sublinharam que não se processaram alterações. O que ocorreu foi a introdução de algumas ferramentas, como furadeiras, por exemplo. As matérias primas continuam sendo retiradas em áreas situadas próximas a São João de Cortes. A obtenção da madeira pode ser feita também em áreas mais distantes. Atualmente existe também a possibilidade de aqueles que contratam os serviços fornecerem eles mesmos todos os materiais necessários à construção das embarcações.

No tocante à carpintaria naval, São João de Cortes ocupa um lugar de destaque não só para a história da carpintaria naval do município, mas de todo o Maranhão. Historicamente embarcações de diferentes tipos, construídas em Alcântara, que cruzavam a baía de São Marcos no século XIX e eram

responsáveis pelo abastecimento de muitas feiras e mercados da capital. Os trabalhos de Laís Mourão (2007) Linhares (1999) e Silva, (2007), apresentam importantes elementos que reafirmam a importância dessas embarcações.

7.5– OFÍCIOS E MODOS DE FAZER – SAMUCANGAUA

7.5.1- Manejo de ostra

A extração de ostras em Samucangaua remonta, na memória dos entrevistados, ao “tempo dos antigos”, desde o tempo de Dona Ismêndia, ex-escrava apontada como fundadora de Samucangaua. De fato, fontes históricas como a do Padre Betendorf, citadas neste relatório, davam conta desse recurso já no início da colonização.

A extração das ostras ocorre no igarapé de Samucangaua, tendo se iniciado, portanto, desde a chegada dos primeiros moradores. O molusco pode ser encontrado tanto nas denominadas *lages*, que são formações rochosas e planas localizadas em partes do leito do igarapé, quanto nas raízes dos mangues. Embora o igarapé não seja considerado de propriedade das famílias de Samucangaua, podendo ser explorado por terceiros, conforme os princípios de usufruto comum da natureza há um reconhecimento de que essas famílias, pelo uso e manejo que ali realizam, teriam prioridade na exploração desse recurso.

Os atuais informantes dizem que observavam os mais velhos extraírem o molusco, mencionando que a regra era, como o fazem ainda hoje, retirar os maiores, colocando-os em um cesto denominado *cofo* e aguardar a lua vindoura para buscar os demais. Dona Catarina, uma das entrevistadas, expõe como se dá o manejo desse recurso alimentar pelo grupo:

a ostra a gente tira de maré em maré; maré de lua, maré de quarta, a gente tira, aí vai ficar de uns dois, três meses que fica aquelas bandas [as cascas das ostras retiradas que se fixam nas denominadas lajes ou nas raízes dos mangues] e aí elas se reproduz. Aí a gente tira as grandes e deixa as miúdas pra elas crescer pra gente tirar de novo nas maré de lua. No inverno elas engordam e no verão elas emagrece. Aí quando chega no inverno elas engordam de novo, porque as água é mais doce.

Dona Catarina, por exemplo, aprendeu a retirar o molusco de forma correta com os seus pais. Iniciou a retirada de ostras de forma regular com a idade de 10 anos. Salientou que esse aprendizado foi sendo consolidado ao

longo dos anos. No dia-a-dia acompanhava a sua mãe e outras pessoas e, ao realizar as atividades junto com elas, ia recebendo as orientações sobre como proceder. Ressaltou que esse saber foi sendo adquirido no convívio com os outros moradores que se envolviam nessa atividade. É um tipo de aprendizado que não se adquire por meio de uma relação entre duas pessoas, do tipo professor X aprendiz, mas sim por meio do convívio com outros. É um saber prático que vai sendo consolidado pela participação em uma atividade realizada por um conjunto de pessoas. Ainda que seus pais tenham contribuído mais incisivamente nesse aprendizado, o conhecimento transmitido é resultado de uma ação coletiva, resultante de várias interferências.

A exemplo de seus pais, dona Catarina salientou que repassou esse conhecimento a seus filhos, que já a ajudam na extração desse molusco, bastante apreciado e utilizado tanto na comercialização como na dieta alimentar das famílias.

A extração de ostras ocorre no denominado de *verão*, que corresponde ao período compreendido entre os meses de julho a dezembro. No período do *inverno* (dezembro a junho), por conta da alteração da salinidade da água do igarapé de Samucangaua, em função do alto índice de precipitação das chuvas, tornando a água mais *doce*, segundo os informantes, verifica-se a maior incidência desse molusco. É o período que as ostras se desenvolvem. Como destaca a informante:

No inverno ela vai se criar com aquela chuva, vão se criar, vão filhar, porque a partir do mês de dezembro a janeiro elas vão filhar, de dezembro pra janeiro é época que elas vão filhar e aí elas vão cultivar esses seis meses. Aí quando chega em junho, julho é que nós vamo tirar essa ostra.

Segundo a informante, o manejo das ostras obedece a dois critérios importantes: o período de maior ocorrência do molusco (*inverno*) e o ciclo das luas. Evitam a extração no *inverno* porque no período se verifica um maior desenvolvimento dos moluscos. É justamente esse critério que tem assegurado a existência do recurso ao longo de gerações. Combinado com esse calendário local, orientado pelas categorias *verão/inverno*, existe ainda o critério do ciclo das luas. A extração das ostras, embora possa ser realizada todos os dias ao longo dos meses que correspondem ao *verão*, é feita preferencialmente no ciclo da lua cheia. As ostras avaliadas como menores poderão ser extraídas no

ciclo da lua cheia do mês seguinte. Esse segundo critério cria as condições para a otimização da exploração desse recurso por parte das famílias de Samucangaua. Como salienta a informante:

a gente sempre escolhe as maior e a menor a gente deixa pra tirar na outra marezada, na marezada de lua, porque a gente quer tirar somente as grande e deixar as pequena, porque se a gente não for tirar correto, aí termina. Todo mundo faz assim. Assim cada um pode tirar seus quatro quilo, seus oito quilo e deixa lá... A gente tinha muita ostra e hoje, com o pessoal das agrovila tirando, a gente tem pouca, por conta desse problema da Base [refere-se à implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a transferência compulsória de centenas de famílias para as chamadas agrovilas].

Essa situação tem se agravado devido ao fato de as famílias oriundas das *agrovilas* não obedecerem a esses critérios de manejo praticado historicamente pelos moradores de Samucangaua. Dona Catarina ressaltou que houve um momento em que, devido a intensidade da exploração realizada pelas famílias das *agrovilas*, ameaçando a existência desse molusco no igarapé, os moradores de Samucangaua tiveram que impedir a retirada pelos de fora. Viram-se ameaçados de perder permanentemente essa fonte de alimento e foram obrigados a reverter as regras de usufruto comum dos recursos da natureza que orientam a economia camponesa no território étnico de Alcântara.

A extração das ostras não requer preparação específica. Obedece somente ao critério de não explorar o molusco no seu ciclo de reprodução (período caracterizado pelas famílias como ocorrendo no *inverno*), deixando para extraí-lo no período do chamado *verão* e nos ciclos da lua cheia. Interessante notar que o fato de só retirarem de lua a lua, espaça naturalmente os períodos de extração, permitindo que o manejo se realize satisfatoriamente.

Na realização da atividade de coleta de ostras, os moradores de Samucangaua utilizam os seguintes instrumentos: cuia ou outro recipiente para colocar o molusco extraído de sua carapaça; cofo (cesto de palha de babaçu) para transportar os apetrechos de coleta e a ostra obtida; faca para retirada do molusco da casca. Ainda que não seja obrigatório, mencionaram o uso de um calçado (sandália ou tênis) para evitar o corte dos pés pelas cascas das ostras.

Em relação ao processo de extração, seguem basicamente as seguintes etapas: constituição do grupo de coleta, que se caracteriza pelo convite e

reunião de pessoas para a retirada das ostras; preparação, que implica na seleção dos instrumentos de trabalho como cofo, faca e cuia; escolha do local de extração, quando cada grupo dirige-se a um local escolhido para coletar o molusco; extração, que consiste na retirada das ostras com a faca e a sua colocação nas cuias. Uma vez cheia, o conteúdo da cuia é colocado no cofo. Essa operação serve para aqueles que coletam o molusco contabilizarem a quantidade retirada. Em relação a esse aspecto a quantidade obtida é variável. Se a extração destina-se à alimentação, retiram cerca de dois, três quilos, medidos pela quantidade de cuias extraídas. Se o objetivo é a comercialização, a quantidade pode variar de quatro a dez quilos.

O destino do produto é variável. Pode servir tanto para o consumo doméstico quanto para a comercialização. No caso do consumo pelas famílias, ele pode ser feito entre aqueles que residem em Samucangaua ou por parentes que vivem na sede Alcântara ou mesmo em São Luís. Em caso de comercialização, a ostra obtida pode ser vendida na própria localidade, em povoados vizinhos, na sede de Alcântara ou mesmo em São Luís.

A extração da ostra é significativa para as famílias de Samucangaua por ser considerada um item importante na dieta alimentar das famílias. A sua relevância reside também no fato de ser apontada como uma atividade que contribuiu para a renda familiar. Essa dupla possibilidade ratifica a importância desse item para as famílias de Samucangaua e a preocupação com a sua preservação.

7.6 – OFÍCIOS E MODOS DE FAZER – Brito

7.6.1 – Tecelagem de redes de dormir

A tecelagem de redes de dormir no povoado Brito, remonta à geração de dona Francisca, mãe de dona Roberta, dona do único tear na época, e que detinha a técnica de *fiar*, produzindo redes na técnica *tecida*. Atualmente, a forma praticada na confecção das redes é a *batida*, aprendida por dona Roberta há 16 anos. O seu aprendizado se deu fora do povoado, com uma senhora de Pinheiro, dona Graça, quando estava morando em São Luís, época em que tentava conseguir trabalho. É herdeira do tear de sua mãe e dona de mais um obtido através de compra.

A atividade de tecelagem que permite a fabricação de redes de dormir ocorre num lugar específico, chamado pelas mulheres de *Casa da Tecelagem*, que foi construída com a ajuda de todas as mulheres, em 1999. Foi construído com o intuito de ser um espaço próprio para a atividade, que antes vinha sendo realizada na casa de Dona Roberta.

Dona Roberta domina e pratica todo o processo de tecelagem, sendo uma das únicas mulheres que sabe colocar os fios no tear, processo a que denominam *botar os fios*. Essa habilidade a distingue do grupo, porque somente ela controla essa etapa do processo e não o transmite a todas as mulheres, somente àquelas nas quais têm plena confiança e que fazem o *juramento* de não *abandoná-a*, conforme narrou. Isto significa dizer que permanecerão trabalhando com ela, sem se estabelecer por conta própria.

Esse princípio de fidelidade dona Roberta aprendeu com sua antiga mestra, dona Graça. Ela relata que à época que morou em São Luís dona Graça tinha um tear em casa e a convidou para “aprender a bater rede”, com a ressalva de que se ela aprendesse, promettesse não abandonar sua mestra. Noutras palavras, dona Roberta não poderia iniciar seu ofício independentemente, ainda em São Luís, perto de dona Graça, o que significaria ser uma concorrente. Contou ainda, que não aprendeu com sua mãe, “porque era menina”, o que faz pensar que o ofício era dominado por mulheres adultas e que sua transmissão às mais novas não era algo recorrente, de modo que, com a morte das últimas duas mulheres que sabiam a técnica *tecida*, o saber não foi transmitido a outras mulheres.

Diferentemente das antigas tecelãs, ensinou três sobrinhas a técnica de *botar os fios* no tear e a outras mulheres as demais etapas de fabricação de redes. Quando retornou para Brito ensinou somente duas sobrinhas a técnica de *botar* no tear, depois quando estas saíram da localidade, ensinou a outras mulheres as outras etapas do processo de fabricação das redes. A falta de fios na fábrica onde comprava em São Luís levou a interrupção da fabricação de redes no povoado. De acordo com as referências da entrevistada, a fábrica onde era realizada a compra corresponde à desativada *Fábrica de Fios Tupy*, localizada no bairro da Jordoa, em São Luís, nas imediações da feira do bairro de João Paulo.

Dona Roberta tem cumprido importante papel na difusão desse conhecimento em Brito. A partir de janeiro deste ano (2009), retomou-se a atividade, após 10 anos. Ela ensina a nove mulheres (Irene, Maria, Natividade, Faustina, Sebastiana, Francimar, Maria, Vicência e Luciene) as outras etapas de fabricação das redes.

Ela conta que a durante a sua aprendizagem em São Luís, não fazia o processo completo de fabricação da rede, mas que quando retornou ao seu povoado de origem, Brito, reutilizou o tear que era de sua mãe e pensou consigo mesma que “dava conta de fazer uma rede sozinha”. Nessa tentativa comprou dois quilos de fio e os tinturou e, na véspera de *botar o fio no tear*, sonhou com dona Graça ensinando-a a *botar*, dizendo para si mesma “de manhã eu vou botar porque eu já sei”. Por esta época, um compadre seu falou que compraria a rede caso não prestasse, porque tinha certeza que não ficaria boa, pois nunca a tinha visto fazer. No dia seguinte, ela relata:

Botei a rede no tear, bati com uma sobrinha minha, Maria Domingas, aí eu botei o carié da rede, botei o punho da rede, fiz a varanda e chamei ele, e disse que a rede estava pronta, e disse: - o senhor vai ficar agora com a rede, disse que ia ficar e taí.

Com o recurso obtido da venda desta rede comprou mais fio e confeccionou mais duas, e assim deu prosseguimento ao seu trabalho.

Com relação à execução dessa atividade, dona Roberta salientou que as mulheres que estiverem menstruadas não podem mexer com o fio, nem mulheres que tiverem com algum corte pelo corpo, porque segundo seu sistema de crenças, prejudica a qualidade dos fios. Aqui, uma vez mais, se está diante de atividades femininas que, como no caso da preparação do *chocolate* da Festa do Divino ou do *azeite* de mamona, interferem fatores outros que não os puramente técnicos.

As principais etapas da tecelagem de redes são as seguintes: Obtenção da matéria prima, por meio da compra do novelo de fio de algodão; *meação*, momento de divisão dos fios do novelo no instrumento chamado *meador*; tingimento do fio já *meado* com cores diversas a partir de tintas sintéticas; *botar no rolator*, formando um novo novelo com os fios já tinturados e passados *na goma* –espécie de mingau bem ralo feito com trigo ou tapioca fina misturado com água para enrijecer os fios para serem colocados no tear; *botar no tear*,

quando os fios são colocados nos chamados *paus* do tear; *bater a rede* quando os fios já colocados no tear são *batidos* com as chamadas *réguas* e os *liços*, instrumentos que possibilitam o cruzamento dos fios, formando as tramas; bater o *carié*, quando confeccionam a sustentação dos fios, para segurar o *cadilho* de modo a colocar os *punhos* que são fixados no tecido batido da rede; confecção da chamada *varanda e do punho* – partes específicas do acabamento da rede: a primeira para adornar suas laterais e, a segunda, para sustentá-la quando armada para dormir.



Dona Roberta segurando uma rede já pronta. À direita, detalhe do chamado carié. Fotos: Benedita de Cássia Costa

Na fabricação de redes, são utilizadas as seguintes matérias primas e instrumentos: fios de Algodão (principal matéria prima); meador (instrumento de madeira que serve para separar os fios de algodão que chegam em forma de novelo); rolador (instrumento de madeira que é utilizado para separar os fios tinturados para serem colocados (*botados*) no tear); tear (instrumento principal para o fabrico das redes de dormir); réguas (instrumento que caracteriza a técnica *batida*, neste caso, não tem a função de medição, mas unicamente para tramar os fios com a ajuda do *liço*, feito de fio).

O número de redes fabricadas é relativa à quantidade dos pedidos antecipados, mas também varia de acordo com o período do calendário agrícola, quando as mulheres se ocupam com outras atividades. Dona Roberta comentou que chegou a fazer 12 redes em um mês, juntamente com o grupo de nove mulheres. Essa quantidade não é fixa, mas gira em torno desse número no período de dedicação exclusiva ao trabalho.

Uma vez fabricada, o destino das redes é variado. Pode ser comercializado junto às famílias das localidades vizinhas, vendidas na sede do

município ou até mesmo em São Luís. O valor das redes é calculado segundo a quantidade de quilos de fio utilizada, mais o trabalho despendido. Assim, se em uma rede foram utilizados 2 quilos e meio de fio de algodão, o valor corresponde a R\$ 80,00. A rede de 3 quilos custa R\$ 90,00, a de 4 quilos cerca R\$ 100,00. Tais valores podem variar de acordo com o tinturamento e os detalhes de acabamento.

A tecelagem é importante para a comunidade porque além de auxiliar na complementação da renda das famílias de Brito, serve para identificar essa localidade como um produtor especializado na fabricação e venda de redes de dormir.



Caixeiras do Divino Espírito Santo de Alcântara

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Finalizando este relatório nos parece pertinente destacar alguns aspectos com vistas a interferências futuras do IPHAN em Alcântara. Um deles se refere ao caráter sistêmico das relações entre todos os povoados deste município, o que levou o autor do laudo antropológico solicitado pelo Ministério Público⁷, a concluir que, se está diante de um extenso território étnico. Ampliando essa análise, podemos dizer não apenas que os grupos sociais de cada povoado se relacionam por ocasião de celebrações e outras manifestações culturais, como também que estão interligados por meio de redes de parentes que se estendem entre Alcântara e bairros periféricos de São Luís⁸. Haveria, por assim dizer, uma expansão do território étnico para o outro lado da Baía de São Marcos, na medida em que o trânsito desses quilombolas entre Alcântara e a capital do Estado, marcado por relações econômicas e outras, vem se reproduzindo ao longo de séculos

As celebrações religiosas do município de Alcântara, que ocorrem durante todo o ano, são um exemplo do que acaba de se afirmar. Interligam os diferentes povoados e também bairros periféricos da capital São Luís, numa extensa rede unindo parentes e conhecidos. Nessas ocasiões, manifesta-se a vinculação sistêmica de todos os povoados do município, o que já vem sendo apontado por diferentes autores como um dos traços constitutivos das redes que se atualizam nesse grande território étnico.

Esses vínculos, unindo povoados e bairros periféricos da capital manifesta a plasticidade das fronteiras étnicas (BARTH, 1970, 2000), que transbordam os limites geográficos, realizando-se também do outro lado da

⁷ De acordo com a Portaria Nº 007, de julho de 1999, o Ministério Público Federal, solicitou o laudo antropológico, realizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida para instrumentar o inquérito civil público de número 08.109.000324/99-28, sobre os impactos da implantação do CLA sobre os remanescentes de quilombos. Depois disso, foi instaurada a Ação Civil Pública, de nº 199.37.00.007382-0, que está em curso na 3ª Vara da Justiça Federal do Maranhão, que acompanha os conflitos sociais em Alcântara, decorrentes da implantação da Base Espacial de Alcântara.

⁸ A este respeito vide trabalho de Flávio Pereira da Silva sobre a festa de Nossa Senhora da Batalha, em Castelo, o de Lindimberge da Luz Silva e o de Maria Suely Dias Cardoso sobre o trânsito de famílias alcantarenses entre Alcântara e a capital.

Baía de São Marcos, em São Luís, em locais para onde os alcantarenses se deslocam cotidianamente. Tais fronteiras resultam do estabelecimento de redes que se realizam em relações econômicas, de parentesco, de ajuda mútua, correspondendo a estratégias de reprodução social desses grupos. Algumas famílias se fixam do lado de cá da Baía, em São Luís, sem perder os laços de pertencimento com o local de origem, alimentados em várias ocasiões, sobretudo naquelas das festas nos povoados de Alcântara. Tais eventos transformam-se em fatos sociais totais (MAUSS, 1974), nos quais se interpenetram distintos níveis da organização desses grupos – econômicos, religiosos, estéticos, jurídicos, de parentesco. São momentos de trocas ligando amplas redes de parentes, com traços de uma espécie de *kula* (MALINOWSKI, 1922), no qual cada festeiro se esmera em superar os demais, demonstrando generosidade na oferta de alimentos, na hospitalidade com que recebe os de fora, no cuidado com que trata cada detalhe das cerimônias. São trocados gentilezas, banquetes, presentes, mas, sobretudo, alimentos. São momentos em que os camponeses distribuem o excedente, a partir de um cálculo econômico peculiar que prevê a realização desses rituais, chamado por Wolf de “fundo cerimonial” (WOLF, 1976)⁹

Em cada povoado, essas festas dedicadas aos santos padroeiros se repetem, com a participação de muitos povoados vizinhos, reforçando os laços de solidariedade e reciprocidade generalizada (SAHLINS, 1974) e, sobretudo, os vínculos de pertencimento ao grande território étnico. Participar da festa de um povoado vizinho significa que, no ano próximo, estes vizinhos estarão retribuindo com igual ou maior número de participantes e de contribuições.

Essas trocas em momentos de festa revelam, também, a complementaridade dos recursos encontráveis em distintos ecossistemas, distribuídos desigualmente entre os povoados – áreas das chamadas *baixas*, palmeirais, praias, manguezais, rios e outros, com sua cobertura florestal e recursos da fauna específicos.

A complementaridade entre povoados distintos também se manifesta no aprendizado de certas habilidades fundamentais a manutenção das celebrações, como, por exemplo, a das *caixeiras* e dos tocadores de tambor de

⁹ Sobre o cálculo econômico camponês vide Chayanov, Alexander, *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1969.

crioula. Vimos como os netos de seu Liene, residentes na sede do município, aprenderam a tocar tambor com um dos maiores tocadores da região, morador de Itamatatuiua e como Dona Romana, de Cajual, sobrinha da *caixeira mor*, então residente na Agrovila Cajueiro, foi iniciada pela tia.

Fatores étnicos presentes na Festa de Santa Tereza de Itamatatuiua, nas várias festas de São Benedito realizadas por vários povoados, em que a categoria de autodenominação *pretos* aparece para identificar descendentes de escravos que seriam protegidos por esses santos. Expressões como “a santa é dos pretos e os pretos é da santa”, ou o santo “pretinho protege os escravos”, são recorrentes, indicando que os fatores étnicos estão presentes na identidade desses grupos, remetendo a um passado escravo não muito distante. Tais fatores são alimentados, mantendo as fronteiras étnicas que unem *pretos* da cidade e dos povoados do interior. É o que se percebe quando os *tambores de crioula* de Itamatatuiua, Cujupe, São Raimundo, Manival, Raimundo Su, Peroba, Conceição, Cavaco são convidados pelo organizador da festa, auxiliado por seu Bacurau, morador da Agrovila Só Assim, a participar da festa de São Benedito na sede do município. Toda a região chamada do Tubarão é percorrida o que indica, uma vez mais, os vínculos de pertencimento étnico apontados não rompidos nem mesmo pela interferência brutal dos militares que jogou as famílias, como a de seu Bacurau, em áreas ínfimas, de 15 hectares, onde são acometidas por aguda insegurança alimentar.

É o que se verifica também quando se registra que até mesmo as imagens do santos percorrem distintos povoados, como a de São Benedito utilizada para a celebração de Samucangaua, guardada em outro povoado, Iririzal. Esses povoados estabelecem trocas econômicas, de parentes e também de itens importantes para a realização de rituais.

Tais fatores étnicos transparecem também em vários momentos das celebrações realizadas na sede de Alcântara, como quando os tambores da Festa de São Benedito percorrem a cidade, parando nas igrejas para tocar, como que demarcando as fronteiras étnicas, invisíveis no cotidiano. Esses rituais de agregação, como principalmente o da Festa do Divino, integram as famílias, extrapolando as fronteiras entre rural e urbano tal como político-administrativamente adotadas. Todos são integrados numa só unidade de fortes elementos étnicos, como se no plano de organização dos rituais todas as

diferenças se diluíssem¹⁰. Tais constatações nos ajudam a compreender a urgência em inventariar todas as celebrações que constituem o calendário religioso desses grupos, tentando apreendê-lo em sua totalidade, como recomendamos a seguir.

Outro aspecto que chamou bastante a atenção durante a realização deste inventário foi a recorrência dos lugares tidos como habitados e controlados pelos chamados *encantados*, e que aparecem nos cânticos entoados nos terreiros de mina de São Luís, ratificando uma vez mais a idéia de que as fronteiras étnicas desse grande território transbordam, ultrapassando os limites da Baía de São Marcos. A *pedra de Itacolomy*, inventariada aqui, por exemplo, está presente em inúmeras das chamadas *doutrinas* – cânticos entoados a entidades sobrenaturais nos *terreiros de mina* em São Luís, interligando não apenas pessoas das duas cidades, mas, efetivamente, estabelecendo um espaço sagrado que une lugares geográficos.

Neste sentido, não poderíamos deixar de registrar que a transferência de populações de um território há muito tempo ocupado, costuma acarretar não apenas perdas econômicas e materiais, mas desarticula a organização social do grupo como um todo. Pode abalar profundamente suas identidades, causar perdas de tradições culturais e criar vários problemas que afetam seu sistema religioso. Murilo Santos, no vídeo *Terra de quilombo – uma dívida histórica* (2004) exemplifica um desses problemas, ocorrido com essas comunidades negras remanescentes de quilombos de Alcântara, transferidas da área hoje ocupada pela Base Espacial para *agrovila*. Ali, sentiram-se inseguras, cercadas de seres sobrenaturais com os quais não tinham contato, o que as levou a desenhar uma cruz na fachada de suas casas.

Essas considerações nos ajudam a compreender a importância de inventariar também todos esses lugares e de chamar a atenção para a necessidade de tombá-los como patrimônio coletivo desses grupos, dada sua ligação com a identidade quilombola.

Para finalizar, apresentamos a seguir algumas recomendações baseadas nessas observações.

¹⁰ Para melhor entendimento da plasticidade das fronteiras étnicas, que se manifestam em distintos planos de organização social, consultar Geertz, Clifford "Form and Variation in Balinese village structure, In: Potter, J. Dias M. & Foster, G. (eds) *Peasant Societies: a Reader*. boston:1967

1. Realizar o inventário completo das celebrações que se registram em todo o território étnico de Alcântara;
2. Realizar o inventário completo de todos os lugares sagrados, de acordo com a classificação dos grupos que integram o grande território étnico de Alcântara;
3. Deslanchar os procedimentos com vistas ao registro da Festa do Divino Espírito Santo de Alcântara e das festas de São Benedito em Alcântara e em outros povoados;
4. Deslanchar os procedimentos com vistas ao registro da cerâmica de Itamatatua;
5. Aprofundar o inventário da carpintaria naval de São João de Cortes em função de sua importância histórica.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, Vol. 01 e 02, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: posse comunal e conflito. Humanidades, ano IV, n.15, Brasília: UNB, 1988.

ALMEIDA, Alfredo W.B. VIAGEM A ALCÂNTARA: RELATÓRIO E ANOTAÇÕES DIVERSAS – 10/08/2002. DISPONÍVEL EM: <http://www.midiaindependente.org>.

BARBOSA, Marise. Umas mulheres que dão no couro. São Paulo: Empório Produções, 2006

CARDOSO, Maria Suely Dias. **Só Vivo da Pesca: estratégias de reprodução de famílias camponesas no meio urbano – entre Alcântara e São Luís**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA. São Luís, 2008.

FERRETI, Mundicarmo. Encantados e encantarias no folclore brasileiro. Apresentado originalmente na *56 Reunião Anual da SBPC* – UFMT 18-23/07/2004; versão preliminar publicada no *Boletim da CMF*, nº 40, jun. 2008, p. 3-4 www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Encantados.

FERRETTI, Sérgio F.(Org.) **Tambor de Crioula, ritual e espetáculo**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002 (Terceira Ed.)

GOODY, Jack. **Cocina, Cuisine y clase. Estudio de sociología comparada**. Barcelona: Gedisa, 1995.

GRIJÓ, Wesley Pereira, **Comunicação e Cultura: A Comunicação Oral Como Instrumento De Construção Da Identidade Negra**; Intercom, IX Congresso de Ciência da Comunicação na Região Centro Oeste – Dourados – 5 a 7 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br>. (

INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS – IPHAN- MA\ PI. São Luís, 1999)

LINHARES, Luiz Fernando do Rosário. **Terra de Preto, Terra de Santíssima: da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1999.

MARQUES, César Augusto – **Dicionário Histórico-Geográfica da Póvincia do Maranhão**. Rio de Janeiro:Ed. Fon Fon e Seleta, 1970 (1864).

MAUSS, Marcel . Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, In: **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Edusp, 1974

MAUSS, Marcel – A prece. In: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981.

MONTELLO, Josué. **Noite Sobre Alcântara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984

MORAES, José. **História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará**. Rio de Janeiro: Editora Alambra, 1987.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana: estudos de antropologia social**. Rio de Janeiro:PPGAS, MN, UFRJ, N.4/1, 1998.

PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). **Fome de farinha : deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo: E. Brasiliense, 1969.

PRADO, Regina de Paula Santos. **Todo Ano Tem: as festas na estrutura social camponesa**. São Luís: EDUFMA, 2007.

ROSSATO, Noeli . **Joaquim de Fiore: trindade e nova era**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_de_Fiore. Visitado dia 20 de junho de 2009.

SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra – propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007.

SILVA, Lindimberge da Luz. **Quilombos entre Alcântara e São Luís**. Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da UFMA. São Luís, 2007.

SOUZA FILHO, Benedito. Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum. São Luis: EDUFMA, 2008

SOUZA, José Coelho de. **Os jesuítas no Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, Vol. II Coleção Antônio Lopes, 1977.

VIVEIROS, J. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luís: Associação Comercial, 1950.

VIVEIROS, J. **História do Comércio do Maranhão**, vol. I e II, São Luís:Ed. da Associação Comercial do Maranhão, 1954.